

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

CAMILA DIAS DE SOUZA CHRISTO ALEIXO

Do micondó ao mangue: desenterrar a dolorosa raiz de Conceição Lima

Mariana

2018

Camila Dias de Souza Christo Aleixo

Do micondó ao mangue: desenterrar a dolorosa raiz de Conceição Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Estudos da Linguagem, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Linguagem e Memória Cultural
Orientador: Prof. Dr. Bernardo Nascimento de Amorim

Mariana

2018

A366d

Aleixo, Camila Dias de Souza Christo.

Do micondó ao mangue [manuscrito]: desenterrar a dolorosa raiz de Conceição Lima / Camila Dias de Souza Christo Aleixo. - 2018.

104f.:

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Nascimento de Amorim.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Poesia. 2. Realidade na literatura. 3. Lima, Conceição. I. Amorim, Bernardo Nascimento de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 801.73(043.3)



Camila Dias de Souza Christo Aleixo

Do micondó ao mangue: desenterrar a dolorosa raiz de Conceição Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, linha de pesquisa Linguagem e Memória Cultural. Aprovada em 19 de dezembro de 2018 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:

Profa. Dra Maria Clara Versiani Galery
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Prof. Dr. Wagner José Moreira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG

Prof. Dr. Bernardo Nascimento Amorim
(Orientador da pesquisa)
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Dedico estes escritos à Ana Cláudia Garcêz.

AGRADECIMENTOS

À Conceição Lima, por testemunhar.

Ao professor Bernardo Amorim, por me apresentar Conceição e acreditar na minha escrita.

À minha família e amigos.

A todos os envolvidos nos processos de financiamento público de pesquisas como esta.

Aos funcionários e alunos do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Ufop, em especial os do Programa de pós-graduação em Letras, pela rotina e compreensão.

Ao professor Márcio Seligmann-Silva, pelos ensinamentos.

RESUMO

Esta pesquisa compartilha a leitura de alguns poemas encontrados na coletânea *A dolorosa raiz do micondó* (2006), de autoria da escritora e jornalista Conceição Lima, natural de São Tomé e Príncipe. Com o intuito de pluralizar tal leitura, tentou-se aproximar sua poesia e as reflexões suscitadas pelo testemunho na literatura de fatos históricos marcados pela catástrofe, em especial, mas não somente, os datados no decorrer do século XX. A poesia e sua linguagem funcionam, dentro dessa abordagem, como espaço generoso para a lida com o passado e suas dores. Dos 27 poemas da coletânea, alguns foram ofertados como testemunhos poéticos da escritora. Foram esses registros que tornaram possível a busca pela dolorosa raiz, as diferentes tentativas de trazê-la à superfície. Os caminhos percorridos durante a leitura expuseram de maneira crítica as realidades que Lima resgata para compor sua obra, como a do africano, como a do são-tomense, como sua própria, enquanto escritora e jornalista atenta ao seu tempo e às mazelas a ele pertinentes.

PALAVRAS-CHAVE: Conceição Lima; raiz; testemunho; poesia.

RESUMEN

Esta investigación comparte la lectura de algunos de los poemas encontrados en la colección *A dolorosa raiz do micondó* (2006), de autoría de la escritora y periodista Conceição Lima, natural de São Tomé y Príncipe. A fin de pluralizar tal lectura, se intentó aproximar su poesía y las reflexiones suscitadas por el testimonio en la literatura de hechos históricos marcados por la catástrofe, en especial, pero no solamente, los dados a lo largo del siglo XX. La poesía y su lenguaje funcionan dentro de esa abordaje, como espacio generoso para lidiar con el pasado y sus dolores. De los 27 poemas de la colección, algunos fueron ofrecidos como testimonios poéticos de la escritora. Fueron esos registros que tornaron posibles la búsqueda por la dolorosa raíz, los distintos intentos de traerla a la superficie. Los caminos recorridos durante la lectura expusieron de manera crítica las realidades que Lima rescata para componer su obra, como a del africano, como a del são-tomense, como su propia, mientras escritora y periodista atenta a su tiempo y las adversidades a él pertinente.

PALABRAS CLAVE: Conceição Lima, raíz, testimonio, poesía.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CONCEIÇÃO LIMA E ALGUNS DE SEUS LEITORES.....	13
3 O ARQUIPÉLAGO - "INAMOVÍVEL HERANÇA".....	25
3.1 EXPOSIÇÕES HISTÓRICAS.....	25
3.2 LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: AS LETRAS DAS ILHAS E SEUS AUTORES.....	36
4 LITERATURA DE TESTEMUNHO: APROXIMAÇÕES.....	43
4.1 O SÉCULO XX.....	43
4.2 O TESTEMUNHO.....	53
5 VUGU - O MOVER A RAIZ.....	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
7 REFERÊNCIAS.....	103

1 INTRODUÇÃO

Tempo Rei!
Oh, Tempo Rei!
Oh, Tempo Rei!
Transformai as velhas formas do viver.
Gilberto Gil

Em uma de suas discussões sobre o testemunho de catástrofes históricas, Márcio Seligmann-Silva (2008) cita uma passagem de *É isto um homem?*, de Primo Levi, publicado pela primeira vez em 1947. Eis o que diz o escritor italiano e um dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas: "A necessidade de contar 'aos outros', de tornar 'os outros' participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares" (LEVI apud SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66). Interessa para este momento considerar o que Levi diz sobre a necessidade de "tornar 'os outros' participantes" da experiência por ele vivida enquanto prisioneiro e ali testemunhada. A essa demanda pela participação de outras pessoas, de ouvintes, quem sabe, corresponde a presente dissertação. Alguns dos poemas encontrados no segundo livro da escritora e jornalista são-tomense Conceição Lima, *A dolorosa raiz do micondó* (2006), são considerados aqui como testemunhos poéticos inseridos em outros contextos históricos marcados pela catástrofe e que também revelam semelhantes demandas. Foi a partir da escuta desses testemunhos, registrados na poesia, que a reflexão sobre realidades brutais, algumas delas ainda geradoras de violência na atualidade, tornou-se possível.

Para introduzir o leitor no universo poético da escritora, dedicou-se o capítulo 2 à sua apresentação. Além da exposição de outros pesquisadores que se debruçaram sobre a produção de Lima, esta parte do trabalho trouxe algumas breves observações sobre as demais publicações da autora e sobre sua trajetória pessoal. Aspectos referentes à vida de Lima foram considerados importantes devido não apenas às referências autobiográficas em alguns poemas. Acredita-se que suas experiências enquanto jornalista apontam para um desejo de reflexão e transformação da realidade de seu país, engajamento também atribuído à sua voz poética. De maneira geral, a tematização de sua terra natal, São Tomé e Príncipe, é uma constante na coletânea analisada. Esse parecer, aliado ao fato de que as discussões teóricas sobre os testemunhos literários estão intimamente entrelaçadas aos contextos históricos referenciados, determinou a necessidade de reservar todo um capítulo ao arquipélago. Assim,

no capítulo de número 3 o leitor irá encontrar duas abordagens. Um apanhado cronológico dos acontecimentos históricos pertencentes às ilhas, por um lado, desde a chegada dos colonizadores portugueses até alguns apontamentos sobre as condições vigentes no país. Por outro, sucintas considerações foram levantadas a respeito das literaturas africanas de língua portuguesa e, posteriormente, das manifestações literárias e escritores de São Tomé e Príncipe.

A fim de enriquecer as leituras propostas dos poemas de Lima, procurou-se aproximá-las das discussões sobre a literatura de testemunho, iniciadas no século passado. Dentro dessas reflexões, existem algumas que parecem percorrer também o livro da escritora. Por exemplo, a lida com um passado violento e a necessidade de registrá-lo, tendo em vista o que ainda é possível ver dele no tempo presente. A esse exemplo se pode enumerar outro, como o fato de que esses testemunhos encontrados na literatura podem oferecer outras perspectivas para ler criticamente esse mesmo tempo presente. O capítulo 4 traz os primeiros passos de tal aproximação. Devido ao grau de violência e destruição, nunca antes visto, identificado nos inúmeros eventos ocorridos durante o século XX, como as duas Guerras Mundiais ou os campos de concentração nazistas, os testemunhos dos sobreviventes desses episódios vão desencadear diferentes reflexões acerca dos próprios eventos, de sua elaboração discursiva e também dos valores que até então vêm funcionando como alicerce para as relações humanas no mundo contemporâneo. Dessa forma, o capítulo foi dividido em dois momentos. No primeiro deles, pretendeu-se oferecer ao leitor alguns dados que demonstrassem os motivos pelos quais o século XX é considerado o "século das catástrofes". Após essa descrição histórica, direciona-se o olhar, no segundo momento, para o testemunho. Falou-se brevemente sobre sua conceituação no campo do Direito, onde mais comumente se manifesta. Em seguida, tentou-se mostrar como a particularidade dos eventos testemunhados complexifica essa perspectiva jurídica do testemunho, abrindo espaço para a criação de outros parâmetros sobre o conceito na literatura.

Percorridos esses caminhos, a leitura segue para a coletânea de Lima. Diante da dificuldade em abordar os 27 poemas, alguns foram escolhidos tendo em vista suas possibilidades de diálogo com as reflexões propostas. De maneira geral, pode-se dizer que as análises abordaram, dentre outras questões, a perspectiva contemporânea da escritora em relação ao contexto em que está inserida, a recuperação de passados dolorosos que marcaram a história dos africanos, e também o da própria autora, além de um posicionamento reflexivo de Lima diante de seu ofício enquanto poeta. Tais análises se configuram como uma das

inúmeras possibilidades de mover a dolorosa raiz do micondó, nome de uma árvore ancestral típica do continente africano, buscando retirá-la da terra para que se tornem visíveis suas feições e suas feridas. É esse movimento de exposição da raiz, antes encoberta, que se tentou propor neste e em todos os outros capítulos. Também nesse movimento se encontra a razão de ser do jogo de imagens proposto no título do trabalho. À imagem do micondó é associada a do mangue, cujas raízes ficam expostas, não enterradas, devido a uma necessidade de adaptação do vegetal ao seu habitat natural. A expressão "Do micondó ao mangue" representa, apenas como possibilidade imagética, o desenterrar da raiz, a fim de que ela possa ser vista, distinguida, contemplada, compartilhada.

Por fim, é necessário apontar nestes escritos introdutórios, retomando a fala de Levi, que tanto a poesia de Lima quanto as reflexões teóricas sobre a literatura de testemunho apresentam em seus íntimos, de fato, a ideia de compartilhamento, de sensibilização "dos outros" diante do que se escuta desses testemunhos. As referências trazidas nessas discussões dizem respeito a episódios da história da humanidade que interferiram duramente na dignidade e na vida das pessoas, milhões de vezes de maneira definitiva, levando-as à morte. A questão é que esses acontecimentos ainda geram consequências diversas no tempo em que se vive e algumas sociedades, incluindo as autoridades que as governam, resistem frente à urgência de enfrentar essas consequências, esses passados que permanecem. Dito isso, espera-se que, ao término da leitura, esta pesquisa tenha conseguido dialogar com a sensibilização e a problematização diante dessas referências, tão importantes elas se mostram para os que desejam ver erigidas outras organizações sociais, outros modos de coabitarmos o mundo e de nos relacionarmos, outras rotas que nos conduzam para um lugar onde não mais se acomodem as injustiças e os crimes contra coletividades historicamente oprimidas. É preciso transformar "as velhas formas do viver".

2 CONCEIÇÃO LIMA E ALGUNS DE SEUS LEITORES

Na medida em que o meu ser não se esgota em si, eu não me esgoto em mim, como humana que sou, as dores e alegrias tocam a tudo aquilo que comigo se relaciona. Portanto, a casa não se esgota nem em mim, nem no arquipélago, que é a minha primeira casa.
Conceição Lima

O professor Russell G. Hamilton, estudioso das literaturas africanas de língua portuguesa, apresenta Conceição Lima como uma revelação da literatura são-tomense no período posterior à independência do país. Um dos traços destacados por Hamilton tem relação com o fato de que Lima coloca sua escrita em trânsito. Abordar aquilo que lhe é mais recôndito e pessoal parece uma decisão que não traz a permanência em si mesma, mas justamente o deslocar-se em direção ao plural, ao não singular: "o meu ser não se esgota em si", humana que é. Pelo contrário, reverbera em direção a tudo o que com ela se relaciona. De maneira semelhante se pode olhar para suas criações, para uma dinâmica em sua escrita, isto é, para um movimento que vai e volta, como o zoom de uma lente. Se em certos momentos sua voz poética assume ares autobiográficos, focando o próprio ser, em outros, o que se vê é uma expansão, uma abertura de perspectivas, um alargamento de fronteiras e, conseqüentemente, a possibilidade de inserir outros elementos e indivíduos para dentro de seu universo poético. Longe de estar alheia às intempéries do mundo, "a sua voz poética intimista, mas também essencialmente coletiva, exprimia [desde o início] o sentido de idealismo revolucionário que caracteriza a obra literária produzida pela maioria dos mais jovens da 'geração da utopia'" (HAMILTON, 2006, p. 254).

A expressão utilizada pelo professor é referência a um livro do escritor angolano Pepetela, de mesmo nome, *A geração da utopia* (1992). A tal grupo pertencem os intelectuais que idealizaram a independência de colônias africanas e participaram alguns ativamente das lutas armadas, até a conquista da emancipação política, na segunda metade do século passado. No entanto, sem vivenciarem a extensão dessa nova condição para outros lugares sociais, como o econômico, o cultural, o linguístico etc. Além da frustrante ocupação de cargos políticos por africanos mais atrelados às relações com estrangeiros do que com os problemas da população de seus países, os quais tinham diante de si a urgência da lida com o truncado contexto do pós-independência. Essa geração se viu, pois, desacreditada até de seus compatriotas e imersa na própria utopia. O elã de outrora se desestabiliza pela constatação da permanência de antigos problemas e estruturas.

Em outro trabalho do professor Hamilton, *A literatura dos PALOP e a Teoria Pós-colonial* (1999), sendo PALOP a sigla para Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, uma das questões apontadas por ele tem relação com a presença na literatura, produzida no período posterior à independência desses países, de uma repreensão à "classe governante destes novos estados-nações da África" (HAMILTON, 1999, p. 15). Essa característica, que o professor chama de "pós-otimismo", não só dialoga com a ideia de utopia da geração de Pepetela, como também pode ser atribuída às produções de Lima, principalmente quando se considera, como se verá adiante, as relações conturbadas entre a escritora e os governos de São Tomé e Príncipe. Ainda sobre tal característica, é possível dizer que ela está intimamente vinculada às problematizações que o termo "pós-colonial" suscita. Isso se dá, pois não há uma real superação do termo "colonial" quando se olha para o presente dessas sociedades: "os cidadãos destes novos países vêm-se obrigados a aceitar instituições sociais e usos culturais impostos pelo colonizador" (HAMILTON, 1999, p. 17). Portanto, as manifestações literárias engendradas pelos escritores pertencentes a essa nova geração "pós-colonial", incluindo Lima, apresentam, entre outros atributos, o reconhecimento e o enfrentamento do fato de que "por mal e por bem o passado colonial está sempre presente e palpável" (HAMILTON, 1999, p. 17).

A necessidade de seguir com a luta, pois, é outra permanência e ecoa na formação dos novos intelectuais africanos, como Lima, cuja escrita, de fato, parece dialogar com um desejo de transformação: "[...] se o poeta à praça traz/ seus dentes caídos, a face desfeita/ é para perscrutar no mastro/ o pano que drapeja/ e corrigir com a mão/ a direcção do vento" (LIMA, 2012a, p. 55, grifo da autora). A mão do poeta, aquela que enseja a palavra, é o que pode alterar a rota, diversificar os caminhos, mudar a sorte. Esse posicionamento da escritora diante de seu ofício, atribuindo a ele uma força propulsora que transpassa a palavra, faz parte, certamente, de uma visão subjetiva de Lima a respeito do vínculo entre literatura e realidade objetiva, mas também pode ser visto como demanda do próprio contexto: é uma "exigência imposta ao escritor africano e que ele se impõe a si mesmo, pela premência do social" (MATA, 1995, p. 28). Não se trata aqui de determinar uma finalidade para a poesia da autora são-tomense. A intenção é demonstrar que, no contexto de produção literária africana de língua portuguesa, e aqui incluímos Lima, a escrita assume feições nem sempre dissociáveis do que Mata coloca como "social", isto é, daquilo que diz respeito à sociedade. A "premência", a pressão, dessas circunstâncias comuns sobre o escritor parece tornar inevitável sua tematização. Os contornos desse "social", os quais aparecem em diferentes momentos

desta pesquisa, são testemunhados na poesia e carregam consigo, esses testemunhos, a comunicação "da contra-história, da denúncia e da busca pela justiça" (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89). Esses testemunhos poéticos são marcados justamente pela relação entre um fluxo e refluxo de perspectivas - a do eu poético e a de um "nós" - e demonstram o compromisso que a poeta assume com o seu tempo, com a sua comunidade, a partir do momento em que coloca esse coletivo como elemento essencial de sua poesia e de sua própria subjetividade. Tal entendimento é considerado o lugar de nascente na caminhada que se inicia rumo à poesia de Conceição Lima, bem como na fundamentação da presente dissertação, uma vez que com o compromisso apontado acima desde início se estabeleceu um vínculo de forte empatia.

Maria da Conceição Costa de Deus Lima, ou Conceição Lima, é escritora natural de Santana, sede do distrito de Cantagalo, pertencente à ilha de São Tomé - África. Quando nasceu, no dia 8 de dezembro de 1961, seu país natal era colônia de Portugal e ainda estava a se organizar politicamente para o fim do encargo com o país europeu. É sob essa atmosfera, mas também pela influência vinda de casa, onde a autora foi estimulada "pela magia da palavra dita, fossem fábulas, contos, fossem as letras musicais escritas pelo meu pai", como afirma em entrevista para a Rede de Rádio e Televisão de Portugal, em 2016, que Lima começa a escrever ainda jovem. Em 1979, participa da 6ª Conferência de escritores afro-asiáticos como representante de seu país. A influência de escritores como Alda do Espírito Santo, ou dos agregados à "geração da utopia", bem como a já colocada "premência do social", provavelmente contribuíram para a relação que a escritora estabelece, assim como outros intelectuais africanos, seja enquanto poeta, seja como cidadã - do mundo, africana e são-tomense -, com questões anticoloniais e seus corolários. Ao contexto em que Lima cresce pode-se atribuir a efervescência dos movimentos emancipatórios, a busca pela autoafirmação individual e também coletiva dos povos africanos e, especialmente, a presença da literatura como lugar substancial para a elaboração e amplificação do verbo africano. Isso, porque

não raro é apenas por via da literatura que as linhas do pensamento intelectual nacional se revelam, e se vêm revelando, em termos de várias visões sobre o país e identidades sociais, coletivas e segmentais, conformadas nas diversas perspectivas e propostas textuais (MATA, 2006a, p. 34).

Antes de publicar o seu primeiro livro, a escritora morou em Portugal e Londres. Formou-se como jornalista e frequentou a inglesa School of Oriental and African Studies

(SOAS), onde fez o mestrado em Estudos Africanos, além de ter obtido a licenciatura em Estudos Afro-Portugueses e Brasileiros pelo King's College, também londrino. Há que se destacar o seu considerável currículo como jornalista, profissão que exerce paralelamente a de escritora. Além do trabalho como repórter e correspondente internacional na rede britânica BBC, Lima fundou um periódico em São Tomé e Príncipe, *O País Hoje*, no ano de 1993 - fechado por falta de recursos -, e, em 2009, quando retorna de Londres para seu país natal, ela assume seu próprio programa na televisão estatal são-tomense, TVS, *Em Directo*, cujo foco era ampliar o debate político no país. No ano seguinte, a despeito do fato do programa ter se tornado líder de audiência, por questões políticas a emissora não renova o contrato com a escritora e o programa é cancelado pelo então chefe do governo local, Patrice Trovoada. No ano de 2012, com a mudança do governo, Lima é chamada novamente pela emissora e cria o *Cartas na Mesa*, "um programa para exercício do contraditório como contributo ao exercício da cidadania e afirmação da opinião pública esclarecida", ela explica em entrevista concedida este ano ao *Público*, rede de comunicação portuguesa. Assim como ocorrido com o *Em Directo*, *Cartas na Mesa* também foi encerrado por questões políticas. A resistência dos governos são-tomenses perante as tentativas da escritora e jornalista de contribuir para o desenvolvimento crítico dos cidadãos de seu país pode ser colocada dentro do que Mata aponta, mais uma vez, como "premência do social". O cerceamento da palavra, assim como do debate e do exercício do pensamento, fazem parte da conjuntura social de São Tomé e Príncipe, o que, por sua vez, impõe a necessidade de deslocar essas ações reflexivas para outro espaço, por exemplo, o literário.

A primeira coletânea de poemas de Lima, *O útero da casa*, foi publicada no ano de 2004 enquanto a escritora ainda residia em Londres. A editora responsável pela publicação, e também por outras de Lima, a Editorial Caminho, pertencente ao grupo LeYa, localiza-se em Portugal e dedica parte de seu empenho às produções africanas de língua portuguesa. A Editora possui três filiais fora da Europa, uma no Brasil, outra em Moçambique e mais uma em Angola. *O útero da casa* apresenta poemas inéditos e alguns antigos já publicados em revistas e outros periódicos de países europeus. Já nessa publicação, é possível identificar temas marcantes em sua poesia, como as voltas ao passado, à casa, às suas raízes, na tentativa de (re)construir memórias pessoais e coletivas.

Roberto Pontes, pesquisador da Universidade Federal do Ceará, autor de alguns trabalhos dedicados a escritores africanos, como o poeta e primeiro presidente de Angola Agostinho Neto, em trabalho dedicado a Lima sobre sua primeira publicação, salienta que

essas investidas de rememoração da escritora carregam certa "rebelia", ou um caráter de contestação, identificada, por exemplo, na celebração dos mortos que se sacrificaram por São Tomé e Príncipe e que "regressam devagar de olhos abertos/ indagando por suas asas crucificadas" (LIMA apud PONTES, 2014, p. 135). O fato de Lima se propor a tais homenagens, trazendo esses mortos para o presente, pode se relacionar, dentre outras possibilidades, com a pouca valorização desses indivíduos no que diz respeito à história do arquipélago, tanto para sua própria população quanto para o mundo. Seriam essas pessoas referenciadas nas escolas de São Tomé e Príncipe, por exemplo? Ou em qualquer outro lugar do mundo onde a história do país é abordada? Não se sabe. O que está exposto, todavia, é o registro na poesia dessas vidas sacrificadas, indo de encontro à possibilidade de seu apagamento. Para Pontes, esse movimento de impugnação da escritora acompanha o de outros escritores são-tomenses, cujo trabalho em vida não foi senão dedicação à comunidade do arquipélago:

Temos desse modo, em Conceição Lima o prosseguimento da tradição lírica iniciada por Francisco Tenreiro, Maria Manuela Margarido e Alda Espírito Santo, para ficar apenas em três nomes de referência obrigatória da poesia são-tomense, pois a autora mantém viva a chama da negritude do primeiro, a da escritora militante encontrável na obra de Manuela, e ainda a necessária consciência permanente de um mau tempo execrável (por exemplo, o massacre em fevereiro de 1953 de mil naturais da Ilha) expresso de maneira indelével, em poesia, por Alda e Conceição, a fim de servirem seus versos, para sempre, de bússola na luta do povo a que pertencem (PONTES, 2014, p. 141).

Esses processos de construção, iniciados nessa primeira coletânea, e que serão de certa forma novamente desdobrados nas publicações seguintes, têm relação, por um lado, com o já mencionado intento por "determinado modo de interveniência na vida social através do exercício lírico, por outro, estão à procura, à cata, em busca, e, portanto, demandam uma forma de ser muito própria do país ilhéu denominado São Tomé e Príncipe" (PONTES, 2014, p. 128). Essa "forma muito própria" vai se esculpir a partir de dois consideráveis referenciais, o passado das ilhas, com seu teor turvo-enigmático, e o (re)emergir de uma pluralidade, esta sempre viva dentro da sociedade são-tomense desde os anos iniciais da colonização, que pode ir ao encontro do desvelamento desse passado: "Nada do que te recusam/ devora em ti/ a memória dos passos calcinados./ É tua casa este exílio/ este assombro esta ira./ Tuas as horas dissipadas/ o hostil presságio/ a herança saqueada./ Quase nada" (LIMA, 2004, p. 21). Tem-se nesses versos, presentes no poema de nome "A herança", uma resistência ao apagamento de uma memória que, considerando o uso do verbo "recusar" na terceira pessoa do plural, pode

ser associada a um coletivo. Mesmo diante de privações, a memória não se esvai, ela resiste naqueles que ainda habitam a casa, o "exílio", ou seja, naqueles que habitam as ilhas, as quais durante muitos anos foram lugar de exílio de africanos trazidos forçosamente para trabalharem como escravos. Entretanto, ainda que o cenário seja de "assombro", de uma "herança saqueada", os versos derradeiros do mesmo poema vão dizer: "Começarás de novo, insone/ Com mãos de húmus e basalto/ Como quem reescreve uma longa profecia" (LIMA, 2004, p. 21-22). Há, pois, um imperativo de recomeço, de construção de uma nova conjuntura ou, por que não, de uma releitura das ilhas.

As particularidades de São Tomé e Príncipe, e suas manifestações na poesia de Lima, foram o foco de um dos trabalhos da doutora em Teoria da Literatura, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Adriana Elisabete Bayer. Em suas considerações, a pesquisadora destaca a relação entre as roças são-tomenses, terrenos agrícolas destinados ao cultivo de café e cacau que marcaram o período de recolonização do arquipélago, e a mão de obra ali empregada na constituição de grupos sociais marginalizados. Essa mão de obra, composta por africanos desterrados, como mencionado no parágrafo anterior, se configura como elemento importante na proposta de releitura das ilhas, a qual tenta se contrapor, a partir de sua elaboração na poesia, à perpetuação da condição de subalternidade imposta a esses indivíduos:

[...] contra eventuais falhas de memória, de que a história oficial com suas lacunas é exemplo, o eu poético compõe a imagem do arquipélago com as paisagens das roças, as monoculturas que lhe são características e as desigualdades sociais. [...] Os contratados, segmento social responsável pelo trabalho nas roças, são anônimos nos documentos históricos e geográficos (BAYER, 2014, p. 5).

Tal releitura, a busca por esculpir uma "forma muito própria" das ilhas, é oferecida denunciando esse anonimato, dando lugar a vozes e afetos antes silenciados, obliterados, nas "experiências registradas nas tramas do texto poético, em cuja urdidura estão presentificadas, elucidadas ou problematizadas as mundividências tanto do indivíduo quanto dos diversos grupos de africanos, habitantes de São Tomé e Príncipe" (BAYERS, 2014, p. 2). A pluralidade de visões de mundo, ou "mundividências", é o próprio caminho para a inscrição de tais experiências e a contingência de outro nascimento, desta vez mais coerente e respeitoso diante da diversidade social característica das ilhas. Quando se pondera, por exemplo, o título do livro de Lima, fica clara a ideia de que a casa carrega a fertilidade, a

viabilidade da gestação de um nova vida, de uma vigorosa maneira de existir, não mais implicada em presságios hostis e assombrosos.

As buscas empreendidas nos poemas presentes em *O útero da casa*, como já dito anteriormente, continuarão em outras coletâneas de Lima. Os trabalhos de superação e ressignificação da realidade, da memória, da identidade de São Tomé e Príncipe, e consequentemente da de seus habitantes, exigem o enfrentamento das dores, do genocídio africano ocasionado pela implementação e manutenção da escravidão, do abandono a que foram submetidas as ilhas, bem como outros territórios colonizados, durante o processo de exploração e também depois da conquista da independência. Se o poeta se apresenta à praça, isto é, mostra-se publicamente - como é o caso do escritor que divulga seus escritos -, com "seus dentes caídos, a face desfeita", é porque não há outra maneira de levar toda essa pungente conjuntura para a poesia.

Após a coletânea *O útero da casa*, Lima publica *A dolorosa raiz do micondó* (2006). Devido ao fato de que esse livro foi o escolhido para aprofundar as reflexões sobre a poética da escritora, neste momento torna-se mais proveitoso abordar a publicação seguinte: *O País de Akendenguê*. Todo o quinto capítulo deste trabalho será dedicado ao segundo livro da autora.

A terceira coletânea de Lima, de 2011, é dividida em sete blocos. Dentre as temáticas abordadas, é possível apontar, por exemplo, reflexões sobre a própria escrita, como no pequeno poema "Não estou farta de palavras", que abre a primeira seção: "Não, não estou farta de palavras./ É porque o tempo passa que as procuro./ Para que elevem, soberanas, o reino que forjamos" (LIMA, 2012b, p. 27). Declarado está o caráter indispensável da palavra para um reino que se deseja criar. Ao encontro do que já vinha sendo exposto, Lima abre sua terceira reunião de poemas reforçando o lugar da poesia na busca constante, e recorrente em sua poética, por uma outra narrativa que se propõe coletiva. Para compor esse coletivo e construir um novo reino, Lima convoca o gabonense Pierre Akendenguê, músico, poeta e importante figura no cenário musical africano. O país é dele. Aquilo que se anseia emoldurar, enquanto espaço comum, encontra inspiração na persona e no trabalho de Akendenguê, cujo esforço gira em torno da defesa pelos direitos humanos e por uma outra África, quiçá mais condizente em termos de igualdade e preservação cultural.

Em outro poema da coletânea, "Metamorfose", tem-se um esboço para tal construção:

Metamorfose

Para Francisco da Silva, Gito.

In memoriam

Hoje as palavras nada dizem de naufrágios.
Pétalas apenas
Pétalas não visíveis
Infinitas pétalas
E na ponta dos nossos dedos
O fantasma de uma doce, habitável Cidade
Suas vestes de púrpura e de lenda
Seu corpo, fruto tenaz e justa partilha.
De uma exacta metamorfose somos testemunhas
(LIMA, 2012b, p. 105).

Também nascido em Santana, Francisco da Silva, a quem Lima dedica o poema, foi escritor e político de São Tomé e Príncipe. Membro da direção do Partido de Convergência Democrática - Grupo de Reflexão e eleito, no ano de 2006, Presidente da Assembleia Nacional, Silva era reconhecido pela humildade e pelo respeito que demonstrava no exercício de suas atividades. Silva teve papel importante na resolução pacífica de alguns conflitos entre forças militares e a polícia de São Tomé, na defesa da democracia, além de forte candidato à presidência do país no ano de 2011. O conterrâneo de Lima, no entanto, morre de câncer em 2010.

A ideia fantasmagórica de cidade, presente em "Metamorfose", remete àquilo que ainda se encontra no terreno do abstrato, pelo qual ainda se busca a concretização - lembrando os anseios dos antecessores de Lima, da geração de intelectuais que deram início à empreitada de (re)construir um passado e um presente diferentes para os são-tomenses, como o próprio Francisco da Silva. Para sair dessa condição do que ainda não foi materializado, para realizar a metamorfose exata, isto é, sem fraude ou omissão, uma "justa partilha", os moradores da "Cidade" devem testemunhar. O ato de testemunhar, entretanto, não se projeta aqui, como se verá com maior riqueza de detalhes no capítulo 4 - *Literatura de testemunho: aproximações*, baseada na perspectiva tradicional do testemunho. Essa perspectiva, largamente empregada nos ambientes jurídicos, coloca a testemunha como alguém que está fora do acontecimento testemunhado, que apenas observa e, por isso, dispõe de certa credibilidade para conjecturar sobre o que viu.

Na poesia de Lima, esse testemunhar da metamorfose, da transformação do fantasma em "fruto tenaz", se dará pela atividade e pelo protagonismo da testemunha. Por isso, talvez, a menção a Francisco da Silva, o qual trabalhou de maneira incisiva para que o povo são-

tomense participasse ativamente das decisões políticas e pudesse vivenciar as possíveis modificações resultantes dessas deliberações. No poema seguinte ao dedicado a Silva, "Circum-navegação", a autora retoma essa questão do protagonismo: "Talvez seja o momento de outra viagem/ Na proa, decerto, a decisão da viragem" (LIMA, 2011, p. 106). A mudança da direção do vento, bem como o momento no qual se decide a guinada, está "na proa", ou seja, no comando dos rumos da viagem. Essa incumbência exposta na poesia, a de protagonizar os próprios passos - o caminho a ser seguido, é fundamental para realocar o lugar do testemunho e também da própria testemunha. Tal colocação será retomada futuramente para pensar o conceito de testemunho como uma "modalidade da memória" (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73), o que, por sua vez, vai se associar justamente com a demarcação do protagonismo apontado anteriormente.

Além de Akendenguê e de Silva, outras vozes são recuperadas por Lima em sua terceira publicação, como Sophia de Mello Breyner Andresen, poeta portuguesa que muito influenciou a escritora são-tomense; Vladimir Holan, poeta checo e membro do Partido Comunista de seu país; Amílcar Cabral, principal liderança revolucionária de Guiné-Bissau e exímio defensor do diálogo e das culturas africanas como vias de libertação - foi assassinado, ao que tudo indica, por companheiros do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde pouco tempo antes da conquista da emancipação de seu país; Ana Paula Tavares, escritora angolana; Francisco José Tenreiro e Alda do Espírito Santo, poetas também de São Tomé e Príncipe.

A Alda do Espírito Santo é dedicado o poema "Em nome dos meus irmãos", dentro do qual se tece uma forte descrição sobre aqueles que simbolizaram a resistência e a valorização das culturas africanas. Em certo momento do poema lê-se: "Quem, no silêncio, ciciou a senha? Quem, sob os céus da Praça, içou a inquietude na asa do poema, verso a verso amarrando a alça do alforge aos nossos ombros?" (LIMA, 2011, p. 93). A convocação de outras vozes parece conter não apenas a chance de homenagear personalidades que foram importantes para a trajetória da escritora, e que nem sempre são reconhecidas como merecem, mas também pode sinalizar a composição do imaginado e almejado país de Akendenguê: "Onde cada mão conspira um ninho de altura e farinha/ Acima do tom das palavras, além dos desastres" (LIMA, 2011, p. 59). Mais uma vez a coletividade aparece como elemento indispensável aos projetos que Lima propõe em sua escrita, pois conta-se com o esforço de "cada mão" para se alcançar um bem maior, muito "além dos desastres", isto é, dos

acontecimentos que instituíram um peso sobre os ombros de Lima e de seus irmãos, mas, ao mesmo tempo, fizeram emergir uma luta comum.

Esse insumo de vozes tão diversificadas, as idas e vindas da escritora em seus mais de dez anos vividos no exterior, as experiências em seu país de origem abrem algumas portas para cogitar certo caráter multifacetado de sua poesia ou, em termos mais apurados, sua “familiaridade com a condição humana universal” (HAMILTON, 2006, p. 255). Essa questão aparecerá com maior força na segunda publicação da autora são-tomense, *A dolorosa raiz do micondó*, e será abordada no capítulo 5, denominado *Vugu - o mover a raiz*. Lima ainda publica, no ano de 2015, *Quando florirem salambás no tecto do pico*. Entretanto, devido à dificuldade de acesso ao livro, o que poderia levantar outras questões, como a circulação mundial dos bens culturais oriundos de África, e a existência de apenas uma resenha sobre a publicação, produzida pelo pesquisador Naduska Mário Palmeira (2017), optou-se apenas pela citação da obra.

Inocência Mata, já referenciada em outros momentos e uma das mais dedicadas leitoras da poesia de Lima, identifica em seus poemas, de maneira geral e de maneira “pungente e enfática” (MATA, 2006b, p. 246) na coletânea *A dolorosa raiz do micondó*, uma narrativa manifesta por um sujeito que “consegue encontrar um equilíbrio entre a realidade histórica e a visão subjetiva desse real, construindo o seu saber a partir dessa visão e sobrepondo o sentido de justiça e da racionalidade histórica às emoções e afetividades construídas pela ‘cultura social’ e pela ‘ideologia cultural’ prevalentes” (MATA, 2006b, p. 247). É possível identificar na fala da pesquisadora também são-tomense uma tríade interessante de apontamentos sobre a escrita de Lima, principalmente devido ao fato de que a ideia dessa narrativa, a partir da qual se desdobra a tríade, irá se constituir um potente alicerce para o que se pretende nesta pesquisa: propor mais uma leitura de alguns poemas de Lima com o auxílio das discussões sobre a literatura de testemunho.

Em um primeiro momento, destaca-se o “equilíbrio” na relação entre o contexto histórico e uma “visão subjetiva” desse contexto, visão esta que será considerada como o próprio testemunho. Em contraposição a uma perspectiva que insistentemente se tenta emoldurar a partir de uma visão “homogeneizante do nacional” (MATA, 2006b, p. 246), considerando aqui o caso de São Tomé e Príncipe, mas que não corresponde à realidade do país, tem-se essa subjetividade manifesta na escrita, a qual não se esquiva em ponderar, mesmo que no universo literário, essa falta de correspondência entre o que se elabora sobre as ilhas e o que de fato elas têm como material humano e cultural para ser elaborado. Por isso

Mata afirma haver um "equilíbrio", uma paridade de forças, pois Lima daria conta de desdobrar em sua poesia, portanto em sua visão subjetiva, uma ponderação, um senso crítico em relação ao que se forja enquanto discurso e memória nacional por uma "'ordem' pós-colonial" (MATA, 2006b, p. 247).

Esse possível equilíbrio se mostra importante também devido ao fato de que a literatura e a historiografia nem sempre caminharam juntas. Quando se considera a escrita poética como área fértil para a elaboração de outros olhares direcionados a fatos históricos, bem como para a construção de outras memórias, uma nova perspectiva sobre lugares legitimados para ler os acontecimentos do mundo se abre. Mata vai dizer que os sentidos da poesia de Lima se constroem no encontro entre a "memória da História" e a "reoxigenação" (MATA, 2006b, p. 247) das reminiscências pessoais da escritora. O espaço literário, enquanto lugar do simbólico, da (re)invenção, do sentimento, da liberdade da linguagem - pois não há a pretensão, como ocorre em um relato produzido por um historiador, por exemplo, de agregar à palavra uma fidelidade diante do que ela está a representar no texto -, aos poucos está sendo ponderado como fonte proveitosa e também legítima de assimilação, entendimento e construção de visões plurais da "realidade histórica". Esse é um primeiro ponto da tríade.

Na sequência, ainda esmiuçando a citação de Mata, tem-se a construção de um saber a partir do "equilíbrio" entre os dois lugares apresentados anteriormente, o que recai exatamente na relativização do espaço literário. Esse saber, edificado sob uma nova perspectiva da crítica literária, a qual entende a necessidade de ampliação de pontos de vistas, acredita que

[...] nós temos a capacidade de incorporar como memórias nossas uma coisa que não vivemos (aqui entendida num sentido de responsabilidade e não de culpa) e, por isso, quaisquer que sejam os nossos referentes, o que se torna fulcral é descolonizar a mente e deslocalizar os diálogos, começando por 'falar com' os outros, ao invés de 'falar sobre' os outros. É importante ressaltar, neste ponto, a introdução de uma dimensão ética de que é importante falar. Ao longo da história, o intelectual e a intelectual abusaram muitas vezes do estatuto de 'falar por' esses sujeitos subalternos ou em representação deles. A ética do crítico é, neste domínio, fundamental, uma vez que [...], na tentativa de falar por aqueles que não são ouvidos, muitas vezes este acaba por, involuntariamente, se apropriar da voz desses indivíduos, contribuindo, mais uma vez, para os remeter ao silêncio (RODRIGUES, 2012, p. 372).

Não permitir que esse movimento retrógrado aconteça, o de trazer novamente o silenciamento, sem dúvidas é uma das premissas desta pesquisa. A tentativa que se apresenta mais pertinente é a de alimentar a produção desses saberes de maneira conjunta e dialógica, como proposto na citação acima e de mesmo modo como proposto pela poesia de Lima, a qual, conforme Mata: "tem vindo a registrar os diferentes olhares sobre o tempo pós-colonial"

(MATA, 2006b, p. 247). Tal ideia caminha ao encontro do terceiro e último ponto daquilo que se chamou de tríade: a prioridade da criticidade, do uso da razão, diante do apego, de uma "afetividade", de uma mente colonizada e estimulada pela "cultura prevalecente", a qual se compreende aqui como sendo oriunda de perspectivas de mundo eurocêntricas, tendo em vista a hereditariedade histórica de São Tomé e Príncipe, lugar de fala de Conceição Lima. Com essas três considerações encerra-se a apresentação da escritora são-tomense e espera-se claro o desafio inerente às reflexões propostas nesta pesquisa, as quais exigem também um esforço da própria pesquisadora, enquanto mais uma leitora de Lima, no intuito de não "falar por", mas "falar com". E a travessia se dará pela poesia. Lima faz de seu ofício, dentro e fora das palavras, uma atividade regeneradora do mundo, de seus leitores. Destacá-la não apenas como poeta, mas também como agente social, no sentido de participar ativa e diretamente na sociedade – buscando sua transformação -, parece o caminho mais justo de enobrecer sua arte.

3 O ARQUIPÉLAGO - "INAMOVÍVEL HERANÇA"

3.1 EXPOSIÇÕES HISTÓRICAS

Para Conceição Lima, como dito em entrevista à rede RTP (Rádio e Televisão de Portugal), no ano de 2004, a ideia de origem, de pertencimento, não se limita ao arquipélago, sua primeira casa. No entanto, diversas e importantes são as aparições do país em seus escritos. Não apenas como parte constituinte da raiz que intitula o livro, a qual, como se verá em outro momento, pode ser lida tanto como referência à naturalidade da escritora quanto daqueles que procedem do continente africano, São Tomé e Príncipe é também retratado em alguns de seus momentos históricos. A recuperação desses momentos oferece ao leitor reflexões que têm relação com um passado ainda não totalmente acolhido, elaborado, assimilado, principalmente quando se considera as dificuldades enfrentadas pelo país desde a conquista da independência até os dias atuais. Essa não indiferença à vida das ilhas, passada ou corrente, esse engajamento que Lima desdobra em sua poesia, pode ser considerado um ponto de tangência com as discussões sobre a literatura de testemunho, cujo fundamento, de maneira bastante sintética e simplista, se encontra na apropriação e no registro de contextos e experiências extremas, violentas, a fim de atribuir-lhes outras significações no presente. Para essa e outras questões referentes à literatura de testemunho, bem como os diálogos possíveis entre o campo e o contexto africano, reservou-se o quarto capítulo: *Literatura de testemunho: aproximações*. Propõe-se, neste momento, uma volta às ilhas, ora de barco a vela, ora de navio, percorrendo os diferentes tempos e conjunturas dessa sociedade insular, de fronteiras estabelecidas com o resto do mundo majoritariamente via mar. No dístico "Arquipélago", presente na coletânea escolhida para ser objeto de estudo desta pesquisa, lê-se: "O enigma é outro - aqui não moram deuses/ Homens apenas e o mar, inamovível herança" (LIMA, 2012, p. 53). Há, portanto, no arquipélago, algo que escapa à compreensão, de caráter obscuro e enigmático, e se coloca associado a um legado intransferível, do qual não é possível se desfazer. A relevância deste capítulo se encontra na tentativa de desbravar, trazer à superfície, esse enigma, sem a pretensão de resolvê-lo, a partir do contato com o que São Tomé e Príncipe traz de hereditariedade histórica.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe pertence ao continente africano e localiza-se próxima à linha do Equador, no Golfo da Guiné. O arquipélago é formado por várias ilhas, sendo as duas principais São Tomé, que abriga a capital homônima, e Príncipe. O

país tem uma população estimada em 200 mil habitantes e é um dos menores da África em extensão territorial. A povoação das ilhas não necessariamente se confunde com a chegada dos portugueses na região, no século XV. Ainda não foi estabelecido um consenso sobre o fato do local ser ou não habitado antes da presença dos europeus. Em relação a essa incógnita, há menção a um naufrágio próximo à costa do arquipélago, ocorrido entre 1540 e 1550, de um navio negreiro. Aos sobreviventes, cerca de 200 descendentes de escravos, foi atribuída a denominação de "angolares". No entanto, alguns pesquisadores ainda problematizam a origem desses angolares, levantando a possibilidade de eles constituírem população autóctone das ilhas ou ainda serem oriundos de escravos fugitivos, estes denominados mais comumente na América como "cimarrones". Para a antropóloga Joana Feio (2008), a primeira possibilidade originária dos angolares, a sobrevivência de um naufrágio, nada mais é do que um mito, sendo mais provável, hipótese defendida em sua tese de mestrado, a qual contou com uma pesquisa de campo em São Tomé e Príncipe, que escravos fugidos dos engenhos já em atividade nas ilhas e, posteriormente, das roças de cacau e café, na segunda fase da colonização são-tomense, protagonizaram a fundação e a consolidação dessa comunidade. Os angolares se destacam nas ilhas por terem conseguido, ao longo do tempo, certa autonomia na organização de suas aldeias, na manutenção de sua língua crioula - o ngola, e por terem resistido em diversas ocasiões à imposição do trabalho forçado, sendo a eles associado o primeiro motim contra Portugal nas ilhas (BRILHANTE, 2009). Tal motim, o qual será em breve outra vez mencionado, teria sido liderado pela figura de Amador, também conhecido como "rei dos angolares", cujo rosto ilustra, atualmente, uma das notas da dobra são-tomense, moeda do país.

O objetivo maior de Portugal, na época de chegada ao arquipélago, girava em torno do comércio nas Índias e da busca pelo ouro, esta não muito bem sucedida em São Tomé e Príncipe. O país desejava criar outro caminho para alcançar o Oceano Índico, por conta do alto preço a ser pago a intermediários que controlavam a rota terrestre, passando pelo Mar Mediterrâneo, até então único acesso ao polo comercial da época. Devido à localização geográfica de São Tomé e Príncipe, próxima à costa africana - onde a metrópole portuguesa já havia estabelecido algumas feitorias (grandes estruturas comerciais implantadas nas ex-colônias) - e pertencente ao trajeto marítimo que levou os portugueses às Índias, as ilhas acabaram por se tornar lugar estratégico para os colonizadores:

Para São Tomé e Príncipe foram levadas culturas, técnicas agrícolas, gado e plantas que haviam se mostrado compatíveis nas ilhas da Madeira, Canárias e no arquipélago de Cabo Verde. Também introduziram o sistema de capitánias hereditárias e a cultura intensiva da cana-de-açúcar, com mão de obra escrava levada do delta do Níger (Benin), do Gabão, do "reino" do Congo e de Angola. Pelo Regimento de 1500, D. Manuel autorizou o feitor de São Tomé a praticar o comércio de escravos com São Jorge da Mina (Elmina), na Costa do Ouro, estabelecendo "[...] em 1519 - pela primeira vez na história do Ocidente - regras para triagem, embarque, alimento, transporte, marca a ferro em brasa, tratamento e treino africano para o escravismo moderno" (HERNANDEZ, 2005, p. 549).

A abundância e a fertilidade das terras insulares, por um lado, incentivou, como dito acima, a introdução de atividades agrícolas. Além do açúcar, outros produtos foram também cultivados, no intuito de abastecer os navios que por ali transitavam e fomentar o comércio com a costa africana, como o arroz, o cacau, a mandioca, o algodão, o milho, entre outros. Entretanto, a mercantilização de escravos se tornou o negócio mais lucrativo para os colonizadores, não apenas para a manutenção das práticas exploradoras nas ilhas, como também, e principalmente, com a finalidade de distribuir essa mão de obra entre as outras colônias portuguesas: "Para o colonato são-tomense, traficar negros torna-se mais interessante do que plantar cana. No início do século XVI, a ilha contava com 2 mil escravos fixos, e de 5 mil a 6 mil itinerantes à espera de embarque para outros mercados" (HERNANDEZ, 2005, p. 549). Diante da resistência dos colonizadores em assumir o trabalho nas plantações, milhares de africanos cativos de outras partes do continente foram trazidos para a labuta nos engenhos. É neste momento que começa a se desenhar a sociedade crioula são-tomense, resultado da fusão biológica e cultural entre europeus e africanos de diferentes origens. Parte dessa sociedade será composta, inclusive, por escravos emancipados, que chegaram ao arquipélago com os portugueses e foram libertos, compondo, junto a outros escravos alforriados ao longo do tempo, o grupo dos forros, denominação também empregada para designar a língua que utilizavam. A necessidade de comunicação entre colonos e africanos fez também surgir as línguas crioulas, ainda vivas nas ilhas. De acordo com o Dicionário livre santome/português:

O santome, também conhecido como forro, fôlô, lungwa santome, dialeto ou são-tomense, é uma língua crioula de base lexical portuguesa que surgiu no século XVI, na ilha de São Tomé, fruto do contacto entre o português e diversas línguas do continente africano. Depois do português, língua oficial, o santome é a segunda língua mais falada na República de São Tomé e Príncipe, mas não goza, atualmente, de estatuto oficial, embora tenha sido declarada uma das línguas nacionais, ao lado do angolano (ngola) e do principense (lung'ie) (ARAUJO; HAGEMEIJER, 2013, p. 12).

Os negócios agrícolas acabaram não caminhando muito bem, devido à concorrência de outras colônias de Portugal e também a rebeliões constantes de escravos, além da iminente rentabilidade do tráfico. Uma dessas rebeliões teve direto impacto no Brasil. Em 1595, em uma disputa de poder entre a Igreja Católica e proprietários de terra locais, aproximadamente quatro mil negros se levantaram contra a escravidão e a favor da liberação de terras. Igrejas foram incendiadas, fazendas e engenhos de açúcar destruídos, além da consagração de Amador como rei. Hoje, Amador é considerado precursor na luta pela libertação dos escravos ilhéus. A retaliação da metrópole para a rebelião veio logo em seguida: Amador foi esquartejado no ano seguinte, em 1596, e portugueses em Lisboa, diante da necessidade de evitar outros levantes, deram início à regulamentação das relações com os índios em território brasileiro. A ideia de tal regimento era guiada pela "persuasão e brandura: os padres devem convencer os índios a acompanhá-los espontaneamente, dizendo-lhes que serão livres, senhores de suas terras nas aldeias, e que estarão melhores na aldeia do que no sertão" (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 118). Apesar da tentativa de controlar a resistência negra nas ilhas, as rebeliões não se findaram. O registro de revoltas continuou a ser contabilizado durante o século XVI e incomodou a gestão portuguesa do arquipélago nos séculos seguintes. Em grande parte do material consultado para construir estes apontamentos, é recorrente a associação das ilhas a um lugar de extrema inquietação e insubordinação diante das diversas imposições que compuseram a lógica do sistema de colonização português. Importante considerar esses movimentos reativos dos negros escravizados e transportados para São Tomé e Príncipe, especialmente quando se mira o enriquecimento de Portugal à custa desse tipo de comércio, além da óbvia crueldade implícita nesses processos de transformação do ser humano em mercadoria. A resistência caminha junto à coerção, e nem sempre ganha a atenção que deveria. Este contexto sombrio há de acompanhar a história das ilhas, para não dizer dos africanos em geral, e não passará despercebido pela voz poética de Lima, cujo brado extrapola os limites temporais desses acontecimentos traumáticos e procura imprimir, na atualidade, a urgência da lida com tais feridas. "Eis por que vigiam estes mortos a nossa praça" (LIMA, 2012a, p. 23), é o que diz um dos versos do poema "Zálina Gabon", presente na coletânea aqui analisada, referindo-se a escravos levados para o arquipélago. O ato da vigília, do cuidado, vai ao encontro de um passado, atrelado à escravidão, que permanece e, dentro dessa perspectiva presente, vem tentar instituir, deixar marcado, certos apelos. Os mortos acompanham a voz poética e vêm reivindicar o esquecido no momento de fala. A

resistência continua e a "nossa praça" oferece a ela a atenção imprescindível, a recusa de uma passividade diante desse passado.

O papel de São Tomé e Príncipe nos empreendimentos portugueses ganha maior destaque ao longo dos anos, devido ao fortalecimento da função de entreposto comercial de escravos, o que torna o arquipélago, ao lado do Brasil, peça importante nas atividades econômicas firmadas entre Portugal e outras partes do mundo. O trânsito intenso em território são-tomense de indivíduos oriundos de diferentes localidades é fator que também influenciou a relação entre o país europeu e as ilhas. A intensa mestiçagem e a participação dos mestiços no tráfico fizeram com que as funções mercantes fossem exercidas de maneira relativamente flexível, não necessariamente por pessoas brancas:

[...] até meados do século XVI, a população de São Tomé era constituída, sobretudo, por europeus e crianças judias deportadas e, de outro lado, por grande número de escravos da costa africana, além de africanos livres do continente, importantes como facilitadores para a manutenção das relações entre os portugueses e os comerciantes africanos (HERNANDEZ, 2005, p. 550).

Por outro lado, essa mesma mínima dissolução hierárquica, fruto da necessária presença de "facilitadores das relações", pode ser considerada um dos elementos que favoreceram o surgimento de certa instabilidade nas ilhas. As autoridades portuguesas se encontraram diante de embates internos, como a efervescência de africanos e mestiços frente ao desejo de adquirirem mais ou iguais vantagens em comparação com os colonos, e também externos, como a competitividade com o açúcar brasileiro, o que fez diminuir drasticamente o número de plantações e, por consequência, o uso de escravos nessas instalações. A esse clima oscilante, durante o século XVII, se junta o olhar ambicioso de outros países europeus, como França, Holanda e Inglaterra. Entre os anos de 1641 e 1648, por exemplo, o porto de São Tomé, e conseqüentemente o já abalado comércio de escravos e de açúcar, foi regido pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, cuja área de atuação e poder em algumas colônias crescia significativamente. O que se segue então, a partir da presença de outros países europeus nas ilhas, além do maior interesse de Portugal pelos negócios em território brasileiro, é um período de decadência em São Tomé e Príncipe.

Chegando a ser considerado uma das "periferias" do império português, o arquipélago, no desenrolar do século XVIII, experimentou uma sucessão de fracassadas administrações, as quais eram encabeçadas por portugueses resistentes à obediência dos comandos da corte e considerados intolerantes, pois atravessados por seus interesses pessoais, nas relações com os

comerciantes locais. O centro administrativo das ilhas, por exemplo, foi transferido para a ilha de Príncipe, em 1753, o que acentuou os conflitos entre aqueles que ocupavam os cargos de chefia, pois muitos se recusaram a sair de São Tomé. O cenário era crítico, as atividades econômicas precisavam ser retomadas e os conflitos internos, bem como a desordem política, contidos: "Se as condições internas à capitania dificultavam sua recuperação econômica, o complicado panorama internacional e a profunda mudança na arquitetura do império, que se tornava luso-brasileiro, a inviabilizaram" (BRILHANTE, 2009, p. 81). De fato, alguns acontecimentos externos repercutiram não apenas no arquipélago, mas também em outras partes do continente africano, como a Revolução Francesa e a posterior ascensão de Napoleão Bonaparte, cujo tempo no poder fora majoritariamente dedicado à tentativa de controlar parte da Europa ocidental, inclusive no que se refere ao comércio entre países europeus, como Portugal e Espanha, nações invadidas pelo exército francês, com a Inglaterra, grande entrave nas ambições napoleônicas. Os esforços despendidos na administração das colônias certamente precisaram ser divididos com os planos de supremacia napoleônicos então colocados em prática. Além disso, nesta época, a escravidão começa a se tornar um problema, não necessariamente por sensibilidade ou comoção das grandes potências da época, que ditavam o funcionamento do mundo, diante de prática tão execrável, mas por conta das novas configurações econômicas desenhadas pela industrialização inglesa, ponto que será retomado em breve. Em relação direta com o contexto francês está o ocorrido no Haiti, inicialmente colônia espanhola e depois território controlado pela França. O final do século XVIII trouxe ao mundo novos ideais, outras possibilidades de organização social e política, as quais, se não modificaram de imediato alguns cenários, ensejaram o que viria posteriormente. O caso é que a população negra do Haiti, profundamente afetada pelos ares libertários e igualitários da Revolução Francesa, travou na década de 1790, praticamente acompanhando a cronologia dos levantes franceses, uma intensa disputa pelo fim da escravidão e pela igualdade entre brancos e negros. Os revolucionários haitianos foram liderados pela histórica figura de Toussaint-Louverture, o qual fora também escravo, mas liberto alguns anos antes do início das lutas pela independência. A abolição é conquistada, após um longo período de guerra civil, e o Haiti, nome que substituiu a denominação de São Domingos - instituída pelos europeus, se torna a primeira ex-colônia do ocidente. Entre as ilhas, a africana e a localizada na América Central, é possível elencar alguns pontos em comum, como a "[...] condição periférica e insular, o grande número de escravos e a existência de tropas majoritariamente constituídas por negros (BRILHANTE, 2009, p. 81)". Entretanto, a comunhão desses fatores não foi o suficiente para

que São Tomé e Príncipe alcançasse as mesmas conquistas haitianas. Teoricamente, a abolição no arquipélago africano é datada de 1875, mas o trabalho forçado, revestido de distintos nomes e dinâmicas, durou até a tardia independência, cem anos depois. O desenvolvimento industrial da Inglaterra, como apontado, também foi relevante para o início das transformações das relações de trabalho em todo o mundo. O contexto gerou a demanda por uma nova logística, pautada, por um lado, pelo fortalecimento de um mercado consumidor e, por outro, pela abertura das fronteiras comerciais para novos investimentos. O Tratado de Aliança e Amizade, estabelecido entre Inglaterra e Portugal, em 1810, por exemplo, determinava novas tarifas de mercado para os dois países, bem como obrigava a metrópole portuguesa a rever suas práticas escravistas, objetivando o seu fim. Todos esses fatores externos apresentados até aqui compõem um quadro de mudanças que, aos poucos, se tornou determinante para os rumos das colônias portuguesas, incluindo, claro, São Tomé e Príncipe. Apesar do papel importante desses acontecimentos, cabe destacar que as transformações vividas pelo arquipélago, assim como por outros territórios africanos, não podem ser associadas apenas a fatos ocorridos fora das ilhas. Há que se considerar a complexidade dessas sociedades, bem como de suas mutações, dentro de seu próprio funcionamento e de suas próprias características. Essa complexidade é ainda mais evidenciada quando o olhar se volta para as fusões culturais típicas do encontro entre povos distintos. Para as ilhas, especificamente, tem-se que

O resultado deste encontro da cultura portuguesa e das várias heranças culturais africanas foi a criação de uma cultura crioula com os seus próprios costumes e línguas. São Tomé é uma sociedade plural onde o processo de criouliização continua. Pode-se distinguir os Forros, a maioria dos crioulos de origem luso-africana em São Tomé, os antigos contratados de Angola, Cabo Verde e Moçambique e os seus descendentes chamados Tongas, assim como a pequena comunidade dos Angolares (SEIBERT, 1995, p. 240).

Sendo assim, diante de tão rico emaranhado de agentes sociais, o qual foi tecido ativa e diariamente, no convívio em sociedade, pelas partes envolvidas, atribuir aos países europeus o protagonismo dos processos históricos dos países colonizados é reafirmar, ética e discursivamente, os antigos espaços de poder, o que não é o caso aqui. Mais coerente parece, levando em consideração a responsabilidade social que se pretende implicada neste trabalho, considerar tais conjunturas de maneira a relativizá-las ou, ao menos, propor-se à abertura de perspectivas para esta produção de saberes que é a pesquisa acadêmica. Em se tratando de estudos temporalmente situados após as independências de países colonizados, e que tratam

do assunto, tal problematização, a de perceber criticamente esses estudos também como "instrumento de análise de relações de hegemonia e desvelamento da colonialidade do saber segundo uma estratégia de resistência a sistemas de conformação da tendência hierarquizante da diferença" (MATA, 2014, p. 31), se potencializa. Relativizar o protagonismo em território africano é resistir à "tendência hierarquizante da diferença", isto é, resistir à ideia de que a diversidade fenotípica, cultural, linguística, de procedência, ao invés de ampliar as maneiras de apreender o mundo, continua a ser abafada em detrimento da sobreposição de um determinado coletivo na estrutura de uma sociedade. Relativizar o protagonismo em território africano, em São Tomé e Príncipe, é se atentar para a não sobreposição de nenhum dos agentes sociais - europeus, forros, angolares, "descendentes chamados Tongas", judeus, no que se refere ao complexo, enigmático, multifacetado desenvolvimento das ilhas. A partir deste instrumento, a própria pesquisa e suas indagações, pode ser possível dar a conhecer essas "relações de hegemonia e colonialidade", deslocando o olhar do pesquisador e do leitor "para os (outros e novos) interstícios do poder..." (MATA, 2014, p. 31).

Como dito anteriormente, a "arquitetura do império" português estava se transformando, no século XIX, a começar pela mudança da corte, e do rei Dom João VI, para o Brasil. Dentre algumas determinações desse novo arranjo, estava o fim da obrigatoriedade da parada em São Tomé e Príncipe dos navios que levavam escravos para território brasileiro, além da proibição dos insulares de comercializar com estrangeiros. Essas medidas trouxeram impactos profundos na economia das ilhas e evidenciam o descompromisso de Portugal diante da situação do território extorquido:

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro deu início a uma nova fase nas negociações diplomáticas portuguesas, marcadamente no que se referia à abertura dos portos e às pressões inglesas quanto ao fim da escravidão. São Tomé e Príncipe sentiu desde muito cedo as consequências dessas pressões, tanto em seus aspectos econômicos quanto na presença de navios ingleses envolvidos em ações concretas contra os navios negreiros (BRILHANTE, 2009, p. 88).

A partir daí, pareceu inevitável reinventar a sustentabilidade do arquipélago. Apenas no século XIX Portugal procura novamente se estabilizar nas ilhas e controlar os desdobramentos da instabilidade gerada anteriormente, período esse considerado como uma recolonização de São Tomé e Príncipe. O retorno às atividades agrícolas, bem como a consolidação das roças - consideradas patrimônio de São Tomé e Príncipe, configurou-se como novo caminho a ser seguido pela sociedade são-tomense. A produção de café e cacau reanimou a dinâmica local, fazendo do arquipélago, no começo do século XX, o maior

produtor mundial de cacau, e trouxe novas configurações sociais e de trabalho para a população, especialmente no que se refere à labuta nas roças, já que o emprego da mão de obra escrava não mais se realizava com a mesma facilidade de antes. Curioso apontar que a posse das roças, "empreendimentos agrícolas baseados no trabalho intensivo e na disjunção social, econômica e política entre dirigentes e força de trabalho" (NASCIMENTO, 2004, p. 186), também fora exercida pelos forros - africanos livres das ilhas, fato que aparenta dialogar diretamente com a dissolução hierárquica citada no começo deste capítulo: a ocupação de cargos, pertencentes às atividades econômicas, por africanos provavelmente auxiliou a conquista dessas posses. Tal cenário favoreceu, por exemplo, a ida de jovens, filhos desses proprietários, para o exterior, na busca por uma formação e melhores condições de vida: "No início do século XX, houve em Lisboa mais estudantes são-tomenses do que de todas as outras quatro colônias [Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique] em conjunto. Muitos aderiram às associações pan-africanistas da época e opuseram-se à discriminação racial" (SEIBERT, 2015, p. 109). Mesmo que posteriormente os portugueses tenham se empenhado em destituir as posses de terras dos forros, e conseguido recuperar o controle de quase todas as roças, era certo que outras questões não poderiam mais se submeter ao domínio de Portugal, como a propagação dos referidos ideais pan-africanistas e a luta pelo fim do sistema colonial.

O início do século XX foi um período produtivo para os proprietários das roças, devido ao aumento das exportações de cacau. Esse cenário, entretanto, tem como pano de fundo o contínuo abuso de trabalhadores que ainda eram incorporados de outras regiões, primeiro de maneira ilegal, pois o tráfico havia sido interrompido em 1836, depois por meio de contratos trabalhistas. Essa mão de obra, vinda de países como Angola, Moçambique e Cabo Verde, era formada por africanos que buscavam melhores condições de vida e acreditavam na data de validade apresentada nos contratos de trabalho nas roças. No entanto, esses acordos não foram cumpridos pelos roceiros. Os serviçais, como foram denominados os trabalhadores contratados, não viam saída para retornarem aos seus países de origem. Eram obrigados a cumprir com os contratos de trabalho assinados e começavam a se ver em situação de exploração, mesmo com a pressão internacional sobre Portugal para que nas colônias fosse abolido em definitivo tal abuso:

[...] o trabalho nas roças aparecia como trabalho forçado por duas razões. A primeira, a entrega do corpo a ritmos laborais alheios às necessidades próprias e decididas por quem tinha uma posição dominante, segundo a memória local, graças à extorsão violenta de terras e à discriminação racial na administração pública local. A segunda razão, porventura mais significativa, respeitava à desqualificação social inerente à situação dos serviçais (NASCIMENTO, 2004, p. 203).

A situação se complicou em demasia não apenas pela exploração dos serviçais, mas também pelo comportamento da população nativa são-tomense diante dessa exploração. Além de se recusarem ao trabalho forçado, alguns forros ocuparam cargos administrativos nas roças, fato que coloca os próprios africanos são-tomenses em um lugar de passividade, de omissão, diante do abuso vivido pelos contratados. No ano de 1953, a insistência portuguesa pela condição colonial das ilhas e pela manutenção das relações de trabalho compulsórias não apenas nas roças, como também em obras públicas, é rejeitada pelos nativos e, posteriormente, também pelos expatriados, o que levou o arquipélago a uma guerra civil, conhecida como Massacre de Batepá, episódio histórico abordado com mais atenção no capítulo 5 - a partir da leitura do poema de Lima denominado "1953". Encabeçados pela figura de Salustino Graça, considerado o organizador do levante revolucionário, os trabalhadores ilhéus sofreram a intensa repressão portuguesa. Milhares foram assassinados ou amontoados nas prisões, na tentativa de Portugal em estabelecer uma "limpeza" entre os insurgentes. Por ora, é importante destacar que o Massacre se tornou elemento de identificação nacional em São Tomé e Príncipe, considerando a necessidade de tal elemento para a consolidação dos movimentos emancipatórios, e até recentemente o episódio se mostra à população e ao mundo parcialmente, devido, entre outros motivos, à recusa portuguesa em liberar o acesso a algumas documentações da época sobre o ocorrido.

No ano de 1972, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), dirigido por Miguel Trovoada e Manuel Pinto da Costa, influenciado por organizações de mesmo cunho em outras colônias africanas sob comando português, como Angola e Moçambique, dá início aos processos de descolonização do arquipélago. A independência do país é conquistada em 1975 e Pinto da Costa torna-se seu primeiro presidente. O quadro social e econômico são-tomense instaurado após a emancipação política refletiu a ausência de mudanças estruturais. Apesar da estatização das roças, efetuada pelo governo monopartidário do MLSTP, uma das ações primordiais esperadas pela população, pois prometida pelo partido antes da independência, a reforma agrária, demorou mais de 20 anos para ser iniciada. A pouca dedicação do governo diante da questão fundiária foi crucial para a dificuldade de

reconstrução da nação: "A manutenção das roças em detrimento de uma repartição da terra revelar-se-ia uma escolha com nítidos contornos políticos. Por seu turno, quase se impondo como incontornáveis, as roças ajudariam a ancorar a estrutura e a distribuição do poder no pós-independência" (NASCIMENTO, 2001, p. 5). Parte significativa dessas terras permaneceu concentrada nas mãos de poucos ou foram abandonadas, diminuindo muito a produtividade agrícola nas ilhas e intensificando os níveis de pobreza da população.

Outra questão elementar desse cenário tem relação com os trabalhadores das roças, os quais representaram a força motriz da agricultura local durante o período colonial. Nem todos esses serviçais, importados na segunda colonização portuguesa, conseguiram voltar para seus países de origem após a independência do país, principalmente os cabo-verdianos. Diante do fato, o que sobrou para esses indivíduos foi a marginalização e a invisibilidade social, contrapondo-se, por exemplo, à elite composta pelos médios empresários, os quais adquiriram vantagens nos poucos processos de investimentos e distribuição das terras. O ex-contratados eram vistos como estrangeiros e desfavorecidos nas ações governamentais: "hoje são pequenos agricultores ou reformados sem terra - vivendo amargamente de expedientes ou da esmola de familiares e amigos" (TEMUDO; ARVÉOLA, 2004, p. 11).

É possível associar os entraves sociais vividos pela população são-tomense à sua instabilidade política. Além da tardia independência, há menos de 50 anos o país ainda era uma colônia, as primeiras eleições democráticas foram realizadas apenas no ano de 1991. Os governantes que assumiram o poder têm se mostrado ineficazes diante da lida com os problemas do país e vários são os relatos de corrupção e censura à imprensa local. Como habitualmente acontece nos países colonizados, a emancipação política não pôs fim à dependência econômica externa e não foi o suficiente para colocar o país nos trilhos do desenvolvimento. Com uma economia baseada na agricultura e no turismo, e a despeito da possível introdução da extração de petróleo nas ilhas - ainda sem data certa para ser iniciada -, o que se vê na realidade é um país onde a expectativa de vida não passa dos 66 anos, pouco mais da metade da sociedade tem acesso à energia elétrica e mais de dois terços da população se encontra na pobreza. Além de sua condição insular, fato que encarece as trocas comerciais, os desafios concernentes à diversificação produtiva, a fim de diminuir a necessidade de importação de bens primários, à assistência da população e à composição de um corpo político comprometido com esses desafios compõem o atual cenário São Tomé e Príncipe.

Alguns desses problemas fazem parte da temática abordada por Conceição Lima na coletânea de poemas aqui estudada. Com o intuito de tirá-los da obscuridade, tornando-os,

pelo contrário, ponto de partida para os debates e reflexões necessárias, a escritora dá continuidade, como se verá a seguir, à dedicação dos intelectuais são-tomenses em contribuir para a transformação do arquipélago.

3.2 LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA: AS LETRAS DAS ILHAS E SEUS AUTORES

Antes de abordar a literatura no arquipélago, alguns apontamentos gerais serão feitos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa. Como se verá a seguir, cada uma possui suas particularidades e devem a elas os seus valores. No entanto, a partir dessa visão ampla é possível tecer algumas reflexões mais críticas sobre essas manifestações literárias, a partir do momento em que se coloca como ponto comum entre elas a íntima relação que os escritores estabelecem entre o seu ofício e a realidade de seus países.

O estudo sobre as literaturas africanas expressas em língua portuguesa suscita de antemão uma importante questão. O fato de que os países africanos – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe -, cuja língua oficial é o português, possuem histórias distintas e suas literaturas se constituirão cada uma à sua maneira. Ressalta-se, portanto, a existência de cinco diferentes literaturas. Em entrevista concedida à Revista Crioula, em 2009, publicação online do programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de São Paulo (USP), Inocência Mata, pesquisadora da área, é indagada sobre os sistemas literários da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Em comparação à Angola, Moçambique e Cabo Verde, esses países já teriam suas literaturas consolidadas? Eis um recorte da resposta de Mata:

Claro. A questão é que nós continuamos a pensar a África a partir do olhar da ex-metrópole. Estudar a África pelo prisma do ex-colonizador é um crime intelectual. O fato de um escritor não ser publicado em Portugal não quer dizer que ele não exista. [...] A sua formulação, pondo em causa a existência desses sistemas é disso um exemplo. Gosto daquela afirmação do vosso Antonio Candido acerca da literatura brasileira: ‘Comparada às grandes, a nossa literatura é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime’. É isso. Existe pois, nestes países, um sistema consolidado com livros que estão publicados. Dir-me-ão: mas não se consegue ter acesso aos livros. Pois não, porque a circulação de bens culturais não é uma realidade entre os nossos países. Mas algum são-tomense lembra-se de pôr em causa a vitalidade literária do Brasil? Claro que não. Levava logo o rótulo de ignorante. O que o Brasil conhece? Apenas o que é publicado em Portugal. É só o que o Brasil conhece. Não conhece os muitos escritores que são publicados em Angola, em Cabo Verde e em Moçambique, para falar dessas três literaturas, que, parece, são as únicas tidas como de “sistemas consolidados”, as únicas estudadas. O que nós vemos é que os escritores que não são publicados em Portugal não são estudados. Salvo raríssimas exceções. Portanto, continuam a ver as literaturas africanas, a ver a África pelos olhos da ex-metrópole. Na minha perspectiva, isto é inaceitável.

Pode-se dizer que talvez o cenário não esteja exatamente igual ao que era há nove anos, quando a entrevista foi publicada, apesar da experiência com as próprias publicações da escritora aqui estudada. Dos cinco livros de Conceição Lima, apenas a coletânea *A dolorosa raiz do micondó* se encontra disponível em livrarias brasileiras. O espírito indagador proposto por Mata é bastante útil para os estudos sobre África, principalmente quando se pensa a narratividade ocidental do mundo. Certo deslocamento se faz necessário, se não teórico, ao menos crítico, para não se correr o risco de reproduzir, fazer perdurar as lentes ocidentais como semântica excelsa para ver a vida. A defesa de Mata pela autonomia e solidez dessas literaturas africanas não impede, porém, que em alguns momentos elas se arranjam em conjunto, configuração possível devido aos pontos de tangência entre os movimentos literários, principalmente na primeira metade do século XX, período em que as produções eram concomitantes à formação dos movimentos emancipatórios e à construção indispensável para tais anseios – os libertários, de uma ideia de povo africano, de algo que pudesse ser apreendido como comum a todos os africanos.

Qual seria o lugar ocupado pela escrita poética em um mundo sufocado por desigualdades? Em que momento a necessidade de contar histórias, resgatar memórias e combater o esquecimento passam a ser percebidos e a tomar conta das produções literárias desses países? Muito da identidade cultural, religiosa e linguística das nações africanas se perderam nos 500 anos de colonização, dando lugar a tudo aquilo que o colonizador julgasse que fosse preciso ser assimilado (outra língua, outra identidade). A tentativa de retomada de suas próprias histórias por parte das comunidades oprimidas é tida por muitos autores como uma (e muitas vezes a única) saída frente a imprescindibilidade de se construir uma

identidade nacional, um processo laborioso e complexo, mas que precisa ser executado diante das dinâmicas perversas que envolvem essas dominações. Fica a encargo da Literatura, já nas primeiras publicações dessas regiões, um trabalho inevitavelmente didático e de caráter formativo, e que, portanto, busca dar vazão a uma identificação comum que valorize suas tradições e culturas. Logo, cabe ao escritor interferir na realidade marginalizada de seus povos e culturas, partindo de sua própria vivência e do que é coletivamente observado e sentido, para que essas vozes sejam reconhecidas e suas histórias, mitologias, religiões, oralidades, estéticas e múltiplas manifestações culturais possam ser, enfim, contadas.

Os discursos e práticas eurocêntricas, direta e indiretamente, contribuem para uma perpetuação das desigualdades envolvendo os países africanos perante os colonizadores, procurando reduzir e até dizimar as relações e produções culturais dessas terras. Não sem oferecer uma forjada possibilidade de redenção: nega-se a possibilidade de que sejam mantidas suas próprias histórias, as histórias de seu povo antes das invasões de suas terras, seus aspectos culturais, suas individualidades, oferecendo em troca um lugar fantasmagórico no qual, certamente, o oprimido nunca terá real acesso. Uma das táticas de silenciamento aplicadas pelo Ocidente foi considerar o continente africano uma região sem escrita e, portanto, sem registros, sem história. O fato de grande parte da cultura desses países ser marcada pela oralidade (e de maneira nenhuma essa seja uma característica unicamente presente nesse grande continente) foi usado como forma de desmerecer e inferiorizar as singularidades de toda a África, contribuindo para um apagamento de seus valores e costumes.

Nunca é demais lembrar que o ponto de vista apresentado era sempre o do homem europeu, culto, cristão, superior na civilização de que se fazia representante. E o processo de alienação ia mais longe, ao impor também a geografia da metrópole como repertório de conhecimento: nas escolas eram ensinados os nomes dos rios de Portugal, descritas as suas montanhas, a sua rede de estradas de ferro e as suas estações climáticas. O espaço africano ficava apagado e o homem que ali vivia jogado na abstração de referências impalpáveis. A desterritorialização, mais que um conceito, tornava-se uma experiência diária (CHAVES, 2004, p. 149).

A percepção das crueldades envolvendo esse maquinário é, portanto, o ponto inicial para se escapar dele. A poesia firma-se como um ato de resistência das Africanidades, ao mesmo tempo em que recupera e atualiza essas identidades. Após um período marcado por alienações, em que o dominado era forçosamente obrigado a se desfazer de sua identidade e absorver a do “outro”, a do colonizador, as literaturas africanas vão se desfazendo de uma

escrita desprendida das questões que pouco ou nada tinham a ver com a realidade de suas terras, uma literatura trazida pelos invasores, e passam a abordar a dolorida temática da opressão, cercada tanto pela revolta como pela esperança. Sobre esse trânsito, de acordo com o pesquisador Manuel Ferreira,

[...] temos deste jeito, e em resumo, o seguinte: cedo se esboça uma linha africana, irrompendo de um sentimento regional e em certos casos de um sentimento racial fundo, mas postulado ainda em formas incipientes que, tenazmente, abre um sulco profundo por entre a literatura colonial. De sentimento regional se transita para sentimento nacional, que vai dar lugar, entretanto, a uma literatura alimentada já por uma verdadeira consciência nacional e daí uma literatura africana, caracterizada pelos pressupostos de intervenção (FERREIRA, 1977, p. 32).

Uma, senão a maior, característica presente nas literaturas dos autores oriundos de países africanos de língua portuguesa é a busca da ancestralidade, um tanto distante, mas por onde o desejo de libertação é atravessado. No decorrer desse regresso seria possível encontrar os símbolos necessários para os povos tecerem suas próprias identidades. Nesse cenário, agarrar-se às marcas culturais africanas é agarrar-se à construção de si mesmo. Em tal processo, o uso das narrativas que resgatam uma oralidade tem por intuito dar formas e palavras a uma realidade que precisa ser contada, que permeia uma série de experiências vividas pelos donos daquelas terras e que, durante muitos séculos, foram invisibilizadas e, mais que isso, sendo substituídas de maneira forçada por uma cultura estranha, totalmente alheia às problemáticas daquelas regiões. Por meio, também, da literatura é possível encontrar um modo de tentar preencher essas lacunas deixadas pelas invasões, reconstruindo Histórias que até então eram oficialmente contadas por Portugal. Entender o itinerário da busca do passado – que não estaria completamente perdido – é compreender, nesse período, sua importância para a ressignificação de um mundo que já não é mais o seu, e que, mesmo sendo marcado pelo sofrimento, tem possibilidades de se tornar a esperança de um território reconquistado:

Diante do panorama que se abre, não há regresso e a sugestão do poeta é só uma: dinamizar o legado, apropriar-se daquilo que outrora foi instrumento de dominação e foi, seguramente, fonte de angústia. A recuperação integral do passado é inviável. Seu esquecimento total se coloca como uma mutilação a deformar a identidade que se pretende como forma de defesa e de integração no mundo. A harmonia - tal como era, ou deveria ser - foi atingida e não podendo ser recuperada, há de ser reinventada com aquilo que o presente oferece. Interferir, descrever, inventar apresentam-se como palavras de ordem nesse processo de revitalização do território possível. Destituído de tanta coisa, o africano recupera-se na desalienação, ponto de partida para afirmação de seu mundo, para sua afirmação um mundo que já é outro, no qual ele precisa conquistar um lugar. Não seria legítimo nem produtivo falar em pureza de raça, etnia, cultura. A empresa colonial levou muita coisa, mas deixou outras. Trata-se, pois, de aproveitar a herança, conquistar seu uso (CHAVES, 2004, p. 152).

E essa motivação, salvo as dinâmicas específicas de cada nação, é um ponto comum entre as literaturas dos cinco países africanos cuja língua oficial é o português. O idioma, usado como instrumento de dominação pelos colonizadores, configura-se, portanto, como objeto usado para se navegar ao encontro da comunicação que liberta, que busca resgatar manifestações da cultura popular, mitologias, afirmar uma nacionalidade, referenciar a terra africana através de uma poética que se aproxima da oralidade, estruturando um estilo próprio, que se mistura com muitas línguas locais, batendo de frente com o pensamento do colonizador. Esse exercício literário vem tentar cobrir o buraco deixado pelas desintegrações provocadas pela presença do colonizador. Uma tentativa apegada a utopia, que se revelou indispensável para as transformações das realidades desses povos. Boa parte dessa luta vive na poesia.

No que se refere às produções literárias são-tomenses, tem-se como referência inicial o poeta Marcelo da Veiga (1892-1977) e Francisco José Tenreiro (1921-1963). Veiga nasceu na ilha de Príncipe e, além de escrever para o jornal *O Correio da África*, participou de algumas antologias e depois de sua morte teve seus poemas reunidos no livro *O canto do Ossobó* (1989). Uma das marcas de sua poesia se relaciona com a questão da língua portuguesa, vista como instrumento de dominação e, ao mesmo tempo, utilizada para o questionamento dessa e de outras formas de opressão produzidas pelo sistema colonial. Tenreiro, para muitos críticos, é apontado como o primeiro poeta são-tomense a trabalhar e exaltar as expressões da negritude na poesia dos países africanos de língua portuguesa, perpetuando um estilo sob forte inspiração das perspectivas do escritor senegalês Leopold Senghor (1906-2001) e do poeta Aimé Césaire (1913-2008), nascido em Martinica. Sua obra torna-se fonte de inspiração não só para os movimentos literários, mas também para as mais importantes organizações políticas naquele momento: a Casa dos Estudantes do Império e o Centro de Estudos

Africanos, do qual o próprio Tenreiro colaborou com a fundação em 1951 e esteve intimamente ligado. Por essas organizações passaram os vários literatos responsáveis pelo que há de mais representativo em São Tomé e Príncipe, e que melhor traduziram o contexto cultural, social, econômico e político da época. Dentre as produções do escritor, destacam-se a primeira obra *Ilha de nome santo*, publicada em 1942, e considerada marco da formação da literatura são-tomense. Anos depois, em 1953, Tenreiro organizava, junto ao angolano Mário Pinto de Andrade, o *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa*, que reunia trabalhos de poetas de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. O conteúdo da publicação, lançada em Lisboa, já era sentenciada por Mário Pinto de Andrade no texto introdutório: era preciso traçar os aspectos da negritude nos países africanos dominados por Portugal, recuperar os signos da terra africana sem deixar de lado a dissolução vivida pelo povo negro submetido à diáspora, à melancolia e à tristeza que refletiam aquele contexto. Tenreiro chegou a escrever outro livro, *Coração em África*, o qual, em virtude de seu falecimento, foi publicado anos depois na *Obra Poética de Francisco José Tenreiro* (1967) (JORGE, 2011). O escritor, considerado "poeta nacional", assim Amador, ex-escravo da época colonial, tem seu rosto estampado em uma das notas da dobra são-tomense.

Outro importante nome da literatura do arquipélago, cuja representação, poética e política, teve significativa influência na formação de Conceição Lima, é o de Alda do Espírito Santo (1926-2010). Além de participar ativamente da história de São Tomé e Príncipe, envolvendo-se com a independência das ilhas, por exemplo, ela ocupou cargos do governo, como o de Ministra da Educação e Cultural, e é autora do hino nacional do país. Publicou textos na imprensa local, foi professora primária e chegou também a presidir a Assembleia Popular Nacional. Presença marcante e constante nas antologias de poesia africana, a poética da escritora se amplia pela referência à figura feminina, a qual

emerge na voz da poeta a partir de imagens de mulheres concretas, como a das mães na lida com a venda do peixe, buscando em um comércio precário a luta para combater a própria fome, ao mesmo tempo que, ironicamente, colaboram para saciar a fome alheia: 'Mãe caminhando p'ra venda do peixe/ e tu, na canoa das águas marinhas/ - Ai peixe à tardinha/ na minha baía/ mãe minha serena/ na venda do peixe/ pela luta da fome/ da gente pequena' (ALÓS, 2012, p. 125).

A escritora abordou também em sua poesia questões anticoloniais, a partir da exaltação das ilhas e de suas particularidades, como a forte presença do mar na vida do arquipélago, o que pode ser apreendido no próprio destaque dado à atividade da pesca, vista

como possibilidade de retirar os são-tomenses de situações insalubres. Ao encontro do engajamento destacado por seus conterrâneos, Alda do Espírito Santo leva para sua poesia a defesa dos injustiçados e oprimidos, bem como a utopia de ver livre e próspera sua gente. Sua proximidade com o ensino infantil e com a formação educacional, de uma maneira geral, também aparece em alguns momentos de sua poesia, onde uma

voz enunciativa, assumindo sua condição feminina, reflete sobre a importância de seu povo poder reaprender, depois de séculos de opressão, lições de humanidade: 'Aqui, na areia, sentada à beira do cais da minha baía/ do cais simbólico, dos fardos/ [...] eu queria ver à volta de mim, uma legião de cabecinhas pequenas./ [...] num cotejo gigante de humana poesia/ na mais bela de todas as lições: HUMANIDADE' (SECCO, 2008, p. 11-12).

O trecho entre aspas da citação acima pertence ao poema "Em torno da minha baía", presente na coletânea *É nosso o solo sagrado da terra*, lançado em 1978. A autora tem publicado também *O jogral das ilhas* (1976). Dentre algumas antologias que contêm poemas da escritora, estão: *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (1958), *No Reino de Caliban II* (1976), *Sonho Mamana África* (1988) e *O Coro dos Poetas e Prosadores de São Tomé e Príncipe* (1992).

Outros nomes da literatura de São Tomé e Príncipe, os quais não serão pormenorizados devido à dificuldade em encontrar materiais de referência para tal: Maria Manuela Margarido (1927-2005), Tomás Medeiros (1931), Maria Olinda Beja (1946) e Sara Pinto Coelho (1913-1990), além, claro, de Conceição Lima, cuja abordagem será feita no próximo capítulo.

4 LITERATURA DE TESTEMUNHO: APROXIMAÇÕES

4.1 O SÉCULO XX

Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita, é uma civilização decadente. Uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais, é uma civilização enferma. Uma civilização que trapaceia com os seus princípios, é uma civilização moribunda.
Aimé Césaire, em *Discurso sobre o colonialismo*

Quando se olha para o mundo como um espaço comum, a organização da realidade a partir de fatos históricos mostra que os seres humanos têm falhado na empreitada de coabitá-lo. Isso pode ser exemplificado de diversas maneiras, como se verá no recorte a seguir. A produção de narrativas, aqui entendidas, dentre tantas outras possibilidades, como originárias de uma “premência de se estabelecerem modos de compreensão e entendimento do mundo em que se vive” (RESENDE, 2009, p. 34), sob e sobre esses contextos, os quais giram em torno da inaptidão humana diante da alteridade da espécie - e cuja consequência direta é a tentativa de aniquilamento dessas diferenças (por isso se mostra falida a empreitada), é problematizada aqui quando manifesta nas fronteiras com o literário. Tem-se proposta, pois, uma aproximação entre história e literatura. Em um primeiro momento, é preciso demonstrar a qual período histórico se faz referência aqui, quais suas particularidades e devastações, além da relativização desse intervalo temporal, a fim de recuperar o olhar, sempre que possível, para o contexto africano, pano de fundo desta pesquisa. Logo em seguida, pergunta-se: de quais maneiras a produção de narrativas - o testemunho pela palavra, o registro - sobre os acontecimentos expostos se torna possível e necessária, tendo em vista a natureza brutal de tais experiências, e por que na literatura? Junto aos apontamentos oferecidos para algumas reflexões concernentes à pergunta feita, é importante manter em perspectiva a preocupação dessas discussões com a emergência de problematizar valores que vêm determinando os rumos da vida em sociedade.

Os eventos ocorridos durante o século XX compõem o recorte temporal mencionado acima, devido ao fato de apresentarem um teor nunca antes visto de violência e destruição. Há exatos cem anos, terminava a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conflito bélico que começou a se desenhar décadas antes, ainda no século XIX, com o surgimento do imperialismo. Este novo cenário político e econômico é atravessado pelo desejo dos Estados modernos europeus, Inglaterra, França, Itália, Alemanha, entre outros, em se tornarem

grandes impérios e pelas revoluções industriais, as quais determinaram a produção de manufaturas em larga escala, além das transformações nas relações de trabalho e na vida nos centros urbanos. Diante dessas mudanças, novas demandas foram criadas pelos países europeus que vivenciavam o desenvolvimento industrial, como a busca por matéria-prima, mercado consumidor para as manufaturas e mão de obra barata. Para atender essas necessidades, era preciso ir além das próprias fronteiras, estabelecendo com territórios historicamente já submetidos a processos de exploração novos laços de dominação. O imperialismo é uma versão "moderna" do colonialismo de outrora, iniciado no século XVI pelas grandes navegações. A premissa da expansão a qualquer custo, com o objetivo de dar vazão à produção fabril, vai além do domínio econômico, como explica o filósofo de Camarões Achille Mbembe:

No século XIX triunfa o imperialismo. Nesta época, graças ao desenvolvimento da técnica, às conquistas militares, ao comércio e à propagação da fé cristã, a Europa exerce sobre os outros povos pelo mundo afora uma autoridade totalmente despótica - uma espécie de poder que apenas se exerce para lá das suas fronteiras e sobre pessoas com as quais se julga nada haver em comum (MBEMBE, 2014, p. 101).

Esse abuso de poder começa a se concretizar na partilha dos territórios africanos, no final do século XIX. Além da proximidade com a Europa, a colonização dessas regiões já havia sido iniciada por alguns países, como Portugal e França. No entanto, o fortalecimento político, militar e financeiro dos novos Estados modernos implicou a reorganização e o compartilhamento desses domínios. Era preciso dividir o "bolo". Para não precisarem lidar com a essência criminoso e desumano de seus atos, as nações europeias, especialmente a Inglaterra - país que primeiro viveu a Revolução Industrial, no século XVIII, e que se autodeclarava responsável por levar ao mundo, a mando de Deus, o desenvolvimento e o progresso -, irão justificar a "nova" colonização a partir da apropriação das teorias darwinianas de evolução da espécie, as quais aparecerão novamente décadas depois, nos discursos eugênicos nazistas, por exemplo. O pesquisador britânico Charles Darwin, além de estremecer com seus estudos as explicações cristãs para a criação da Terra, acabou por se tornar figura representativa da ascensão da ciência como lugar do irrefutável. O processo evolutivo foi retirado da natureza, lugar onde Darwin desdobrava suas reflexões, e transferido para o âmbito social. A evolução do ser humano seria também um processo natural, o que fundamentaria a noção de superioridade entre os seres, obviamente sendo os europeus considerados os mais evoluídos e incumbidos de propagar a sua grandiosidade. Essa

incumbência está diretamente ligada a outra justificativa utilizada pelos europeus para embasar suas ações imperialistas: o altruísmo. As comunidades pertencentes às regiões subdesenvolvidas, foco de tais ações, eram vistas com menosprezo, devido às suas culturas particulares e distantes da realidade das cidades europeias. Elas careciam, portanto, dos avanços civilizatórios, os quais seriam "generosamente" ofertados pelos que já se encontravam nessa condição, em troca do livre usufruto das riquezas dos territórios a serem (re)colonizados. Não é difícil perceber como os valores eurocêntricos intensificaram as relações de subalternidade entre os povos. Pode-se afirmar, inclusive, que ainda intensificam, basta considerar, por exemplo, o grande fluxo de migrações direcionadas atualmente ao "velho continente". Indivíduos oriundos dos países subdesenvolvidos, alguns deles espoliados pelos próprios europeus, deixam suas terras de origem em busca de melhores condições de vida e acabam sendo novamente excluídos, recusados, como se não bastasse o histórico de abandono dessas regiões após serem exauridas durante séculos de colonização.

A Conferência de Berlim (1884-1885) oficializou e regulamentou a partilha do continente africano. Os diversos encontros oficiais entre as nações europeias estabeleceram as divisões territoriais de acordo com os interesses econômicos desses países, criando fronteiras artificiais na África e não levando em consideração as especificidades dos povos que ali residiam, o que deu origem a conflitos internos cujas consequências ainda podem ser sentidas na atualidade. Importante destacar que a presença dos europeus em território africano, durante a segunda colonização, enfrentou significativa resistência. Dentre os inúmeros conflitos entre tribos africanas e imperialistas, está a repressão alemã sobre os povos Herero e Nama, pertencentes à região da Namíbia, os quais enfrentaram as tropas coloniais para defender seus territórios e sua própria sobrevivência. Milhares de homens, mulheres e crianças foram torturados e assassinados durante a ocupação alemã. O massacre, considerado por alguns historiadores como o primeiro genocídio do século XX, foi negado pela Alemanha durante as décadas seguintes e alguns restos mortais, levados pelos alemães e utilizados em pesquisas científicas sobre raças, apenas atualmente foram devolvidos a esses povos, que ainda aguardam a devolução de terras e um pedido oficial de desculpas por parte do governo alemão. Outra presença marcante e sangrenta em território africano, mais especificamente no Congo, foi a do imperador belga Leopoldo II. Sob a já referida justificativa de levar a civilização e o progresso aos povos ditos primitivos, o colonizador belga submeteu aquela população a um "verdadeiro sistema de selvageria e horror" (TRAUMANN; MENDES, 2015, p. 266), causando a morte de milhões de africanos durante os anos em que ocupou e explorou

a região. Esses dois casos são apenas alguns exemplos das barbaridades praticadas no continente africano e que normalmente não são registradas pela história oficial, fato que futuramente será crucial para pensar o lugar ético da literatura de testemunho.

As divisões estabelecidas pela Conferência de Berlim não agradaram a todos os países igualmente, acirrando ainda mais o clima de competitividade comercial e bélica entre as potências capitalistas da época. É a partir dessa conjuntura que eclode a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Tal conflito, marcado pelas batalhas nas trincheiras, pelas novidades armamentistas, como os tanques de guerra e os aviões, pela fome e doenças que assolaram os combatentes, gerou um número extraordinário de mortos, cerca de 9 milhões de soldados, além da devastação e da crise econômica que tomará conta da Europa nos anos seguintes.

Dentre as atrocidades praticadas durante a Guerra, há outro evento específico que até hoje não tem o reconhecimento oficial de sua existência: o genocídio armênio, iniciado no ano de 1915. Mais uma vez, por questões de superioridade entre os povos, o Império Otomano resiste à aceitação de sua diversidade populacional, composta por turcos, armênios, judeus, gregos, entre outros, e parte para o aniquilamento daqueles que não eram desejados. Apesar de terem convivido durante muito tempo dentro do mesmo espaço, o governo turco, incitado por disputas territoriais trazidas pela Primeira Guerra, empreende políticas de valorização de seu próprio grupo em detrimento de outras etnias, como a dos armênios. A falta de reconhecimento desse evento, e de outros, reitera a necessidade do trabalho contínuo de recuperação do passado, no sentido de promover o enfrentamento dos atos de extermínio, cuja negação acaba por perpetuá-los, além de reafirmar a invisibilidade do ocorrido:

Aquele genocídio, que atingiu cerca de 1.200.000 armênios do então Império Otomano, de uma população total de cerca de 1.800.0000, até hoje é negado pelo governo da Turquia. Ainda em 2005, um congresso sobre este genocídio, que deveria ocorrer na Universidade de Bogazici, foi impedido pelo governo turco (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 10).

A questão do negacionismo histórico, o qual caminha atrelado ao esquecimento dos fatos, tem também relação com o já referido lugar ético da literatura de testemunho. As lacunas deixadas pela historiografia, pelas narrativas oficiais, pelos governos, ao ignorarem determinadas violências e crimes contra a humanidade, precisam ser contempladas e discutidas. Por isso as reflexões aqui propostas vão considerar uma responsabilidade social e ética no reconhecimento de outras narrativas, a fim de que se solidifique o esforço para a não repetição de tais eventos. Além disso, é preciso considerar a necessidade de retirá-los, os

eventos, da obscuridade e da possibilidade de gerarem outros, manterem os velhos, processos de exclusão.

Esse é o cenário que marca o início do século XX. A abertura do trabalho de Sigmund Freud, *Escritos sobre a guerra e a morte*, redigido em 1915, oferece um lúcido e triste apanhado sobre o que estava a se emoldurar no mundo:

Arrastados pelo turbilhão desta época de guerra, informados de modo unilateral, sem distância quanto às grandes transformações que já se realizaram ou se começam a realizar e sem vislumbre do futuro que já se está a configurar, desencaminhados andamos no significado por nós atribuído às impressões que nos oprimem e no valor dos juízos que formamos. Quer parecer-nos que jamais acontecimento algum terá destruído tantos e tão preciosos bens comuns à humanidade, transtornado tantas inteligências lúcidas e rebaixado tão fundamente as coisas mais elevadas. Até a própria ciência perdeu a sua desapaixonada imparcialidade; os seus servidores, profundamente amargados, procuram dela extrair armas para prestar um contributo à luta contra o inimigo. O antropólogo declara inferior e degenerado o adversário, e o psiquiatra profere o diagnóstico da sua perturbação mental ou anímica. Mas, provavelmente, sentimos com desmedida intensidade a maldade desta época e não temos direito algum a compará-la com o mal de outras épocas que não vivemos (FREUD, 2009, p. 4).

Começa a se estruturar, pois, o século das catástrofes. Freud coloca duas questões fundamentais para se pensar particularidades do período, como mencionado anteriormente. A primeira delas está no prenúncio do que se evidenciará de maneira mais marcante após a Segunda Guerra Mundial: uma crise de representação do real. A simbolização e o entendimento do que estava a acontecer são sobrepujados pelo horror e pelo silêncio, "desencaminhados andamos no significado por nós atribuído às impressões que nos oprimem", coloca Freud. A segunda questão tem relação com o colapso dos valores eurocêntricos, o reconhecimento de uma arrogância que só fez emergir, no final das contas, um desregrado monopólio da violência. Viu-se rebaixadas "tão fundamente as coisas mais elevadas", como a própria ideia de civilização. Viu-se uma sequência de interrupções da regularidade do mundo que se imaginava segura. A decadência do ocidente, ou pelo menos o intenso questionamento sobre sua supremacia, e de suas vestimentas entregues ao ser humano, cuja função seria a de conduzi-lo da maneira mais apropriada pelo imprevisível da vida, traz para o primeiro plano os excessos da depravação e fragiliza de maneira considerável os nós que pretendem manter rijas as relações entre o ser e o mundo. Ainda sobre esse questionamento, continua Freud:

[...] das grandes nações da raça branca, dominadoras do mundo, às quais coube a direcção da humanidade, que se sabia estarem ocupadas com os interesses mundiais, e cujas criações são os progressos técnicos no domínio da natureza e os valores culturais, artísticos e científicos; destes povos esperava-se que saberiam resolver de outro modo as suas discórdias e os seus conflitos de interesses (FREUD, 2009, p. 5).

Um ano antes do fim da Primeira Guerra ocorre a Revolução Russa, em 1917, evento que subverteu o poder no país. Sob a liderança de Vladimir Lênin, o Partido Bolchevique assume o comando defendendo um governo controlado pelos trabalhadores. Algo excepcional para uma realidade hegemonicamente capitalista, essa subversão deu origem à República Socialista Soviética. A influência da Revolução e seus ares socialistas serão significativos durante as décadas seguintes, principalmente no que diz respeito, por exemplo, à bipolarização política no globo, que determinará novos conflitos, e à independência das colônias africanas, como se verá em breve. Em 1919, um acordo foi assinado pelas potências envolvidas na Guerra, o Tratado de Versalhes, a fim de finalizar oficialmente o conflito, estabelecer a paz e deliberar punições. Desse Tratado, importa salientar que as sanções impostas à Alemanha foram decisivas para a ascensão do regime nazista de Adolf Hitler. Apesar da experiência destrutiva da Primeira Guerra e das tentativas dos países participantes em evitar que tal experiência se repetisse, alguns fatores acabaram por contribuir para que o mundo fosse novamente levado a outro conflito bélico de proporções inimagináveis.

No final da década de 1920, a economia dos Estados Unidos, impulsionada durante o período pela demanda dos países europeus, quebrou e levou junto os seus principais mercados consumidores. A crise de 1929 abalou a economia capitalista mundial, afundando ainda mais a população europeia, devido ao aumento da fome e do desemprego. Junto a outras questões políticas e sociais não resolvidas, o que se seguiu na década de 1930 foi o fortalecimento dos regimes totalitários. Além da Revolução Russa, a qual instituiu no continente um regime anticapitalista - que se tornou uma ameaça comunista -, países como Alemanha e Itália encontraram na política autoritária uma maneira de reconstruir suas economias. A característica principal desses regimes totalitários, o nazismo alemão liderado por Adolf Hitler e o fascismo italiano de Benito Mussolini, era o nacionalismo exacerbado, isto é, a dominação, por parte do Estado, de todas as esferas sociais: cultural, militar, setor produtivo, direitos civis etc. O inconformismo alemão diante das imposições do Tratado de Versalhes e as ambições expansionistas de Hitler, revestidas de um desejo de vingança contra os países vencedores da Primeira Guerra, foram determinantes para o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

Durante os seis anos de conflito, a Guerra termina em 1945, o que se presenciou foi uma surreal carnificina humana. Além das mortes oriundas dos combates diretos, dos milhares e constantes bombardeios, incluindo as bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos no Japão, a Shoah, abordada brevemente abaixo, vai se configurar como mais um episódio da ordem do absurdo na história do século XX. A esse evento, inclusive, é atribuído o despontar dos estudos sobre o testemunho, em outras palavras, sobre a simbolização de um real sem precedentes. Vale a pena ressaltar, como já demonstrado, que a prática de aniquilação do ser humano, durante e após a Segunda Grande Guerra, é também registrada em outros contextos. Essa é outra particularidade do século das catástrofes, o fato de que o mal, a violência irracional e a destruição se manifestam a nível mundial. Tem-se, por exemplo, os gulags, terrenos cercados, espalhados por toda a União Soviética, que mantinham prisioneiros políticos e criminosos os quais eram submetidos a trabalho forçado e precisavam, segundo as autoridades, ser excluídos do convívio social. Um triste destino para o país que há poucos anos vivia uma revolução socialista. Esses prisioneiros eram rigorosamente explorados pelos administradores que controlavam o funcionamento dos campos e morriam de inanição, de esgotamento pelas pesadas rotinas de atividade constante. Apesar de já serem ativos antes mesmo do início da Segunda Guerra, os gulags tiveram seu "auge" durante o conflito, quando se registra o aprisionamento de mais de um milhão de pessoas, e ainda permaneceram ativos após o fim da Guerra, recebendo, inclusive, soldados soviéticos que sobreviveram à captura pelo exército alemão e foram considerados traidores por Josef Stalin.

A Shoah foi o genocídio de judeus, sobretudo, e não judeus - ciganos, comunistas, homossexuais, negros, entre outros -, engendrado pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, ou Partido Nazista, do qual Adolf Hitler foi líder, antes de assumir a chefia do governo alemão, em 1933. Shoah, ou Shoa, é um termo de origem hebraica que significa catástrofe, destruição, aniquilamento. O nome foi adotado para fazer referência ao homicídio massivo e é também uma recusa pelo termo Holocausto, que se refere à imolação de pessoas para sacrifício. De acordo com o pesquisador Márcio Seligmann-Silva (2005), essa recusa, manifestada pelos próprios judeus, deu-se pois não se julgava procedente a associação entre os eventos, devido à excepcionalidade das práticas nazistas. A justificativa para o antisemitismo, e para todas as perseguições, estava na pretensão de Hitler em purificar a Europa, a partir de uma postura racista e eugenista, como nas teorias darwinistas, da superioridade do homem branco germânico, ou da raça ariana. A logística do genocídio foi estruturada nos campos de concentração, dezenas de milhares espalhados dentro e fora da

Alemanha. Dentre as funções dos campos estava a de aglomerar prisioneiros para o trabalho forçado ou para o extermínio. Além de morrerem nas câmaras de gás, onde os judeus eram jogados aos montes, as péssimas condições dos campos e o trabalho compulsório também dizimaram milhares de pessoas. Alguns trabalhos seletivos, pois nem todos eram aptos para o trabalho - mulheres, idosos e crianças, por exemplo, seguiam diretamente para as câmaras -, eram feitos pelos próprios prisioneiros. Outra prática comum nos campos eram as experiências científicas. No primeiro campo de concentração criado pelos nazistas, construído próximo à cidade alemã de Dachau, os prisioneiros serviam como cobaias humanas em testes e experimentos, a fim de melhorar a resistência dos soldados alemães às mazelas de guerra, entre outros objetivos.

O fim da Segunda Guerra, e a derrota alemã, abriu os portões dos campos, e o mundo, que até então fechara os olhos para o que estava acontecendo, teve acesso à realidade concentracionária, ou melhor, o mundo pôde conjecturar sobre uma pequena parcela dela. Shoshana Felman, pesquisadora israelense, faz uma abordagem sobre as repercussões das atrocidades das guerras no campo do Direito. Em *O inconsciente jurídico* (2014), uma de suas análises se volta para o julgamento de Adolf Eichmann, chefe da Seção de Assuntos Judeus no Departamento de Segurança de Hitler e responsável pela deportação de prisioneiros para os campos de concentração. De maneira geral, as discussões de Felman abordam as lacunas deixadas pelo indizível das práticas nazistas, as quais o Direito não dá conta de elaborar, de julgar, devido à ausência de precedentes, sem os quais a lei acaba por se tornar inócua, no sentido de não produzir o efeito esperado. Os testemunhos, portanto, assumem o próprio lugar referencial e serão os responsáveis, mesmo dentro de suas impossibilidades, pela narratividade daquela realidade específica, isto é, pela própria construção da história. Sobre essa nova lógica, Felman vai dizer:

[...] a história, por definição, silencia a vítima, a realidade da degradação e do sofrimento - os próprios fatos do caráter de vítima e do abuso - é intrinsecamente inacessível à história. O julgamento de Eichmann é o julgamento das vítimas somente na medida em que são agora as vítimas que, ainda que fosse muito difícil e improvável, estão precisamente *escrevendo sua própria história* (FELMAN, 2014, p. 168, grifo da autora).

O que se segue após o fim da Segunda Guerra Mundial é a bipolarização política do mundo, nomeada pelos historiadores de Guerra Fria. A divisão que se estabelece no cenário global ocorre entre Estados Unidos, representante da ideologia capitalista, e a socialista União

Soviética. O embate direto entre as duas potências não aconteceu, no entanto, suas discordâncias e projetos de expandir seus domínios vai se desdobrar em outros países, a partir da criação de áreas de influência. O grande símbolo dessa cisão, e uma espécie de metonímia mundial, é representado pelo Muro de Berlim. Com mais de 60 km de extensão, o Muro separou a capital da Alemanha em dois lados: Berlim ocidental e Berlim oriental. Inúmeras torres de observação, guardas autorizados a atirar em quem tentasse passar de um lado para o outro - e pessoas morreram assim -, redes elétricas, cães de guarda, todo um aparato para garantir que as pessoas ficassem separadas. Famílias residentes em lados opostos da cidade, por exemplo, não puderam se encontrar por mais de duas décadas. Construído em 1961, apenas em 1989 o Governo da Alemanha Oriental, a quem o Muro mais interessava, pois a migração para o lado ocidental precisava ser controlada, liberou a passagem. Isso aconteceu, porque os dois países, Estados Unidos e União Soviética, lutaram juntos para vencer o exército alemão e, no momento de ocupar o país de Hitler, era importante determinar a qual nação, afinal, seria atribuída a responsabilidade e a glória por findar a Guerra. A Alemanha acabou ficando literalmente dividida. Outra questão relevante do período, e que se estende até os dias atuais, é o desenvolvimento de armas nucleares. As bombas atômicas lançadas no Japão demonstraram ao mundo o poderio de destruição norte-americano, o que, por sua vez, instituiu em outras nações, como a própria União Soviética, a necessidade de também se fortalecerem militarmente. Esse cenário cria um intenso clima de instabilidade, já que, se o confronto entre os dois países acontecesse, provavelmente a destruição seria ainda maior do que a já vivida até então.

Apesar de Estados Unidos e União Soviética não terem se enfrentado diretamente, as duas nações tiveram participação decisiva em diversos outros conflitos espalhados pelo mundo, a maioria deles localizados em regiões subdesenvolvidas. Dentre eles, tem-se a Guerra da Coreia, a do Vietnã, os conflitos no Oriente Médio, as ditaduras instauradas por governos militares na América Latina - como consequência do combate ao socialismo incitado pelos Estados Unidos -, sobre as quais se falará adiante, e os processos de descolonização da África, os quais interessam mais para as reflexões propostas nesta pesquisa. É indispensável lembrar que parte significativa do continente africano já estava sob domínio estrangeiro, por conta dos processos de colonização, desde o início do século XVI. As questões de raça, de uma diferenciação valorativa entre os seres humanos e a tentativa de exterminar pelo uso da força aqueles julgados inferiores, tentativa esta a qual também se pode atribuir a ideia de genocídio, já faziam parte da realidade dos africanos antes

mesmo do início do século das catástrofes. Não se trata aqui, obviamente, de classificar essas violências como mais ou menos importantes, mais ou menos destrutivas. Trata-se de ampliar as perspectivas a fim de sugerir que a empreitada humana de coabitar o mundo já se mostrava falida desde sempre.

Em *Discurso sobre o colonialismo*, publicado em 1950, Aimé Césaire, já citado anteriormente, poeta e político nascido na Martinica, colônia francesa que importou significativa mão de obra africana, afirma que os intercâmbios culturais desencadeados pelos anseios europeus de levar a civilização para o resto do mundo poderiam muito bem ter sido produtivos e enriquecedores: "uma civilização, seja qual for o seu génio íntimo, se estiola se se encerrar sobre si mesma" (CÉSAIRE, 1978, p. 15). Portanto, as trocas, o contato, são necessárias e alimentam o convívio humano. O problema, diz Césaire, é que os europeus optaram por emoldurar o contato com os territórios africanos, com aqueles com "os quais se julga nada haver em comum", recuperando a fala de Mbembe, de maneira oposta a que enxerga benefícios na pluralidade da espécie humana. O poeta vai além e pergunta se, de fato, a colonização conseguiu estabelecer algum contato: "Eu respondo não. E digo que da colonização à civilização a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano" (CÉSAIRE, 1978, p. 15-16). É, pois, a partir dos processos colonizadores que se olha para o contexto africano como também sem referencial na história, como também catastrófico e reprodutor de uma lógica desumana que visava nada menos do que a transformação do ser humano em mercadoria, em moeda de troca, em objeto descartável.

Após séculos de expropriação territorial, seja pelo uso das terras africanas para as plantações, seja pela retirada constante de bens naturais, pela destruição das fronteiras tribais - como ocorreu durante a partilha do continente -, seja pela prática do tráfico humano, por meio do qual os africanos foram aleatoriamente expatriados e distribuídos pelo mundo para se submeterem a uma subsistência de trabalho compulsório, os processos de descolonização serão erigidos a partir de um forte movimento de valorização do negro e de suas culturas. Ideias como a do pan-africanismo e de negritude foram essenciais para que os africanos comesçassem a elaborar sua própria identidade e descolá-la da figura do colonizador. Mesmo que o continente africano seja imensamente diverso, abrigo para particularidades infinitas de línguas e costumes, essa visão geral de uma nação única, de um povo único, foi fundamental

para a união desses povos durante os processos de conquista da independência de seus territórios.

Mesmo após a emancipação política dos países africanos, distribuídas durante várias décadas pós-segunda Guerra Mundial, a realidade desses países e de suas sociedades não obteve as modificações necessárias. O que se vê, hoje, em África é um continente ainda assolado pela fome, pela pobreza, por doenças e conflitos internos que estão longe de serem resolvidos. Além disso, é preciso destacar outros desdobramentos advindos da dominação do mundo pelos brancos, como o preconceito sofrido pelos afrodescendentes em várias partes do globo. O que importa salientar, por ora, é que atualmente diversos movimentos têm se estruturado na tentativa de ressignificar esse passado e reconstruir um outro espaço comum, como Seligmann-Silva propõe. Um desses movimentos se encontra na tentativa de caminhar junto ao protagonismo africano, a partir da escuta de suas vozes, de suas histórias, de suas visões de mundo. Por isso se faz importante considerar as aberturas trazidas pela apropriação do testemunho pela palavra como lugar legítimo e potente de elaboração subjetiva e de transformação do mundo. A escrita surge como possibilidade de libertação. É neste lugar que, "pelos seus próprios traços, os Negros, estes seres-capturados-pelos-outros, conseguiram articular uma linguagem para si, reivindicando o estatuto de sujeitos completos do mundo vivo" (MBEMBE, 2014, p. 12).

4.2 O TESTEMUNHO

Os eventos trazidos até aqui vão impactar sobremaneira os estudos sobre o testemunho, mais comumente apreendido no ambiente jurídico. Antes de tentar demonstrar como o ato testemunhal será influenciado pelos episódios catastróficos do século passado, é preciso se aproximar de suas características enquanto ferramenta utilizada nos tribunais. Dentro desse contexto, o do Direito, a testemunha tem o papel importante de trazer à tona a verdade, de construir julgamentos sobre determinado acontecimento. A essa perspectiva jurídica de testemunho se atribuiu o nome "testis", termo de origem latina que designa o defensor da lei, a própria testemunha. Como esclarece Seligmann-Silva, sobre tal denominação, "a testemunha, no sentido de 'o que vê', se aproxima tanto dos paradigmas da historiografia como da cena do tribunal. Neste último sentido, o termo mantém ecos de sua origem em 'terstis', terceiro, enquanto instância para decisão em um julgamento entre duas partes" (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 4). Essa propriedade, a de fundamentar deliberações,

sentenças jurídicas, e comprovar a realidade dos fatos, reside na premissa de que a testemunha conta com duas "vantagens" em relação aos outros indivíduos envolvidos no que foi testemunhado. A primeira diz respeito ao uso da visão. A experiência de ver com os próprios olhos é o que dá credibilidade ao testemunho. Não há possibilidade de refutação para o que foi visto, por isso é ele, o testemunho, o responsável por deixar evidente o que realmente sucedeu. A segunda, por sua vez, está na sua posição ocular dentro da cena testemunhada. A testemunha não está envolvida, ela vê "de fora". Tal lugar privilegiado reforça a confiabilidade da narrativa, pois aqueles que participaram ativamente do acontecimento não conseguem elaborar suas vivências de maneira imparcial, objetiva, descontaminada de emoções, as quais comumente interferem no momento em que os protagonistas da cena têm de formar juízos sobre suas próprias ações.

As perspectivas da narrativa testemunhal enquanto discurso fidedigno da realidade, enquanto construída por um indivíduo cuja posição neutra e passiva, dentro da experiência submetida a julgamento, confere-lhe poder e legitimidade serão problematizadas em consequência das inimagináveis paisagens e experiências hediondas vivenciadas no decorrer do século das catástrofes. Neste momento, o paradigma do testemunho como "testis" se coloca em comparação com o "superstes", o qual percebe a testemunha não apenas como pessoa que assiste a determinado acontecimento, mas que sobrevive a ele. A experiência de quase morte convoca outros atributos para se pensar sua narrativa:

O modelo do testemunho como *superstes* tem a audição e não a visão em seu centro. Pensar a história a partir dele significa aprender a diminuir o papel dado ao *ístor* do termo e se pensar em uma história mais auricular: aberta aos testemunhos e também ao próprio evento do testemunhar, sem reduzir o testemunho a *meio*. O modelo do testemunho como *testis* é visual e corresponde ao modelo do saber representacionista do *positivismo*, com sua concepção instrumental da linguagem (SELIGAMNN-SILVA, 2010, p. 5, grifo do autor).

Por isso se falou anteriormente da crise de representação do mundo que os eventos do século XX impuseram aos que sobre ele se desdobram. O entendimento da linguagem como representação, "modelo do saber" positivista, é o que norteia a noção do testemunho jurídico, como se lê na fala do pesquisador, e o que suscita a sua complexificação. O mundo - a realidade -, escapa à sua própria simplificação, a qual parece nunca ter pertencido, tornando-se o lugar do irrepresentável. E são as testemunhas sobreviventes que terão de lidar com essa desconexão entre linguagem e acontecimento. Ao mesmo tempo, esses episódios históricos particulares vão encontrar suas narrativas nas próprias testemunhas, não na figura do

historiador. Dessa maneira, Seligmann-Silva propõe "diminuir o papel dado ao "ístor" do termo", a fim de que seja possível ouvir, por isso uma "história mais auricular", essas testemunhas. Não é mais possível que a história, responsável por trazer o passado ao tempo presente, responsável por construir conhecimento sobre o passado, continue a se estruturar sob os mesmos paradigmas. Descentralizar, não excluir, minimamente o saber histórico da figura do historiador, como propõe Seligmann-Silva, e expandir os sentidos para outros protagonistas, pode ser um caminho para erigir novas posturas diante de um passado tão arrebatador e também diante do presente, que ainda se vê assombrado. A correspondência entre linguagem e real não mais procede de maneira eficaz e inequívoca. Aquele estado de descontaminação emotiva, de objetividade e imparcialidade, apreendido no parâmetro do testemunho como "testis" se dissolve, para abrir espaço ao relato de experiências as quais se mostram incompatíveis com uma visão linear, absoluta, exata e racional da vida, uma vez que foi justamente essa visão, associada, claro, a outros fatores, que deram origem à empreitada de aniquilamento do ser humano por ele mesmo. É esse o grande trunfo, se for mesmo possível atribuir ao século das catástrofes algum proveito, da violência desmedida, de uma desumanidade incomparável: a urgência de trazer para balanço os valores, as perspectivas, as lentes a partir dos quais o ser humano dá significado para a sua existência e também para a existência do outro, seu semelhante. É dessa emergência que brota a tentativa de buscar no testemunho o "esteio ético para uma nova humanidade", afirma Márcio Seligmann-Silva em conferência para o canal Café Filosófico, no ano de 2017. É inadiável reaprender a construir o comum.

Tem-se, portanto, o contexto histórico como operador de outras lógicas de funcionamento para o ato testemunhal e para a realocação do lugar ocupado por quem testemunha. Essas proposições serão relevantes para ampliar as análises sobre o testemunho e percebê-lo em outro contexto: o africano. Antes disso, porém, algumas observações devem ser tecidas sobre as experiências do testemunho da Shoah e das ditaduras na América Latina, pois são elas que inauguram a contemplação dos registros testemunhais para além do ambiente jurídico e próximos às fronteiras com o literário.

Os sobreviventes da Shoah vão estabelecer outras relações com o ato de testemunhar, inclusive uma relação de impossibilidade. Quando se considera aqueles que voltaram dos campos nazistas, a tamanha distância que separa a realidade do mundo da realidade concentracionária traz de antemão alguns problemas: a dificuldade de retornar ao passado para contá-lo - pois é preciso contá-lo -, a paradoxal constatação da permanência nesse

passado, bem como a incógnita do alcance da linguagem na tentativa de testemunhar a própria experiência. O testemunho de Robert Antelme (1917-1990), escritor francês e sobrevivente do *Lager*, outra denominação para os campos de concentração, aponta para a complexidade de tais problemas:

Há dois anos, durante os primeiros dias que sucederam ao nosso retorno, estávamos todos, eu creio, tomados por um delírio. Nós queríamos falar, finalmente ser ouvidos. Diziam-nos que a nossa aparência física era suficientemente eloquente por ela mesma. Mas nós justamente voltávamos, trazíamos conosco nossa memória, nossa experiência totalmente viva e sentíamos um desejo frenético de a contar tal qual. E desde os primeiros dias, no entanto, parecia-nos impossível preencher a distância que descobrimos entre a linguagem de que dispúnhamos e essa experiência que, em sua maior parte, nos ocupávamos ainda em perceber nos nossos corpos. Como nos resignar a não tentar explicar como havíamos chegado lá? Nós ainda estávamos lá. E, no entanto, era impossível. Mal começávamos a contar e sufocávamos. A nós mesmos, aquilo que tínhamos a dizer começava então a parecer inimaginável. Essa desproporção entre a experiência que havíamos vivido e a narração que era possível fazer dela não fez mais que se confirmar em seguida. Nós nos defrontávamos, portanto, com uma dessas realidades que nos levam a dizer que elas ultrapassam a imaginação. Ficou claro então que seria apenas por meio da escolha, ou seja, ainda pela imaginação, que poderíamos tentar dizer algo delas (ANTELME apud GOULART, 2016, p. 45).

Vê-se que o testemunho apenas rodeia o acontecimento, sem conseguir chegar nele. Isso se dá, devido ao fato de que, do ponto de vista daqueles que suportaram a violência de maneira extrema, "inimaginável", circunscrever a experiência dentro dos limites da linguagem parece tarefa impossível. A presença da imaginação se torna, pois, indispensável no labor de tentar verbalizar uma "nova realidade", cuja natureza extraordinária, mesmo diante de "um desejo frenético de a contar tal qual", faz escapar sua representação. Por sua vez, a sensação de estar preso ao passado (nós ainda estamos lá) dialoga com algumas considerações freudianas sobre neuroses traumáticas. Para o psicanalista, no trauma é possível detectar "uma indicação precisa de que em sua raiz se situa uma fixação no momento do acidente traumático" (FREUD, 1916-1917, p. 25). Portanto, o sobrevivente não consegue se libertar da cena vivida, sendo submetido a repetições constantes e fragmentárias daquele passado perturbador, o que dificulta ainda mais a elaboração desses testemunhos. Foi, inclusive, a partir das experiências de soldados remanescentes da Primeira Guerra Mundial que Freud alargou suas teorias a respeito das doenças psíquicas de natureza traumática.

A condição de exceção trazida também pelas particularidades do *Lager* colocam próximos os estudos da memória e a escritura da história. Vista e emoldurada majoritariamente de maneira contínua e causal, a história, após o século XX, vê-se diante da

necessidade de lidar com narrativas incompletas, desconexas, as quais não mais dão conta de representar os fatos em sua totalidade. O discurso lacunar dos testemunhos, como observado no depoimento de Antelme, abraça algumas fragilidades da memória subjetiva enquanto fonte descritiva de um real traumático. Por isso, explica Felman,

o testemunho se tornou uma modalidade crucial de nossa relação com os acontecimentos de nosso tempo - com o trauma da história contemporânea: a Segunda Guerra Mundial, o Holocausto, a bomba nuclear e outras atrocidades da guerra. Como uma forma de relação com os eventos, o testemunho parece ser composto de pequenas partes de memória que foram oprimidas pelas ocorrências que não tinham se assentado como compreensão ou lembrança, atos que não podem ser construídos como saber nem assimilados à plena cognição, eventos em excesso em relação aos nossos quadros referenciais (FELMAN, 2000, p. 18).

A dificuldade está, pois, na elaboração desses novos referenciais, os quais parecem possíveis, defende-se, no genuíno reconhecimento dos testemunhos enquanto memória viva e deflagradora do absurdo. É por meio do registro desses "eventos em excesso" que se pode pensar em novos parâmetros, distantes e purgados dessas violências. Por isso a literatura de testemunho suscita também a perspectiva da não repetição de tais eventos. O assentamento dessas práticas na literatura deve ser entendido, por exemplo, como subsídio para que seja possível manter fixo o olhar nas escolhas mal sucedidas, nas experiências nocivas ao ser humano, na irracionalidade desmedida, as quais marcaram a história da civilização.

Apesar de caminhar também por esses interstícios - aqueles que tentam estabelecer outros parâmetros a partir do registro de um passado arbitrário -, os relatos testemunhais de sobreviventes das ditaduras instauradas na América Latina vão desdobrar outras questões importantes para se pensar essa proximidade entre história e memória. Dentre essas questões, duas se sobressaem: uma política da memória e a ideia de justiça histórica. De maneira geral, o cerne das reflexões sobre esse outro contexto se apoia na problemática do negacionismo, do esquecimento proposital por parte das autoridades dos países submetidos a regimes ditatoriais. Essa postura pretende fazer perdurar o silêncio e abafar a repressão, a tortura, os assassinatos e o desaparecimento daqueles que se levantaram contra tais regimes. Os responsáveis pelas práticas opressivas, salvo algumas exceções, não foram levados a julgamento e, portanto, não se fez justiça. A dolorosa memória desses acontecimentos é substituída por um discurso oficial de que os governos ditatoriais trouxeram o progresso e o desenvolvimento econômico. O cuidado com esse período histórico adquire ainda mais relevância quando se olha, por exemplo, para o atual cenário brasileiro. A eleição de um presidente que enaltece o período ditatorial no país por meio de um

saudosismo disparate pode indicar a fragilidade no registro e na elaboração das memórias sobre os crimes contra os direitos humanos praticados durante tal regime.

A institucionalização da violência, típica do contexto ditatorial, é o que aproxima a política da memória. Recuperar e enfrentar este passado tão recente é uma forma de destrinchar os mecanismos utilizados pelo Estado para fazer sobrepor interesses particulares às necessidades e aos direitos da sociedade civil. Um exemplo disso é a contraditória Lei da Anistia, promulgada durante a ditadura brasileira no ano de 1979. Com a premissa de retirar as condenações atribuídas pelos militares aos que se opuseram ao regime, permitindo, por exemplo, o retorno ao país dos exilados políticos, a Lei acabou estendendo o perdão também aos membros das forças armadas que praticaram perseguições e as execuções dos insurgentes. A impunidade caminha, pois, junto ao fomento de uma desmemória, cujo fundamento está na manutenção dos oprimidos em seus lugares de subalternidade.

A perspectiva de justiça histórica, atribuída a esse contexto ditatorial, esbarra na necessidade de construção de outros espaços legítimos para inscrever esses acontecimentos dentro da memória coletiva. A resistência, por exemplo, das autoridades dos países submetidos a esses regimes, em facilitar a abertura dos registros da época, os quais denunciam as práticas e seus alçozes, demanda o fomento e a valorização de outras formas de se documentar tais eventos. Não apenas com o objetivo de retirar essas experiências do silêncio e da obscuridade, o resgate dessa memória histórica, dos testemunhos de quem viveu esse contexto, tem como premissa reaver a dignidade do ser humano, o respeito pelas vidas arruinadas, além da imprescindível ruminação reflexiva dessas experiências com o intuito de evitar sua recorrência, como já dito. A literatura vai tentar abrigar essas demandas. Valeria de Marco, pesquisadora da Universidade de São Paulo, em trabalho desenvolvido sobre a violência do Estado nas ditaduras latino-americanas, desdobra esse lugar do literário diante das questões produzidas pelo contexto:

O perfil do texto literário seria a constituição do objeto livro como resultado do encontro entre um narrador “de ofício” e um narrador que não integra os espaços de produção de conhecimento considerados legítimos, mas cuja experiência, ao ser contada e registrada, constitui um novo saber que modifica o conhecimento sobre a sociedade até então produzido. Desenha-se o testemunho com traços fortes de compromisso político: o letrado teria a função de recolher a voz do subalterno, do marginalizado, para viabilizar uma crítica e um contraponto à “história oficial”, isto é, à versão hegemônica da História (DE MARCO, 2004, p. 46).

Tem-se, pois, até o momento, alguns pontos interessantes para as reflexões sobre o testemunho: a relativização da linguagem diante de seu compromisso com a representação

exata do real, uma vez que este real vai ser elaborado a partir da noção de testemunho como *superstes*; a construção de um outro saber que escapa aos limites da história oficial, a fim de realocar o protagonismo nos processos de narratividade do mundo; e o espaço literário como abrigo para a vivacidade e possibilidade desses testemunhos.

É sob essas perspectivas que se tentará abordar o testemunho poético de Conceição Lima dentro do contexto africano. Partindo-se do pressuposto de que o testemunho está no "vértice entre a história e a memória, entre os 'fatos' e as narrativas, entre, em suma, o simbólico e o indivíduo, esta necessidade de um pensamento aberto para a linguagem da poesia no contexto testemunhal fica mais clara" (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 6). Os poemas de Lima, aqueles presentes na coletânea analisada aqui, contêm não apenas uma relação entre a história e sua leitura a partir de uma visão subjetiva, possibilitando a construção de diferentes saberes, mas também um movimento em direção a coletividades que ainda são submetidas a situações de subalternidade e opressão. Portanto, defende-se a proximidade entre a produção da autora são-tomense e os debates contemporâneos sobre a escrita testemunhal enquanto lugar de reação e resistência diante de cenários sociais excludentes que precisam ser invocados e problematizados. Em outras palavras, de acordo com o pesquisador da Universidade de São Paulo Jaime Ginzburg, em suas elaborações sobre a literatura de testemunho, a relação do literário com esses contextos históricos se encontra "no âmbito abrangente da discussão de direitos civis, em que a escrita é vista como enunciação posicionada em um campo social marcado por conflitos, em que a imagem da alteridade pode ser constantemente colocada em questão" (GINZBURG, 2008, p. 2).

5 VUGU - O MOVER A RAIZ

O Dicionário livre santome/português reúne verbetes da língua crioula Santomé e suas correspondências no português. Resultado de uma iniciativa coletiva, da qual Conceição Lima fez parte como colaboradora e revisora, esta publicação representa o importante registro e valorização do idioma, principalmente quando se considera o fato de que a língua oficial nas ilhas é o português, mas nem todos os são-tomenses a dominam. O Dicionário foi utilizado para identificar alguns termos empregados por Lima que não aparecem no glossário disponibilizado no final do livro. O termo "vugu", retirado desse léxico, significa "agitar; lutar pela vida; mover" (ARAUJO; HAGEMEIJER, 2013, p. 91). Este capítulo tem como propósito o diálogo entre o que foi apresentado até aqui e a poesia de Conceição Lima, presente em sua segunda publicação, *A dolorosa raiz do micondó* (2006). A partir do título do livro já é possível pensar em alguns aspectos mais amplos da publicação, bem como fundamentar a expressão que nomeia esta parte do trabalho. A importância da raiz se constitui não apenas por ter sido escolhida para designar o livro – o que a torna, pois, elemento referencial para a obra de uma maneira geral –, mas de mesmo modo por ser ela a parte recôndita da planta. A raiz do micondó, espécie de árvore de grande porte, é do tipo subterrânea, localiza-se sob a terra. Por conta desse primeiro traço, a ideia de movimento, simbolizada no termo crioulo "vugu", parece oportuna. Será preciso buscá-la, a raiz, ir ao seu encontro. Além disso, sabe-se de seu papel vital para a sobrevivência da planta, pois é seu órgão base e responsável por fornecer as substâncias necessárias para mantê-la viva.

Outras propriedades da raiz são também importantes para esta iniciação à poesia de Lima. O fato de ela ser do micondó seria um primeiro elemento autobiográfico. A árvore sagrada e ancestral - há suposições de que essa espécie viva mais de mil anos - é assim denominada no arquipélago de São Tomé e Príncipe, e também é conhecida como baobá ou imbondeiro em outros lugares da África. Há, portanto, uma referência ao passado desse continente e ao da própria escritora, não apenas por ser ela africana. Micondó é o nome de uma aldeia localizada em Cantagalo, região onde Lima nasceu. A essa noção de ancestralidade se junta outra característica: a raiz é também dolorosa. Aquilo que se vai buscar traz consigo uma dor, um lamento. Por quê? Por que essa raiz, esse passado, é pungente e, ao mesmo tempo, indispensável à vida? Para pensar essa e outras questões, será preciso, metaforicamente, cavar a terra, isto é, perscrutar na voz poética de Lima os caminhos, por meio dos quais a busca se torna possível.

Dentre os 27 poemas da coletânea aqui analisada, com alguns o encontro foi mais demorado. Procurou-se respeitar, na escolha dos poemas, o contato entre leitora e texto, o que torna tal seleção também pessoal. Além disso, as análises foram pensadas a partir da potencialidade dos poemas quando se considera: um fluxo e um refluxo de perspectivas - a do eu poético, a de um "nós", a de um "vós" -, já trabalhado em capítulo anterior; a constante abordagem ao passado e sua (re)elaboração - fundamental para as discussões sobre a literatura de testemunho -; o afeto e o compromisso da escritora com seu país natal; as reflexões metalinguísticas concernentes ao próprio ato da escrita, entre outros aspectos.

Como se pode identificar no próprio título da coletânea, a presença da natureza, de seus fenômenos e elementos, é constante no universo poético da escritora são-tomense. Acredita-se que esse uso inegavelmente agracie os poemas de Lima com uma beleza, uma harmonia, as quais conferem à leitura também a sensação de deleite. Entretanto, quando se olha para sua escrita, dentre outras possibilidades, como uma escrita de resistência, de enfrentamento a uma realidade nem sempre agradável, a amizade com esses fenômenos e elementos pode assumir outras feições. Uma delas diz respeito ao *modus operandi* do sistema colonial em se tratando da relação estabelecida com a natureza. As plantações das monoculturas, típicas da lógica produtiva que abasteceu tal sistema durante séculos, transformaram o meio ambiente dos territórios colonizados, modificando arbitrariamente a maneira como as comunidades inseridas nessa lógica se colocavam na mesma relação. Portanto, duas questões são passíveis de apreço no que tange à identificação dessa presença - deixando claro que tais questões são aqui pontuadas de maneira simples, o que, no entanto, não desconsidera suas complexidades: os processos de aculturação - a partir do qual se supera o status estabelecido culturalmente pelos africanos, e outros povos, de convivência com a natureza; a agressão aos territórios autóctones - praticada pelos colonizadores e responsável pela gerência de um novo status, o da dominação e predação das terras e seus ecossistemas.

O apropriar-se novamente dessa geografia, de forma distinta à imposta pelo colonizador e potente no que parece uma tendência a problematizá-la, pode vir de um desejo pela ressignificação dos vínculos entre ser humano e natureza, entre moradores do arquipélago, retomando o lugar de fala de Lima, sua terra e práticas socioculturais. Essa apropriação encontra respaldo também no "universo da literatura de São Tomé e Príncipe, que desde seus primeiros momentos de formação apresentou estreita ligação com o espaço e a paisagem das ilhas, denunciando o drama insular e seus desdobramentos na história social e cultural do arquipélago" (LIMA, 2010, p. 82), afirmou a pesquisadora da Universidade do

Estado da Bahia, Elizabeth Lima. Portanto, é necessário ao menos pautar a diversidade semântica da trama costurada pela voz poética de Lima no momento em que concatena, com tamanha intimidade, o indivíduo e o seu meio.

De que maneira, ainda considerando a presença dessas paisagens e seus componentes, Lima propõe ressignificações, reflexões? Em poema que aborda o trabalho infantil na capital de seu país, "O vendedor", onde há uma menção direta à Feira do Ponto - mercado informal em São Tomé -, a voz poética nos dá o testemunho de um dia comum na Feira:

O vendedor

Os olhos vagaludem como pirilampos
no encalço dos fregueses

Do fio que é a mão
esvoaçam sacos de plástico
precários, multicores balões.

A Feira do Ponto é o seu pátio.

Ao fim do dia, parcimonioso,
devolve a bolsa das moedas a um adulto
e recupera a idade.
(LIMA, 2012a, p. 43)

Percebe-se que os olhos se comportam como vaga-lumes, piscam e emitem luz, como o fazem os olhos de uma criança. Esse ar lúdico, porém, dura o instante do verso. No seguinte, vê-se o ser portador dessa expressividade resplandecente em busca de "fregueses"; ele está, pois, trabalhando. Os olhos brilham pela expectativa da venda? Não se sabe. A questão é que brilham, ainda no absurdo da adversidade, porque pertencem a um garoto. A entrega do dinheiro a um adulto, ao término do expediente, bem como o fato de que após essa entrega recupera-se a idade, ou seja, a criança volta a ser criança, deixam clara a denúncia da exploração.

De acordo com estudos elaborados no ano de 2015 pela representante adjunta da Unicef para São Tomé e Príncipe, Ainhoa Jaureguieitia, as crianças, além de numerosas, compõem a parcela da população mais vulnerável. O trabalho infantil, o abuso sexual, o abandono, a desnutrição e o ambiente inóspito, devido à precariedade dos serviços de saneamento, consomem aquele ar lúdico, o qual deveria abastecer naturalmente a vida de qualquer criança, que Lima singelamente tenta reoxigenar no primeiro verso de "O vendedor".

Esta é, pois, uma possibilidade de pensar a presença da natureza: reencontra-se nela o orgânico, no sentido de pureza, daquilo que é mesmo natural, e o contraste à veracidade do fato testemunhado, no caso aqui, a exploração infantil. A importância desse primeiro verso, momento em que criança e animal se misturam harmonicamente, está no fato de que ele traz consigo a ideia da criança ainda não corrompida, ao contrário dos versos restantes, os quais escancaram a subversão. O vaga-lume, cujo habitat natural são as florestas, as matas, é o que tipifica o ambiente da criança, ou aquele que se espera ser o ambiente da criança, desmoroado por uma realidade urbana que sequestra a infância, levando os miúdos ao trabalho.

Em outro momento da coletânea, no poema "A outra paisagem", a questão da presença da natureza no universo poético de Lima pode ser sentida com mais força. Como o próprio título diz, uma diferente perspectiva será oferecida, um outro cenário:

A outra paisagem

Da lisa extensão dos areais
Da altiva ondulação dos coqueirais
Do infundo aroma do pomar
Do azul tão azul do mar
Das cintilações da luz no poente
Do ágil sono da semente
De tudo isto e do mais -
a redonda lua, orquídeas mil, os canaviais -
de maravilhas tais
falareis vós.
Eu direi dos coágulos que mineram
a fibra da paisagem
do jazigo nos pilares da Cidade
e das palavras mortas, assassinadas
que sem cessar porém renascem
na impura voz do meu povo.
(LIMA, 2012a, p. 56)

Nos primeiros dez versos, a descrição da paisagem das ilhas é da ordem da exaltação, de uma abordagem do espaço que escolhe ver os feitos da natureza, aquilo que o arquipélago tem de belo, de paradisíaco. Essa proposta tem sua importância, claro. Valorizar as belezas da própria casa, exaltá-las, até para que se trabalhe a ideia da preservação (parece natural querer vivo aquilo pelo qual se tem apreço), é também uma característica do universo poético de Lima. Seu comprometimento e sua afeição por São Tomé e Príncipe, como já apontado, vão além de seu trabalho como jornalista e impregnam sua "dolorosa raiz". Tanto é que, em "A outra paisagem", a perspectiva que abre o poema é justamente a que enobrece as ilhas.

Todavia, não é a essa visão que a voz poética do poema vai aderir neste momento. O décimo verso, aquele que fecha o elogio, afirma que as descrições pertencem ao discurso de um "vós": "[Falareis vós] da lisa extensão dos areais [...] [,] do azul tão azul do mar [...] [,] de maravilhas tais/ falareis vós". *Eu não*. "Eu direi dos coágulos que mineram". Tem-se, a partir do décimo primeiro verso, "outra paisagem", não mais tecida por um "vós", mas por um "eu".

A ideia paradisíaca das ilhas é fundamental para o fomento do turismo, atividade que nos últimos anos tem aparecido nos planos de investimento dos governos, a fim de fomentar o comércio local e aumentar a renda do país. Tanto os governantes que priorizam tal atividade e o discurso que ela suscita, como os próprios turistas, os estrangeiros que vêm às ilhas atraídos pelo ecoturismo, podem estar por trás do "vós" presente no poema de Lima. Ao emprego desse discurso, no entanto, será proposto outro, testemunhado por um "eu" que escolhe olhar para as ilhas sob uma perspectiva diferente. Essa parece ser, inclusive, a chave de leitura do poema: o compartilhamento de uma outra maneira de ver as ilhas, a qual dará origem a "outra paisagem". E, ainda, no caso de entender a primeira descrição do arquipélago como proveniente dos responsáveis pela administração pública, essa visão subjetiva do real, por meio da (re)apropriação da geografia de São Tomé e Príncipe, pode assumir um caráter político: "o testemunho [entre outras leituras] se coloca em oposição ao discurso oficial do Estado" (GINZBURG, 2008, p. 2) e, por isso, "sua compreensão exige perceber uma vida política dotada de multicentralidade" (GINZBURG, 2008, p. 3). A fim de desdobrar um pouco mais essas afirmações, volte-se ao próprio testemunho da voz poética de Lima:

Eu direi dos coágulos que mineram
a fibra da paisagem
do jazigo nos pilares da Cidade
e das palavras mortas, assassinadas
que sem cessar porém renascem
na impura voz do meu povo.
(LIMA, 2012a, p. 56)

O contraste com os primeiros versos é evidente. As flores, o pôr do sol, o vento nos coqueirais, o cheiro do pomar, toda aquela exaltação se endurece. A mudança vertiginosa da pessoa do discurso, vai-se imediatamente do "vós" para o "eu", é lida como o apoderamento de um lugar de fala. A falta de reconhecimento, pois não há uma correspondência de leituras da paisagem, por parte da voz poética diante da primeira descrição, do discurso de exaltação, da narrativa oficial, parece ser o que traz o sujeito enunciativo para o protagonismo da cena. Agora a fala não pertence mais ao outro, aos outros, e ao que está sendo dito por eles é preciso

agregar outras perspectivas, como a do "eu"; por isso, é o seu momento de fala. É devido a essa e outras razões que o testemunho na literatura pode ser apreendido na ideia de "uma vida política dotada de multacentralidade", de acordo com Jaime Ginzburg, professor na Universidade de São Paulo, citado anteriormente. Não há apenas uma maneira de ver as ilhas, de lê-las, é preciso dar espaço a uma pluralidade de vozes, abraçar diferentes leituras de uma mesma paisagem, ações essas fundamentais para a construção de uma sociedade que se conscientiza enquanto multifacetada e vê exatamente nesse atributo sua potência de transformação. "O enigma é outro", escreve Lima no já referido "Arquipélago", assim como a paisagem é outra. E, para dar vida a essa paisagem, a voz poética vai até o seu mais fundo, até sua microscópica célula, sua "fibra".

O buscar no profundo não poderia ser entendido aqui como a busca da raiz? E não teria a nova descrição da paisagem são-tomense algo de doloroso: "Eu direi [...] do jazigo nos pilares da Cidade/ e das palavras mortas, assassinadas"? O que se testemunha, em forte contraste às maravilhas, é a noção das ilhas como um lugar construído sobre jazigos. Por detrás do paraíso, em sua base, há vidas perdidas e silenciadas, as quais não podem mais ser preteridas. Essas mortes, mesmo dos que não eram naturais das ilhas, mas para lá foram levados, pertencem à dolorosa raiz que mantém ainda tesos os coqueirais e ainda férteis as terras de São Tomé e Príncipe. Uma paisagem não deve existir sem a outra. Esse passado é sombrio e é também parte integrante da história do arquipélago, das lutas e dos embates travados pelos africanos na resistência tanto à presença e opressões do estrangeiro quanto de outras tentativas de dominação entre os próprios africanos. A (re)elaboração desse passado na poesia, defende-se aqui, segue na contramão de um discurso que, apesar de legitimado, é insuficiente diante da complexidade daquilo que se viveu e das obstruções, dos coágulos, do endurecimento deixados por essas experiências na paisagem hoje avistada.

De volta ao gatilho destas reflexões, a ressignificação da natureza, da geografia das ilhas, e "seus desdobramentos na história social e cultural do arquipélago", como apontado por Elizabeth Lima, fica mais clara em "A outra paisagem" a afinidade entre o ser humano e seu meio. É nessa junção que Conceição Lima encontra a sua maneira particular de testemunhar a dor de sua raiz. Ainda com Ginzburg, sobre as discussões contemporâneas a respeito da literatura de testemunho, tem-se que a manifestação desse encontro, entre o escritor e suas dores, as quais, geralmente, aludem também a dores coletivas, na literatura pode se reverberar positiva e decisivamente no que se refere a um enriquecimento discursivo sobre a própria realidade desse escritor e dessas possíveis coletividades:

A escrita não é aqui lugar dedicado ao ócio ou ao comportamento lúdico, mas ao contato com o sofrimento e seus fundamentos, por mais que sejam, muitas vezes obscuros e repugnantes. [...] Para o sujeito da enunciação do testemunho, entre o impacto da catástrofe e os recursos expressivos, pode haver um abismo intransponível, de modo que toda formulação pode ser imprecisa ou insuficiente. [...] Em um caso de uma sociedade que não tem uma produção historiográfica suficiente em proporção às necessidades de consciência reflexiva, em que o próprio discurso histórico merece atenção cuidadosa, o interesse por escritores pode ter uma função particularmente decisiva (GINZBURG, 2008, p. 3).

Como dito no começo destas análises, na poesia de Lima é também possível encontrar reflexões metalinguísticas sobre o próprio ato de escrever. Parece haver um esforço de linguagem, que acompanha esse "contato com o sofrimento e seus fundamentos", no sentido de corresponder a uma demanda própria pelo registro desse contato na escrita. Tal demanda pode ser identificada, por exemplo, nos primeiros versos de "A mão", poema retomado adiante, quando se lê: "Toma o ventre da terra/ e planta no pedaço que te cabe/ esta raiz enxertada de epitáfios" (LIMA, 2012a, p. 52). Planta, o poeta, a raiz dolorosa para desejá-la, "sem cessar", renascida, não esquecida, na voz de seu povo, como sugerido no trecho final do poema "A outra paisagem". Portanto, o testemunho poético, dentro do que se tem abordado até então, caminha também ao lado do que Ginzburg coloca como uma "necessidade de consciência reflexiva" dentro da sociedade. É percorrendo esse caminho que a literatura de testemunho faz emergir, ela própria, seu valor ético. A tomada de consciência por parte da escritora - guardadas as devidas pretensões de se construir qualquer julgamento -, a qual atribui ao seu ofício, ao "pedaço" que lhe "cabe", o semear, dificilmente se coloca apartada da vontade de ver os frutos colhidos; em outros termos, de ter oferecido aos são-tomenses, a todos os seus leitores, o alimento, o sustento, o fomento, sem os quais tudo indica ser impossível manter-se vivo nos árduos e enigmáticos processos de transformação social.

Dando sequência aos encontros com os poemas de Lima, ainda em companhia da natureza, chega-se a "Haste". As relações entre ser humano, paisagens e seus elementos fazem parte da leitura a seguir. Eis a composição:

Haste

Num certo campo de um ermo lugar
um caule dobra agora o dorso – verga
se lhe roça o ego da intempérie.

Em qualquer campo aquém do luar
num estreito canto de um país vulgar
o caule cede o dorso
se lhe bate a mão da ventania –
duplica na coluna o peso do próprio corpo.

Soergue depois a inclinação da linha
e retoma o vertical instinto de sua raiz –
permanece.
(LIMA, 2012a, p. 42)

Dizia-se há pouco sobre a intimidade com a qual Lima propõe as relações entre o ser e a natureza. Um chega a se confundir no outro, como no caso da paisagem cuja fibra se coagula. Essa volatilidade dos lugares, fazendo com que os elementos de um e de outro sejam (re)apropriados conjuntamente, é o que dará um mínimo de espaço para estabelecer uma correspondência entre o caule de "Haste" e o ser humano. Algumas imagens trazidas pelo poema são interessantes para novamente ilustrar a intimidade dessas relações. O caule, por exemplo, não apenas possui um dorso - fração da anatomia humana - que verga, mas é também submetido às ações de um "ego" e de uma "mão", os quais não pertencem a um indivíduo, mas à "intempérie" e à "ventania", respectivamente. A partir desses possíveis contatos, propõe-se pensar o ser humano que também "cede o dorso" e é amparado por sua raiz. A fim de cavar um pouco mais a terra, aprofundar a interpretação oferecida, o poema é pensado em três momentos distintos, cada um pertencente a uma estrofe.

De maneira geral, "Haste" produz um forte efeito visual, pensado a partir da ideia do zoom de uma lente, que se colocou no início do capítulo sobre Conceição Lima. No primeiro enquadramento, nos três primeiros versos, a lente está focada em um solitário ser, fixo em um determinado campo. Na estrofe seguinte, a lente se abre, outro enquadramento. De um "certo campo" o leitor é conduzido para "qualquer campo". O cenário se amplia e "o caule", não mais em um ponto fixo, apresenta localidade incerta, não se pode dizer mais, por exemplo, que ele esteja sozinho. O último momento, no qual essa dimensão espacial não existe, e justamente por isso, indica que se está a falar ali do caule, ou dos caules, de maneira abrangente.

Dentro de cada um dos três momentos de "Haste" ações são representadas e aqui entendidas como uma das maneiras do ser de se relacionar com o mundo externo, de que forma ele corresponderia aos estímulos recebidos pela realidade circundante. No entrar em contato com a "intempérie", ou ser atingido por uma "ventania", o caule "cede", "verga". Não totalmente, mas essa experiência o derruba, lesa, causa algum dano. Se se pode encontrar

nesse caule alguma correspondência com um indivíduo, uma pessoa, onde buscar sentido aos estímulos e reações dentro dessa nova perspectiva? Para tentar compreender essa relação, deixa-se em suspenso a última estrofe do poema, que será retomada em momento oportuno.

O testemunho fornecido pela voz poética do canto em questão, sobre o qual se falará com maiores detalhes ao longo das reflexões que se seguem, como se ela assistisse às cenas propostas nos enquadramentos das estrofes e as relatasse, é lido nas fronteiras com a contemporaneidade, de acordo com o que diz sobre ela Giorgio Agamben (2009). Influenciado pelas ideias de Friedrich Nietzsche, o filósofo italiano também entende o termo como referência a uma "singular relação com o próprio tempo" (AGAMBEN, 2009, p. 59). O indivíduo contemporâneo é aquele que não se vê pertencente, vê-se inadequado, ao seu tempo, mesmo sabendo fazer dele parte. Esse desajuste, o qual representa a singularidade, é o que possibilita ao mesmo indivíduo se distanciar, mínima e metaforicamente, de seu tempo para vê-lo de maneira crítica. Ao seu tempo de existência, vai dizer Agamben, o indivíduo

adere [...] e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa [a contemporaneidade] é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela (AGAMBEN, 2009, p. 59).

A ideia de não pertencer ao tempo em que se vive não implica, porém, uma saudade do passado. Pelo contrário, o passado faz parte da temporalidade que o ser contemporâneo consegue ver, o que também possibilita sua indispensável crítica - "o manter fixo o olhar". É preciso entender que a contemporaneidade não diz respeito a um tempo cronológico específico, mas ao tempo da vida humana, o intervalo de cada ser e sua percepção diante do contexto em que está inserido. É possível perceber, por exemplo, no tempo em relação ao qual se é contemporâneo, no sentido estrito do termo, como o passado está, de diferentes maneiras, entrelaçado às feições, às estruturas e aos comportamentos que fazem a roda do mundo girar, ou melhor, que fazem a roda do mundo praticamente não girar. Como se tentou mostrar no capítulo anterior, "as revoluções totalitárias da primeira metade do século XX e suas novas formas de organização da escravidão, massacre, engodo das massas, brutalidade e horror em larga escala" (FELMAN, 2014, p. 22) deixaram marcas, feridas - em uma linguagem figurada -, no caminho percorrido pela humanidade até chegar ao momento presente. Verifica-se, no entanto, certa dificuldade, por parte das sociedades civis e seus governos, no que se refere à elaboração dessas marcas, ao "manter fixo" e crítico o olhar para esse passado que permanece

e, por isso, a roda não gira, prejudicando o fluir das reflexões indispensáveis às transformações sociais de que tanto carecemos. Ela, a roda, ao contrário, está estagnada, e assim fadada a permanecer enquanto houver o desinteresse, a recusa, pela identificação, pelo enfrentamento, pela elaboração e tratamento dessas feridas. É o que se pode identificar nos apontamentos de Seligmann-Silva sobre o contexto gerado nas sociedades que viveram ditaduras militares, um dos eventos desse passado que se disse atrelado ao tempo presente. De acordo com o pesquisador, é perceptível, por exemplo, a

[...] situação de parte da sociedade brasileira que só pode se relacionar com o passado violento da ditadura como um terrível peso, uma herança que nos oprime e que não pode ser transformada em discurso; não consegue ser *processada* tanto no sentido simbólico como no jurídico. Não há processo aqui; apenas estancamento (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 13, grifo do autor).

As fissuras, as marcas, as úlceras deixadas pela ditadura, e também por outros contextos, surgem, pois, de um passado que não sai de cena, que não é digerido como deveria e, por isso, tende a permanecer entrelaçado na roupagem que veste o contexto atual. Esse não processamento infalível, no sentido da intensidade de suas consequências - opressão, peso a se carregar, silêncio, injustiça -, é um dos elementos que parecem caracterizar o tempo do "agora", marcá-lo em suas paisagens com essas lacerações invisíveis aos não contemporâneos, segundo Agamben. O que se tenta propor aqui é a presença em "Haste" dessa ideia de contemporaneidade no testemunho poético. Tem-se acesso ao registro produzido pela visão contemporânea de Lima sobre o seu próprio tempo: "o poeta [...] é aquele que deve manter fixo o olhar nos olhos do seu século-fera, soldar com o seu sangue o dorso quebrado do tempo" (AGAMBEN, 2009, p. 60) e, portanto, soldar também o seu próprio dorso que verga, devido ao contato estabelecido com o seu "século-fera", com a "intempérie".

A escrita sobre o tempo que se vê, o próprio testemunho, é a possibilidade de dar vida a esse dorso quebrado, trazendo-o para conhecimento dos que não conseguem manter fixo o olhar para o seu tempo. A primeira estrofe de "Haste" representa este momento da escrita, em que se testemunha essa visão "por trás", deslocada, desencaixada, da realidade:

Num certo campo de um ermo lugar
Um caule dobra agora o dorso - verga
se lhe roça o ego da intempérie.
(LIMA, 2012a, p. 42)

O "agora" é o instante da palavra enquanto se escreve, e é também o tempo presente, o tempo que vigora, o contemporâneo. A percepção dessas feridas no próprio contexto em que se vive custa a ferida naquele que, em sua solidude, a consegue ver, isto é, só é possível testemunhar ferido. Por isso Agamben diz que a contemporaneidade o poeta "paga com a vida" (AGAMBEN, 2009, p. 60). Causa-lhe danos o que se está a testemunhar e o próprio testemunho, pois é em seu instante que o poeta verga. O estímulo oriundo desse contexto, aquilo que o vence, ao menos momentaneamente, é da ordem da intempérie, da desgraça, das condições desfavoráveis - o mau *tempo*, a opressão, o peso a se carregar, o silêncio, a injustiça. No momento em que estabelece o contato com o próprio mundo, ela, a poeta, verga.

No segundo momento de "Haste", quando o leitor é conduzido de "um certo campo" para "qualquer campo", a lente se abre, como já dito. O alargamento da perspectiva é o que permite considerar outros elementos, outros caules, outros indivíduos, em cena. Junto a Lima estão os que vivem submetidos a um mesmo contexto, a um mesmo tempo. A questão é que esses outros elementos também cedem o dorso quando sentem a opressão de seu próprio mundo. No entanto, nem sempre conseguem testemunhá-la, o que intensifica tal experiência. Testemunhar não cura a úlcera, mas aqueles que não testemunham veem tornar duas vezes maior "o peso do próprio corpo". Por isso o testemunho é visto no século das catástrofes como elemento fulcral: "Pelo fato do testemunho ser *dirigido* a outros, a testemunha, de dentro da solidão de sua própria posição, é o veículo de uma ocorrência, de uma realidade, de uma posição ou de uma dimensão *para além dele mesmo*" (FELMAN, 2000, p. 16, grifo da autora). O ser contemporâneo testemunha o mundo para o mundo, "para além dele mesmo", pois o mundo precisa saber de si. Percebe-se, ainda com Felman, a importância do testemunho nessa leitura do contemporâneo como contexto penoso, doente:

[...] o que existe para testemunhar urgentemente no mundo humano, o que alerta e mobiliza a atenção da testemunha e que necessita do testemunho, é sempre, fundamentalmente, em um sentido ou outro, o escândalo de uma doença, de uma doença metafórica ou literal; e que o imperativo de testemunhar, que aqui deriva do contágio da *peste* - da erupção de um mal que é radicalmente incurável -, é em si, de alguma forma, um correlativo filosófico e ético de uma situação *sem cura* e de uma condição radical de exposição e vulnerabilidade humanas (FELMAN, 2000, p. 17, grifo da autora).

Se, apenas por um instante, esta discussão recuperar o micondó de Lima, ou seja, a referência aos africanos, e considerar a intempérie de "Haste" como uma das opressões direcionadas aos afrodescendentes, é fundamental perceber que a doença social ali

representada diz respeito não apenas aos que sofrem diretamente as suas manifestações, mas a todos os que compartilham uma época. O mau *tempo* está no céu de todos, por isso se insiste tanto na perspectiva ética destas discussões. O testemunho poético de Lima traz em si "o escândalo de uma doença", cuja deflagração faz emergir uma situação "de exposição e vulnerabilidade humanas".

Isto que se está a chamar de doença, de úlcera, de fissura, essa quebra da estrutura, essa ideia de algo que é interrompido, é o lugar possível de perceber o passado estagnado, pois ele se encontra justamente nessa quebra, nessa pausa, nessa interrupção dos acontecimentos da história dentro da questionável "homogeneidade inerte do tempo linear", como sugere Agamben (2009, p. 71). A temporalidade humana, mais uma vez, não diz respeito a um tempo cronológico, cujo desenrolar segue por uma linha reta, em uma ordenação certa e controlável. Quando o contemporâneo vê a sua temporalidade, a paisagem parece apresentar, ao contrário, inúmeras discontinuidades, rasgos, fissuras, frágeis emendas. Nesse tempo de dorso quebrado, é justamente no desvio que o passado se aloja.

Na já aqui referida fala de Seligmann-Silva no canal do Café Filosófico, em seus apontamentos sobre o testemunho como "chave ética" para pensar as relações humanas no mundo atual, o pesquisador apresenta uma sequência de produções de alguns artistas plásticos e fotógrafos, os quais trabalham com a recuperação de objetos de alguma maneira associados a eventos de caráter violento, destrutivo, como os campos de concentração nazistas e as ditaduras militares. Um pente sem dentes encontrado em um *Lager* ou uma fotografia antiga da turma de escola do próprio artista, da qual ele se (re)apropria para inscrever, registrar, aqueles seus amigos torturados, mortos ou desaparecidos durante o regime militar em seu país. Por isso, essas manifestações artísticas produzidas recentemente podem ser vistas também como elaboração do luto: "as pessoas não são enterradas no século XX", afirma Seligmann-Silva. O que importa destacar aqui, na fala do professor, é sua perspectiva de que a arte pode "nos despertar para o outro", transformando "objetos banais", produzidos por esses contextos, "em testemunhos poderosos", produtores de memória.

Sendo assim, a fim de oferecer outro caminho para a compreensão da abstrata ideia de temporalidade quebrada, busca-se ajuda em uma peça de arte exposta no Museu de Arte de São Paulo, como parte da exposição "Histórias Afro-Atlânticas", encerrada este ano. Trata-se de uma tapeçaria do autor ganês Ibrahim Mahama, criada em 2017:



"Hamida"

Fonte: *Histórias Afro-Atlânticas*; catálogo, 2018, p. 43.

A matéria-prima utilizada pelo artista é a juta, fibra vegetal empregada na produção de sacos. Como explica o catálogo da exposição, a

[...] rica e elaborada tapeçaria, cheia de finas e violentas marcas do colonialismo e da escravidão, contrasta com a rude, áspera e escura obra de Ibrahim Mahama, *Hamida* (2017). [...] Esses sacos feitos no sudeste asiático para transportar cacau ganês, são reutilizados para carregar produtos de diferentes naturezas e inseridos no cotidiano do país africano. Desse modo, o deslocamento do tecido faz com que ele absorva as duras marcas da viagem, revelando uma pátina, uma espécie de refugio das intensas transações globais que atravessam norte e sul, ocidente e oriente, e que passam por Gana (PEDROSA; SCHWARCZ; TOLEDO, 2018, p. 37).

A peça de Mahama é aqui considerada também como testemunho da contemporaneidade, da relação por meio da qual o artista vê e se relaciona com o seu tempo, com o seu mundo. Há um remendo de fragmentos do passado ainda "inseridos no cotidiano do país africano". O resultado desse remendo é o próprio testemunho, é uma outra maneira de revelar a paisagem, de responder aos estímulos de um tempo ele mesmo remendado, cheio de falhas, fendas, buracos, "marcas". A tapeçaria de Mahama, acredita-se, evoca o caule cujo dorso se quebra de Lima, e vice-versa, pois cada um, à sua maneira, testemunha sua visão contemporânea de uma mesma época. E o passado, para ambos os casos, é elemento fundamental para seus testemunhos. No caso do artista ganês, os sacos de juta são a própria evidência desse passado e das texturas, fissuras, buracos que ele causa no próprio testemunho; é ele mesmo o que dá vida ao testemunho. A tapeçaria de Mahama só existe pelo passado que nela foi costurado. Interessante pensar, quando se considera o que foi dito anteriormente sobre testemunhar não ser a cura da úlcera, que "Hamida" não demonstra uma recomposição simétrica, perfeita e bem executada a ponto de mascarar ou tentar esconder os desgastes do *tempo*. Pelo contrário, as falhas, as frágeis costuras - quase soltas -, os rasgos, todos eles fazem latejar ainda mais a força desse passado no presente, deflagram essa úlcera, deixando também o testemunho marcado. No caso de Lima, o passado está na raiz, cuja presença é responsável por manter vivo e ereto o caule, por fazê-lo resistir ao que lhe causam as intempéries - o mau *tempo*:

Soergue depois a inclinação da linha
e retoma o vertical instinto de sua raiz -
permanece.
(LIMA, 2012a, p. 42)

Essa referência ao passado, sua entrada em cena, é construída de maneira a indicar duas questões. A primeira delas tem relação com essa ideia de que na raiz está a sobrevivência do caule, é nela que o ser vai buscar o seu instinto de manter-se de pé, resistindo a outras eventuais curvaturas em seu dorso. A segunda questão diz respeito a uma responsabilidade

por parte daquele que consegue testemunhar o próprio tempo: "Se, como vimos, é o contemporâneo que fraturou as vértebras de seu tempo (ou, ainda, quem percebeu a falha ou o ponto de quebra), ele faz dessa fratura o lugar de um compromisso e de um encontro entre os tempos e as gerações" (AGAMBEN, 2009, p. 71). O contemporâneo deve à sua capacidade de ver, pois às suas condições de existência ele não se adequa perfeitamente, o compromisso de transformar a percepção desses pontos de quebra em material reflexivo para a transformação desse tempo. Junto a esse compromisso está o encontro com "os tempos e as gerações", ou seja, o encontro com o passado. Por isso Lima atribui a resistência do caule à raiz, é nela que está a força, a potência, a própria possibilidade de arcar com esse compromisso.

A leitura proposta de "Haste", como se viu até aqui, coloca o poema como testemunho de Lima sobre seu próprio tempo. O caule que verga o dorso, consequência de seu contato com o mundo exterior, resiste e recupera as forças por meio de sua raiz. Essa importância da raiz dialoga com sua aparição no título da coletânea, escolha que a coloca, reitera-se, como elemento referencial para a obra de um modo geral. Após identificar tal relevância, pergunta-se: como essa raiz se manifesta em outros poemas de Lima? De quais maneiras a escritora propõe esses regressos? Como ela os relata? A quais outros registros poéticos a escritora dá vida e como estão neles representados esses passados sem os quais não é possível resistir a um tempo presente adoecido, ferido? Essas são algumas das provocações pertinentes às análises que se seguem.

Com exceção de "Jenin", sobre o qual se falará brevemente, todos os poemas para cá trazidos são centrados no passado pertencente aos africanos, em alguns momentos, aos são-tomenses ou à própria escritora. De maneira geral, todos eles, agora incluindo "Jenin", relacionam-se de maneira crítica com o passado neles abordado, abordagem esta que pode recuperar a perspectiva contemporânea da escritora em relação ao próprio tempo. Esse pano de fundo da crítica, do convite à reflexão, à (re)elaboração, é interessante do ponto de vista oferecido por Inocência Mata, quando ela percebe na voz poética de Lima "um equilíbrio entre a realidade histórica e a visão subjetiva desse real" (MATA, 2006b, p. 247), como proposto nas considerações finais do segundo capítulo. As memórias reavidas nos poemas, como indica, retomando novamente o título do livro, a "dolorosa raiz", deixam expostas feridas que de uma maneira ou de outra também pertencem à subjetividade da escritora, à sua

"visão desse real". Não parece por acaso o uso recorrente da primeira pessoa do singular em seus poemas ou as menções autobiográficas. Além disso, é preciso considerar que a abordagem a esses passados dizem respeito a escolhas da escritora, bem como a uma exigência que o escritor africano "impõe a si mesmo, pela premência do social" (MATA, 1995, p. 28), citando Mata mais uma vez. O "equilíbrio" estaria na bem sucedida conciliação, dentro do que se percebe em *A dolorosa raiz do micondó*, entre as memórias pessoais e afetivas de Lima e essa "realidade histórica" possivelmente trazida para balanço, para a crítica, tendo em vista, por exemplo, a ideia de Felman sobre a capacidade do testemunho em se projetar para além dele mesmo. A força da voz poética de Lima está no trabalho simultâneo engendrado pela escritora de (re)elaboração de si e da sociedade a qual pertence. Esse parece ser o compromisso do contemporâneo, entender a reciprocidade desses processos.

Como se verá em um dos poemas abordados, "Canto obscuro às raízes", essa imersão no passado pode conduzir o leitor a diferentes lugares do mundo. Há também um outro momento em que a escritora agrega à sua raiz territórios localizados além das fronteiras do continente africano, como é o caso de "Jenin":

Jenin

Os *bulldozers* partem sem fanfarras.
Arrastam na poeira as tiras das sandálias
e o pavor nas asas das galinhas
No seu rasto agonizam as palavras
e o bíblico rosto das oliveiras

O fêmur que perfura os escombros
está morto, não tem nome
É uma estaca de marfim
que brilha
amargamente na terra de Jenin

Amanhece em Berlim, outro lugar
Não na Libéria ou nos *fields* de Freetown
Não no refúgio de Jenin ou em redor de mim.
(LIMA, 2012a, p. 50)

Em matéria veiculada pela *Folha de São Paulo*, no dia 15 de abril de 2002, o jornalista norte-americano James Bennet, correspondente do *The New York Times* no Campo de Refugiados de Jenin, relata sobre o que se passava no distrito palestino, localizado ao norte da Cisjordânia:

Ao longo do que foram ruas estreitas, tratores abriram faixas de 8m de largura em todo o campo, derrubando fachadas de casas de ambos os lados e expondo seus sofás, fotos de crianças sorrindo e rosas feitas de pano. Os tesouros e quinquilharias das pessoas viraram lixo nessa terra devastada: um Alcorão rasgado entre destroços de paredes; um livro escolar de inglês numa sala sem parede; a foto do ator Leonardo Di Caprio embaixo de um buraco aberto por um míssil. [...] Um passeio de três horas, no sábado, feito com guias locais que se esgueiravam por trilhas entre os tanques israelenses, mostrou uma destruição em escala bem maior do que a já vista em outras cidades palestinas que caíram diante da ofensiva israelense, a maior operação militar do país em 20 anos. Israel diz que Jenin era o centro do terrorismo e que era preciso eliminá-lo pela raiz. Os palestinos relatam como se escondiam em cavernas, como ouviam o filho aleijado de um vizinho gritando enquanto uma casa desabava sobre ele, como eles colocavam pilhas de colchão sobre as crianças para que as patrulhas israelenses não escutassem o seu choro. Eles correram aos estrangeiros para contar suas histórias. "Meu pai, meu irmão, meu filho, perdi todos eles", chorava uma mulher num roupão rosa e com um lenço azul claro cobrindo a cabeça, parada nas ruínas sob o sol. "Há muitos corpos, muitos corpos sob as pedras, sob a areia".

Jenin é um dos territórios disputados entre palestinos e israelenses. A região, pertencente a Autoridade Palestina desde 1996, aparece em uma passagem da bíblia hebraica e, por isso, é considerada sagrada pelos judeus. Alegando que a autoria da maior parte dos ataques terroristas ocorridos em Israel pertencia a palestinos suicidas vindos de Jenin, as autoridades israelenses decidiram atacar o distrito e outras cidades palestinas da Cisjordânia, no ano de 2002. Os "*bulldozers*", ou os tratores, nas palavras do jornalista norte-americano, passavam por cima de tudo, inclusive de casas com moradores dentro, sem piedade, sem "fanfarras", na tentativa de aplainar os bairros e cercar a população. A comunidade local, totalmente desprovida militarmente, enfrentava a alta tecnologia armamentista israelense, fruto das relações militares entre o país e os Estados Unidos, praticamente com pedras nas mãos. A menção de Bennet ao fato de que os palestinos procuravam os estrangeiros para contar suas histórias, certamente com alguma esperança de obterem ajuda, é outro indício da vulnerabilidade dessas pessoas. Em outro depoimento sobre a ofensiva em Jenin, o jornalista israelense Amnon Kapeliouk, em texto publicado também em 2002 no *Le Monde diplomatique Brasil*, relata: "A batalha foi muito dura e desigual. Os palestinos sofreram perdas enormes e os feridos – combatentes, mas também, na maioria, civis – agonizavam, uma vez que o exército israelense proibia as ambulâncias do Crescente Vermelho de circularem no campo".

Acredita-se que "Jenin" traz um registro sobre esses acontecimentos. Na primeira estrofe, tem-se a chegada dos "*bulldozers*" e seu poder de destruição, o qual angustia até "as palavras/ e o bíblico rosto das oliveiras", no que parece uma menção crítica da escritora ao teor religioso desses conflitos tão cheios de "pavor". Na estrofe seguinte, a paisagem é

devastadora. Em meio aos "escombros" deixados pela passagem dos tratores, um osso, não se sabe de quem, está fincado na terra a iluminar "amargamente" o que se vivenciou em Jenin. Interessante perceber a presença desse osso, de um fragmento do corpo humano, como aquilo que representa os impactos da realidade, cuja deflagração faz emergir uma situação de exposição e vulnerabilidade humanas. Encontra-se também esse mecanismo em "Haste", por meio do dorso que verga, da coluna que sustenta duas vezes o peso do próprio corpo devido, também, a um estímulo externo, a uma realidade brutal.

A ideia do "fêmur que perfura os escombros" e sua correspondência com a "estaca de marfim [...] na terra" pode ser pensada como uma tentativa de deixar também cravada - fincada, inscrita - na poesia a palavra agonizada pertencente ao episódio. Essa elaboração discursiva da violência implicada em eventos dessa natureza, como a Batalha de Jenin, na linguagem da poesia provoca a reflexão sobre as maneiras de documentar, produzir as memórias de tais acontecimentos: "que História seria, com efeito, aquela em que o autor manifesta o seu horror ou a sua comoção diante de fatos que ele deveria, em princípio, apenas relatar de forma lógica ou até 'apática'?" (FINAZZI-AGRÒ, 2014, p. 182). Nesse sentido, o espaço literário parece apresentar certa generosidade para hospedar a complexidade desses registros, suas dores, seu "pavor", suas palavras que agonizam no "rasto" da destruição.

A última estrofe de "Jenin" e o destaque aos dois termos escritos em inglês no poema - "*bulldozers*" (escavadeira) e "*fields*" (campos) -, parecem abordar a mesma questão: a presença estrangeira em territórios não desenvolvidos, politicamente instáveis e submetidos a guerras civis, como é o caso das regiões que aparecem na estrofe, com exceção de Berlim. Relembremos os últimos versos:

Amanhece em Berlim, outro lugar
Não na Libéria ou nos *fields* de Freetown
Não no refúgio de Jenin ou em redor de mim.
(LIMA, 2012a, p. 50)

Na mesma época em que se desdobravam os conflitos entre Israel e Palestina, durante a transição do século XX para o XXI, países como Libéria e Serra Leoa, este representado por meio de sua capital Freetown, também passavam por conflitos internos. Os Estados Unidos, país cuja língua oficial é o inglês, direta ou indiretamente esteve envolvido não apenas com a ofensiva israelense em Jenin, como também nas disputas entre Libéria e sua vizinha Serra Leoa. Movidos por interesses econômicos, como o petróleo em Israel ou o comércio africano

de diamantes, os Estados Unidos estreitaram as relações com governos autoritários na Libéria e grupos rebeldes que disputavam o controle dos campos de extração de diamante em Serra Leoa, além de abastecer militarmente o exército israelense. Acompanhando de longe, possivelmente pela televisão, a violência e a deterioração dessas comunidades devido às guerras, o governo e os grandes empresários norte-americanos, assim como ocorre em outras nações capitalistas, como na própria Alemanha, continuam a explorar de maneira ignóbil e injusta esses territórios, causando a morte de milhares de pessoas e dificultando ainda mais a superação do caos vivido por essas sociedades. Por isso, retornando ao poema, o amanhecer só ocorre em Berlim - referência que pode ser atribuída, também, ao fato da capital alemã ter conseguido se reconstruir, ao contrário de outros países, diante de seu passado tenebroso, marcado pelo nazismo de Hitler - ou em "outro lugar" aonde essa violência não chega. Na Libéria, em Serra Leoa, em Jenin ou "em redor" da voz poética, sensibilizada pela realidade desses lugares, o alvorecer parece comprometido. Não há luz, não há a força da natureza trazendo a esperança e a possibilidade do recomeço.

Outras realidades vão também comover a voz discursiva de Lima. Seguindo a busca pela "dolorosa raiz" da escritora, propõe-se um dos momentos em que o passado pertencente ao seu país natal é foco de enunciação. Ouçamos, pois, o que se registra em "Zálima Gabon":

Zálima Gabon

*À memória de Katona, Aiúpa Grande
e Aiúpa Pequeno
À Makolé*

Falo destes mortos como da casa, o pôr do sol, o curso
[d'água.

São tangíveis com suas pupilas de cadáveres sem cova
a patética sombra, seus ossos sem rumo e sem abrigo
e uma longa, centenária, resignada fúria.

Por isso não os confundo com outros mortos.

Porque eles vêm e vão mas não partem
Eles vêm e vão mas não morrem.

Permanecem e passeiam com passos tristes
que assombram o barro dos quintais
e arrastam a indignidade da sua vida e sua morte
pelo ermo dos caminhos com um peso de grilhões.

Às vezes, sentados sob as árvores, vergam a cabeça e choram.

Erguem-se depois e marcham com passos de guerrilha
Não abafem o choro das crianças, não fujam
Não incensem as casas, não ocultem a face
Urgente é o apelo que arde por onde passam
Seus corações deambulam à sombra nas plantações.

Por isso não os confundo com outros mortos
apapicados com missas, nozados, padre-nossos.

Por remorso, temor, agreste memória
Por ambígua caridade, expiação de culpa
aos mortos-vivos ofertamos a mesa do candjumbi
feijão-preto, mussambê, puíta, ndjambi.

Para aplacar sua sede de terra e de morada
Para acalmar a revolta, a espera demorada.

Eles porém marcharão sempre, não dormirão
recusarão a tardia paz da sepultura, o olvido
acesa sua cólera antiga, seu grito fundo
ardente a aflição do silêncio, a infâmia crua.

Eis por que vigiam estes mortos a nossa praça
seu é o aviso que ressoa no umbral da porta
na folhagem percutem audíveis clamores
a atormentada ternura do sangue insepulto.
(LIMA, 2012a, p. 22-23)

Mais uma vez retomando a fala de Seligmann-Silva para o canal Café Filosófico, o pesquisador aponta para a existência de certa “querela de memória” quando se considera, por exemplo, o genocídio armênio abordado no capítulo anterior, cuja negação, por parte das autoridades turcas, reforça essa pendência. A recuperação desse acontecimento histórico é a lida com a possibilidade de seu esquecimento, assim como ocorre com outros fatos de mesma natureza, por exemplo, a Batalha de Jenin. A retirada desses eventos de um estado de dormência, ou o cutucar a ferida que lateja no tempo presente, lembrando "Haste", traz consigo a importância do testemunho das pessoas envolvidas nesses episódios e também outros testemunhos, como o dos escritores, os quais parecem se dedicar a um intenso exercício de reconstrução desses passados, buscando a palavra que mais generosamente se agrega à outra, dentro do espaço literário, nesse complexo processo de referência aos que não puderam testemunhar.

“Zálina Gabon” é também um registro, o testemunho de um "eu" e seus fantasmas, entre os quais parece haver bastante intimidade, pois fala-se deles como quem fala "da casa". Diante de uma evidente referência à escravização dos africanos, bem como da presença de seus desdobramentos no presente, o epicentro do poema de Lima, defende-se, acaba por girar justamente em torno de uma pendência memorialística. Escuta-se deste “eu” que fala os

“passos tristes” dos mortos que o acompanham em vida. Algo impede o remanso dessas almas e de suas histórias. Ao invés da quietude dos jazigos, os “ossos sem rumo e sem abrigo” divagam errantes, deixando rastros da angústia própria de seus movimentos.

O título do poema, “Zálima Gabon”, é uma expressão cujos termos pertencem ao “forro”, língua crioula das ilhas de São Tomé e Príncipe, e que oferta, com a ajuda do “dicionário livre santome-português”, a imagem espectral dos africanos levados do continente para serem escravizados nas roças de cacau e café no tempo colonial. Vindos de diferentes países, como Cabo Verde, Angola e Gabão, após as pressões internacionais para o fim da escravidão, essa mão de obra foi reabsorvida, pois os estrangeiros não puderam retornar aos seus países de origem, nas roças a partir do estabelecimento de contratos, uma tentativa do governo português de mascarar a continuidade da exploração desses africanos, também denominados na época - primeira metade do século XX - de serviçais:

A procura do lucro, a conseqüente intensidade do trabalho, associada também à criação das plantações, e a precariedade de infraestruturas resultaram em elevadas cargas de trabalho. [...] Esta usura de braços traduziu-se também no não repatriamento e em elevadas taxas de mortalidade de serviçais, como que coisificados, ao menos nas mentes dos europeus entrementes deixados à testa das roças (NASCIMENTO, 2004, p. 191).

Enviados para as ilhas apenas para o trabalho, viviam nas plantações, isolados da população local. Mesmo após a conquista da independência, essa parcela da sociedade são-tomense, formada por ex-serviçais e seus descendentes, permanece ainda apartada, de certa maneira. Alguns deles, inclusive, ainda hoje são encontrados nas roças, agora abandonadas, na tentativa de tirar o próprio sustento. Dito isso, outra força ganham os versos de “Zálima Gabon”. Os desdobramentos dessa condição, vida e morte indignas, o caminhar que se fez e ainda se faz com o “peso de grilhões”, a “resignada fúria”, são alguns dos elementos que germinam um apelo urgente, cuja tentativa de escuta se desenvolve aqui como proposta de reflexão. O que demandam esses “mortos-vivos”? Haveria, também cá, a necessidade de inscrever a violência? Sabe-se que o passado, representado pelos fantasmas dos serviçais, está presente e é visto pelo “eu” que agora fala: “Às vezes, sentados sob as árvores, vergam a cabeça e choram”. Da mesma maneira que em “Haste” a voz poética assiste ao caule ceder o dorso e vergar, o “eu” de “Zálima Gabon” testemunha os ex-escravos que “vergam a cabeça” e lamentam, possivelmente, a dura condição imposta. Essa presença pode conter em si uma denúncia. Um flagrante que diz respeito ao modo pelo qual se atribui, ou não, valor ao

passado, a um silêncio aflito que perdura. Não se pode mais esquecer tanto quanto se deve edificar outras maneiras de lembrar, de ofertar abrigo aos que “vêm e vão mas não partem”.

Há também que se considerar sobremaneira a particularidade desses mortos, os quais não se confundem com outros já idos, “apapricados com missas, nozados, padres-nossos”. A referência à religião cristã é importante quando se considera os processos de aculturação e a própria participação da instituição no comércio de escravos. Ocorrências que se associam ao emaranhado de circunstâncias que complexificam as discussões sobre a construção das memórias dos africanos, de seus mortos, de suas culturas, de suas histórias. Em contraposição aos rituais católicos, o “nós” retratado no poema vai oferecer “aos mortos-vivos [...] a mesa do candjumbi/ feijão-preto, mussambê, puíta, ndjambi”. Como encontrado no glossário da coletânea, “em São Tomé, chama-se ‘mesa de candjumbi’ ao ritual de oferta de alimentos aos serviçais mortos” (LIMA, 2012a, p. 73). A puíta, por sua vez, representa uma cerimônia “de funções curativas e exorcizantes”, “originária de Angola e preservada por gerações sucessivas de serviçais” (LIMA, 2012a, p. 74). Existe neste trecho do poema uma expressa valorização das culturas dos ex-serviçais levados, também de Angola, para São Tomé e Príncipe. Este é um momento de singularização desses indivíduos, talvez uma tentativa de reconhecer o duplo processo de exclusão vivido por essas pessoas: além de serem forçados a permanecer distantes de suas terras, os ex-serviçais ainda sofrem os efeitos de uma marginalização social costurada ao longo das décadas de trabalho nas roças. Foram e são, portanto, excluídos da antiga e da nova morada, inclusive pelos africanos nativos das ilhas. Ao abordá-los dessa maneira, Lima reconhece e enaltece as identidades desses ex-escravos, cujas vidas foram marcadas pela interrupção e usurpação de suas manifestações culturais, devido à realidade a eles imposta.

Importante perceber que esses rituais são oferecidos aos ex-serviçais “por remorso, temor, agreste memória/ por ambígua caridade, expiação de culpa”. É preciso recordar que a contratação dos serviçais nas roças são-tomenses se deu também devido à recusa dos nativos das ilhas em assumir os trabalhos braçais nas plantações. Os roceiros se aproveitavam dessa recusa para apoiar a importação da mão de obra estrangeira. Devido às incômodas discussões sobre o monopólio das terras, era muito mais interessante para os roceiros que os nativos permanecessem distantes das plantações. Sobre este cenário, Nascimento afirma que os nativos

[...] estavam em circunstância de identificar a sujeição nas roças, de cuja população, defensivamente, teceram uma demarcação simbólica. Através dela tentavam prevenir uma aplicação socialmente mais abrangente das relações de dependência vigentes nas roças, que eles pretendiam ver circunscritas aos serviçais. Não se tratava de uma luta frontal nem contra os roceiros, nem contra o trabalho forçado ou coacto nas roças. Aliás, aquela demarcação face aos serviçais não prejudicou o engajamento para a execução de tarefas para as roças ou, já nos derradeiros anos do colonialismo, para serviços de escritório ou outros igualmente qualificados (NASCIMENTO, 2004, p. 203).

Os nativos das ilhas, portanto, não apenas se colocaram de forma indiferente ao "trabalho forçado ou coacto nas roças", à sujeição dos serviçais, como também se aproveitaram da situação para conseguir melhores funções de trabalho dentro das roças. Possível se mostra, diante do que foi dito, associar o ritual oferecido aos mortos serviçais a um desejo de reparação por parte desse "nós", dentro do que propõe "Zálima Gabon". Essa coletividade é lida como alusiva à parcela da sociedade são-tomense, mais precisamente os africanos que ali residiam antes da vinda dos serviçais, que, ao tentar se "prevenir [...] das relações de dependência nas roças", acaba por se eximir de tais práticas escravistas. O abandono dessas almas, a imagem de que elas vivem ainda à espera de terra e de morada, demonstra que suas existências foram negligenciadas e, por isso, suas peregrinações devem se realizar sob a vigília dos vivos, na tentativa de atender aos seus rogos. E para atendê-los é urgente que se procure estabelecer novas vias de acesso ao passado. A "querela de memória" despertada pelo poema de Lima traz o flagrante de uma violência que ainda lateja no presente das ilhas.

No que tange à relação com determinados fatos históricos, aqueles marcados com o emblema da destruição, a literatura de testemunho comporta em si uma resistência ao esquecimento, seja com o intuito de garantir que esses fatos não se repitam, seja por um desejo de fazer justiça. Em uma proposta sobre o teor testemunhal da poesia de Lima, os autores Adriano Pinto e Fadul Moura (2017) vão defender que a escritora

mostra um eu lírico que irradia seu canto, lançando mão de mecanismos mnemônicos ao recompor a história do seu povo por meio dos sentidos. O canto desloca-se, ganhando maior dimensão e figurando no reservatório de imagens a que a tradição dos povos, de diferentes modos, chama 'memória' (PINTO; MOURA, 2017, p. 19).

Basta retornar ao segundo verso de "Zálima Gabon" - "São tangíveis com suas pupilas de cadáveres sem cova" - para identificar essa intimidade da voz poética, cuja experiência da visão, ao se deparar com olhos coléricos, acaba por se desdobrar em uma sequência de

construções imagéticas referentes à prática da escravidão. Ter-se-ia, pois, no poema, o testemunho dessa experiência, ofertado pelo eu lírico. Erigi-lo, o testemunho, vai ele mesmo dizer, é como falar da própria casa, do “pôr do sol”, O curioso de descobrir dentro dessa subjetividade do testemunho é justamente a sua vastidão. Se em outra ocasião, mais precisamente na análise de "A outra paisagem", falou-se de reconhecimento político, é porque a própria transformação do conceito de testemunho, e seu realojamento na literatura, fora desencadeada por motivações políticas. “Jean Norton Cru”, esclarece Seligmann-Silva, “o primeiro a introduzir o conceito no campo da historiografia, tinha como objetivo fazer uma crítica da primeira guerra mundial e dos discursos oficiais, belicistas [...]. Sua resposta foi propor que a historiografia se abra para os testemunhos dos soldados” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 74). Por isso, talvez, Seligmann-Silva acredite na potência desses registros para se pensar novos laços sociais, outros caminhos de memória, de narrativa, de história, de afeto, os quais possibilitem uma subversão epistemológica, um desopilar das vias a fim de que a história seja contada a partir do ponto de vista dos vencidos. A preponderância da cultura e do saber ocidentais em territórios colonizados é o que incita a urgência de se pensar esses outros caminhos para reconhecer e superar as lacunas deixadas por discursos, memórias, identidades, existências secularmente violentadas e colocadas em segundo plano. O Ocidente, centro de difusão cultural, determinou e ainda determina as lentes, as ferramentas, utilizadas para interpretar e conjecturar sobre o mundo, sobre o que se produz como memória cultural de um povo ou sobre a consolidação de estruturas de poder que conduzem as formações identitárias deste mesmo povo. A poesia testemunhal de Lima, como se identifica em “Zálíma Gabon”, assume a responsabilidade de ir além, retomando Felman. Mostra-se como resistência aos mecanismos de memória que não dão conta da “centenária fúria”, mostra-se como resistência à omissão e ao esquecimento.

Ainda em São Tomé e Príncipe, a leitura a seguir traz um momento da história das ilhas em que as relações entre o governo português, os roceiros, os serviçais (moradores das ilhas vistos como estrangeiros, por serem naturais de outros países) e os são-tomenses, considerados nativos, mais especificamente os nativos forros - descendentes de escravos libertos -, tornou-se insustentável. Como colocado anteriormente, a população nativa se recusava a qualquer tentativa do governo português de submetê-la aos trabalhos coercitivos nas roças e nas obras públicas, as quais se erguiam também sob a exploração do trabalhador, fosse ele estrangeiro ou nativo. Além da imposição violenta das atividades, os salários pagos aos que trabalhavam nessas obras eram baixíssimos, quando não ausentes. Sob os comandos

do coronel Carlos Gorgulho, governador-geral na época, tenta-se impor também aos nativos o Estatuto do Indígena, o qual regulamentava as relações de trabalho dos serviçais. O objetivo do governo português era igualar socialmente os nativos aos serviçais, colocando todos dentro da condição do indigenato. Dessa forma, os portugueses, brancos, conseguiriam estabelecer um nivelamento entre eles e o resto da população, negra, incluindo os nativos mais abastados. Apesar de o governo ter desmentido a medida, os indícios de que Gorgulho desejava acabar com certos privilégios dos forros, que ocupavam um lugar intermediário na hierarquia social de São Tomé e Príncipe, e colocar todos os negros das ilhas sob a mesma condição permaneceram. Esse é o cenário que antecede o "massacre de Batepá", uma sequência de atos de repressão do governo português direcionados aos negros do arquipélago. Iniciado em fevereiro de 1953, poucas semanas após as declarações do governo sobre o Estatuto do Indígena, o massacre acabou por fazer desabrochar as intenções ainda vivas dos portugueses, mesmo 78 anos após uma forjada abolição da escravidão - pois os contratos, como já se mencionou, eram também abusivos, violentos e compulsórios -, de reorganizar a sociedade são-tomense a partir de uma perspectiva racista e escravagista. Essas e outras informações sobre o massacre de Batepá foram retiradas de um dos capítulos da série documental "História a História África", de autoria e apresentação do professor Fernando Rosas. Produzida no ano de 2015 pela RTP - Rádio e Televisão de Portugal, a série traz treze narrativas audiovisuais sobre as relações entre Portugal e alguns países do continente africano. O massacre é foco do sétimo capítulo da série e está referenciado no final da pesquisa.

O poema "1953" recupera esse triste episódio da história são-tomense e da história portuguesa. Antes da leitura, cabe também apresentar o emblemático líder pan-africanista Kwame Nkrumah. Referência importante para a memória de África, o político e escritor lutou pela emancipação de Gana, primeira nação africana a conquistar a independência, no ano de 1957, e influenciou a de nações vizinhas. Nkrumah assumiu a presidência do país liberto e foi destituído do poder por um golpe militar apoiado pelos ingleses, antigos colonizadores. O golpe aconteceu enquanto Nkrumah visitava a capital do Vietnã do Norte - Hanoi. Impedido de retornar ao país, o "mestre", como se refere a ele a voz poética de Lima, vai para Guiné-Conacri e lá permanece exilado até se mudar para a Romênia, a fim de tratar um câncer de pele que acabou sendo fatal. Mesmo longe de Gana, Nkrumah continuou na luta, fez parte dos processos de independência também da Guiné, e produziu uma quantidade significativa de livros. É Nkrumah que Lima convoca para compartilhar seu testemunho poético sobre o "massacre de Batepá". É o seu "mestre" que ela irá interpelar no que parece, em alguns

momentos, um exercício de reflexão, uma tentativa de elaborar os acontecimentos do confronto e as frágeis relações sociais das ilhas, especialmente quando se considera as segregações entre os próprios africanos. Nkrumah, cujos sonhos vislumbravam a união continental de África, é requerido no momento em que a realidade deixa exposta essa segregação entre os africanos:

1953

Um vento desgrenha
de lés a lés as marés do Sara
Em Kano a insurreição está nas ruas
Centuriões gauleses esvaziam o trono de Marrocos
Kykuylund vinga o opróbrio numa orgia de sangue
E na primeira das nações, Kwame, o Africano
projecta a visão de um destino sem fronteiras.

Ó penal colónia que no Equador contorces
sem sentir do Kabaka a exilada dor
Arquipélago sobre as rasgadas tripas fechado
Mar de Fernão Dias pelo frio varado
Ó algas marinhas, ó pedras dos rios!

Lulas sem olhos encalham nas praias
Pombas sem asas despenham nas ondas
Seca nos seios o leite das mães
Há sangue, há pus no vão das escadas
Gemem passos em fuga nas matas da ilha.

Casas da vila sublevada, nativas tábuas!
Dizei do medo que em vós os prumos gela
Dizei dos varões arrebanhados, dizei!
Da sua culpada inocência dizei!

Ó vento do Sara que não sentes
nos terreiros
um furacão ávido de cifrões

Vento do Sul que não ouves nos cacaveiros
um tufão cioso de escravos dedos

Visionário que em outra ilha
convocas do mapa os fragmentos:

acaso conheces de Cravid as penas?
Viste a heróica tristeza dos seus ombros?

Tão longe, na aurífero costa
Quem te levaria do torpe vendaval as novas?
Quem te mostraria a cela, a tumba

Onde arfaram como peixes sem guelra?

Não te endoideceram os berros, não ouviste as
[súplicas
gota a gota se esvaindo como soluços
de um viril riacho em agonia.

E que dirias, triste profeta, às mães dos
[assassinados?
Que dirias aos anciãos humilhados?
Que dirias ao silêncio dos torturados?

Que dirias da corrente no pé que pontapeia
Da mordaza na boca que a intimação transporta
O escravo estigma na mão que executa?

Que dirias do rancor, a sanha do sodé mato
A indizível traição de Zé Mulato
Que dirias da sentença, a fria decisão do carrasco
entronizado?

Oh, os forros, mestre, e seu justo horror da agrária
[servidão!
Os forros e suas plantações expropriadas, seus
[domínios extorquidos
Os forros e seus servos, seus moleques perdidos
Os forros e seu desprezo dos gabões escravizados
Os forros e seu injusto modo de amar a liberdade!

Que dirias tu, Kwame, aos forros massacrados
Que lhes dirias se do crime novas te chegassem?

À sombra do micondó talvez meditasses
na sua inocência, sua culpa, seu tardio pranto
Talvez enxugasses com a fimbria do teu manto
a assustada baba de um pequeno órfão.

Ou lentamente percorresses com Cravid e Salustino
os ecos da dor na orla da praia ultrajada.

Talvez penetrasses a clandestina sobra da gleba
e com os forros e os filhos dos forros
com os minu iê e os filhos dos minu iê

com os angolares e os filhos dos angolares
com os kavêdê e os filhos dos kavêdê
com os gabões desprezados e os desprezados filhos
dos gabões desprezados
contasses de uma redonda e plana tribo
sem degraus sem portões e sem fronteiras.

Talvez ao escutar a voz erguida do teu sonho
Talvez ao sentir o fervor da tua árdua, concreta
[utopia
um velho pescador sem mar e sem nome soluçasse.

Talvez uma híbrida mulher soltasse as verdes
[tranças e cantasse.

Então forros, todos livres, todos tongas
contigo aconchegados à volta da fogueira
partilhassem da crioula catchupa os grãos de milho
e juntos bebessem da cabaça o fresco vinho.

Mas como podias tu, na contracosta,
conhecer o oculto crime e seu tamanho?

Pioneiro da dolorosa emergência
artesão desta demorada era
tenaz caminhante!

Olha e vê como são introvertidos os muros da
[Avenida Marginal
Vê como são circunspectos os telhados da Avenida
[Marginal
Ouve como arquejam os tijolos dos chalés da
[Marginal
Sente a brisa quando roça os cabelos das palmeiras
nas artérias da cidade.

É o espírito dos que plantaram morrendo
os pilares desta urbe onde rimos e fingimos
sofremos e mentimos, traímos e lutamos
pelejamos e amamos.

E amamos, mestre, esta urbe e suas casas.
Amamos desta urbe os lisos muros
Amamos com firmeza a frontaria dos chalés.
E hasteamos a memória dos que deixaram
a melancolia das ossadas por herança
nos lugares onde agora despontam janelas e praça.

Aqui cantaremos um dia, contigo.
Nestes mindinhos do futuro mapa
contigo cantaremos, Kwame.

Quando na lembrança secarem as lágrimas, os
[gritos

Quando a afronta se apagar das paredes das casas
Quando dos seios se esvair o leite envenenado
Quando as cicatrizes do medo escorrerem para
[fozes longínquas
Quando morrerem nos luxans os chafarizes do
[mandato homicida
Quando Batepá reinventar a inocência chacinada
e apenas o limo e o pó forem na terra
herdeiros do nome proscrito.
(LIMA, 2012a, p. 25-29)

São Tomé e Príncipe se transformou, durante os dias iniciais de fevereiro de 1953, em um arquipélago fechado sobre as rasgadas tripas. A insatisfação dos nativos diante das intenções portuguesas foi vista por Gorgulho como uma conspiração para retirá-lo do poder. Diante dessa suposição, o governador-geral ganha o aval de Lisboa, na época sob a ditadura de Antonio Salazar, para fazer o que fosse necessário, a fim de salvaguardar a ordem e o domínio dos portugueses. O massacre tem início em Batepá, aldeia da ilha de São Tomé. O mar de Fernão Dias, localizado ao norte da capital, tornou-se centro de interrogatórios em cadeiras elétricas, de torturas, de espancamentos com chicotes, de abusos sexuais contra mulheres e de assassinatos dos negros, os quais eram obrigados a confessar uma conspiração que aparentemente nunca existiu. A própria PIDE, polícia internacional do regime salazarista, assumiu posteriormente a não veracidade das acusações de Gorgulho.

A voz poética de "1953, importante dizer, traz como algozes desse acontecimento histórico não apenas os portugueses. Muitos foram os casos de africanos que participavam das perseguições, ajudando os colonos. A referência à "sanha do sodé mato" é um exemplo desses casos. "Sodé mato", de acordo com o glossário presente no livro de Lima, é o "'soldado do mato'; cipaio; efectivo do Corpo da Polícia Indígena constituído por serviçais. A força foi mobilizada pelo governador Carlos Gorgulho contra os forros na repressão de 1953" (LIMA, 2012a, p. 75). Tem-se, portanto, uma dura troca de papéis. Os serviçais, estrangeiros africanos submetidos ao trabalho nas roças, assumem o lugar de seus próprios opressores. Outro exemplo é a "indizível traição de Zé Mulato", o capataz que sucumbiu à "mão da ventania": "Os chefes das brigadas eram criminosos condenados que haviam sido liberados pelo governo para esse fim. O líder de uma das equipes foi Jose Joaquim, um nativo da roça Ponta Figo, condenado por homicídio e mais conhecido sob o nome de Zé Brigada ou Zé Mulato" (GONÇALVES, 2018, p. 24). "Que dirias da sentença, a fria decisão do carrasco entronizado?", pergunta a Nkrumah a voz poética de "1953", tamanho o absurdo em ver negros africanos estabelecerem-se junto aos brancos na matança desenfreada dos negros são-tomenses. Zé Mulato declarou estar apenas seguindo ordens dos portugueses, era isso ou ser morto. Ficou conhecido, no entanto, pela crueldade com que exercia suas funções no campo de morte em Fernão Dias.

Parece vir também desse absurdo o mau *tempo* que demanda a reflexão, a indagação. Após outros questionamentos ao seu interlocutor, Kwame Nkrumah, aquele que enuncia propõe a seguinte imagem: "À sombra do micondó talvez meditasses/ [...] Talvez enxugasse com a fimbria do teu manto/ a assustada baba de um pequeno órfão". A meditação é o

momento da pausa, um intervalo de vida dedicado ao exercício do pensamento, cujo desenrolar se dá, não sem razão, sob a sombra do micondó. A raiz está ali subentendida na menção à árvore ancestral, no lugar onde a reflexão acontece. Tão importante quanto meditar, ou, por que não, "manter fixo o olhar", como disse Agamben, está o dito no verso seguinte, onde aquele que reflete se direciona ao outro, ao seu semelhante, com um gesto de generosidade, de acolhimento. Haveria, pois, uma possibilidade de repensar as relações humanas, propor novos vínculos, com a ajuda de momentos como esses, propostos pelo testemunho poético de Lima, nos quais se propõe a meditação, a reflexão, sobre os absurdos que justamente contribuem para fragilizar essas relações, como exemplificado pelo comportamento de Zé Mulato?

A "penal colônia" se contorceu no Equador durante os dias de perseguições aos negros, executadas por milícias de voluntários brancos. O "sangue" e "o pus no vão das escadas" eram encontrados nas prisões superlotadas, onde os presos morriam de asfixia, morriam queimados ou eram submetidos a castigos, como encher, presos em correntes, vasos com água do mar apenas para despejá-la em terra firme. Aqueles encontrados mortos nas prisões eram amontoados em valas comuns, sem nenhum atestado de óbito, outros foram jogados no mar a mando do coronel Gorgulho.

"Cravid" e "Salustino", aqueles com quem Kwame Nkrumah poderia "lentamente" percorrer "os ecos da dor na orla da praia ultrajada", podem ser referências a Bartolomeu Cravid e Salustino Graça. O primeiro deles foi preso sem nenhuma justificativa, sobreviveu aos maus tratos na prisão após ter permanecido incomunicável em uma cela durante 45 dias. Salustino foi um importante personagem dos confrontos nas ilhas e escondeu diversos furtivos em sua roça. Acusado por Gorgulho de ser o líder da conspiração contra o governo português, Salustino foi quem conseguiu trazer o advogado Palma Carlos, que já defendia presos políticos em Portugal, para o arquipélago, a fim de auxiliar os são-tomenses na luta contra a opressão. Centenas de nativos foram mortos ou se tornaram fisicamente incapacitados antes que a situação se transformasse e Gorgulho fosse exonerado do cargo.

As torturas físicas e psicológicas sofridas pela população negra de São Tomé e Príncipe deixaram marcas profundas e, ao mesmo tempo, suscitaram o desejo de romper os laços coloniais com o país europeu. É recorrente no material pesquisado sobre o massacre que este momento representou o esboço de um nacionalismo são-tomense. Forros, aqueles que injustamente amam a liberdade - pois foram libertados e desprezaram a escravização de seus vizinhos africanos -, estrangeiros contratados e seus descendentes - tongas -, angolares, minu

iê, kavêdê, gabões, "todos livres", são colocados junto a Nkrumah, "aconchegados à volta da fogueira" e compartilhando "da crioula catchupa os grãos de milho", bebendo "da cabaça o fresco vinho". O próprio termo "crioula" já redireciona a leitura para a fusão, o amálgama, a diversidade cultural e, portanto, humana, sobre a qual a sociedade são-tomense se emoldurou. "Olha e vê", diz a voz poética a Nkrumah, como está presente pelas estruturas da cidade o "espírito dos que plantaram morrendo" a urgência de se olhar a todos como livres e iguais. Olhar esse que Nkrumah defendeu por toda a vida. Por isso, por essa presença e por essa urgência ainda latente, que "hasteamos a memória dos que deixaram/ a melancolia das ossadas por herança/ nos lugares onde agora despontam janelas e praças". Parece ser também esse movimento, o de erguer o passado, produzindo outras memórias, que se pretende ver na raiz do micondó. A tentativa de fazê-la subir, da terra em direção à superfície, vai ao encontro dessa demanda colocada pela própria voz poética de Lima em "1953", e também em outros poemas: a necessidade de recuperar o passado, o qual é reconstruído pela linguagem poética, tendo em vista a "melancolia" deixada por ele no tempo presente.

Há de se destacar, no entanto, que a proposta de comunhão, o ensejo de encontrar na sociedade são-tomense "uma redonda e plana tribo/ sem degraus sem portões e sem fronteiras", é guardada para um futuro. Neste momento, naquele em que se escreve, trata-se apenas da possibilidade de escutar de Nkrumah a voz de seu próprio sonho, sentir sua "ádua, concreta utopia" para, talvez, encontrar inspiração e força na lida com as dificuldades enfrentadas pela sociedade são-tomense. Afinal de contas, a realidade parece ainda não se adequar muito bem ao projeto "de um destino sem fronteiras", como desejava "o Africano". Voltemos aos versos finais de "1953" ancorados não na ausência da esperança, mas na necessidade de interferir no tempo presente, mirando e reinventando nele as marcas de um passado brutal, de modo a referenciar os erros, as escolhas infelizes, as experiências humanas que não deram certo:

Aqui cantaremos um dia, contigo.
Nestes mindinhos do futuro mapa
contigo cantaremos, Kwame.

Quando na lembrança secarem as lágrimas, os gritos
Quando a afronta se apagar das paredes das casas
Quando dos seios se esvair o leite envenenado
Quando as cicatrizes do medo escorrerem para fozes longínquas
Quando morrerem nos luxans os chafarizes do mandato homicida
Quando Batepá reinventar a inocência chacinada
e apenas o limo e o pó forem na terra

herdeiros do nome proscrito.
(LIMA, 2012a, p. 29)

O canto ao lado de Kwame só se concretizará quando as lágrimas secarem, o medo for embora junto com as cicatrizes que ele cria, quando as paredes das casas não mais estampem a desonra e o vitupério "do mandato homicida" executado em São Tomé e Príncipe. Ninguém mais, de acordo com o poema, deve herdar o "nome proscrito", isto é, a alcunha do desterro, do banimento, da condenação. Esse passado estigmatizado apenas ao "pó" deve pertencer. No entanto, para isso, é preciso "reinventar a inocência chacinada", reconstruindo, talvez, os valores por onde se escoram as relações humanas, a partir de perspectivas incompatíveis com a "humilhação", a tortura e o "horror".

O dia 3 de fevereiro, data que marca o início do massacre, é considerado em São Tomé e Príncipe um marco histórico, símbolo da luta pela liberdade. Apenas em 2018, 65 anos depois, Portugal, por meio de seu atual presidente, Marcelo Rebelo de Souza, assumiu a responsabilidade pelo ocorrido durante uma visita ao Monumento em Memória dos Mártires da Liberdade, localizado em Fernão Dias. Porém, alguns documentos e relatórios sobre o massacre não foram ainda disponibilizados pelas autoridades portuguesas.

Como apontado no começo deste capítulo, a raiz dolorosa presente no título da coletânea de Lima, por pertencer ao micondó - árvore representativa do continente africano -, pode se referir tanto ao passado dos africanos quanto da própria escritora. O poema ofertado a seguir, o primeiro da coletânea, parece trazer essas duas referências, as quais se entrecruzam na voz de um eu-lírico que constrói na poesia a busca possível por sua ancestralidade. A fim de contribuir minimamente para a fluidez da leitura, supondo desconhecidas do leitor algumas das referências feitas no "Canto obscuro às raízes", a partir de agora designado apenas como "Canto", duas informações podem ser antecipadas. Há, no começo do poema, uma menção a Alex, "obstinado primo" e "cidadão da Virgínia", nos Estados Unidos, que consegue resgatar seu passado e descobrir a origem de seu avô. De fato, Alex Haley, escritor norte-americano, publicou em 1976 um romance no qual relata a saga até encontrar em Juffure, uma povoação do Gâmbia, seu avô africano, Kunta Kinte, que veio escravizado para a América. Essa é a primeira informação. A segunda refere-se ao fato de que essa busca possível, empreendida pelo eu-lírico, conduz o leitor para diferentes lugares do mundo. No entanto, tais lugares podem aparecer de maneira indireta, pelo nome de um rio local ou pela menção a uma particularidade cultural de determinado país. Para dar uma dimensão do longo itinerário percorrido durante o "Canto", pois não se vai abordar esses lugares um por um, eis algumas

das nações referenciadas: Gabão, Gâmbia, Estados Unidos, Guiné Equatorial, Angola, Congo, Nigéria, Libéria, França, Portugal, Mali, Inglaterra e, claro, São Tomé e Príncipe. Dito isso, mergulhemos, pois, nessa viagem ao mundo, em busca de seu "primeiro avô", proposta por Lima:

Canto obscuro às raízes

Em Libreville
não descobri a aldeia do meu primeiro avô.

Não que me tenha faltado, de Alex,
a visceral decisão.
Alex, obstinado primo
Alex, cidadão da Virgínia
que ao olvido dos arquivos
e à memória dos griots Mandinga
resgatou o caminho para Juffure,
a aldeia de Kunta Kinte -
seu último avô africano
primeiro na América.

Digamos que o meu primeiro avô
meu último continental avô
que da margem do Ogoué foi trazido
e à margem do Ogoué não tornou decerto

O meu primeiro avô
que não se chamava Kunta Kinte
mas, quem sabe, talvez, Abessole

O meu primeiro avô
que não morreu agrilhado em James Island
e não cruzou, em Gorée, a porta do inferno

Ele que partiu de tão perto, de tão perto
Ele que chegou de tão perto, de tão longe

Ele que não fecundou a solidão
nas margens do Potomac

Ele que não odiou a brancura dos algodoads

Ele que foi sorvido em chávenas de porcelana
Ele que foi comprimido em doces barras castanhas
Ele que foi embrulhado em chiques papéis de prata
Ele que foi embalado para presente em caixinhas

O meu concreto avô
que não se chamava Kunta Kinte
mas talvez, quem sabe, Abessole

O meu oral avô
não legou aos filhos
dos filhos dos seus filhos
o nativo nome do seu grande rio perdido.

Na curva onde aportou
a sua condição de enxada
no húmus em que atolou
a sua acossada essência
no abismo que saturou
de verde a sua memória
as águas melancolizam como fios
desabitadas por pirogas e hipópótamos.

São assim os rios das minhas ilhas
e por isso eu sou a que agora fala.

Brotam como atalhos os rios
da minha fala
e meu trazido primeiro avô
(decerto não foi Kunta Kinte
porventura seria Abessole)
não pode ter inventado no Água Grande
o largo leito do seu Ogoué.

Disperso num azul sem oásis
talvez tenha chorado meu primeiro avô
um livre, longo, inútil choro.

Terá confundido com um crocodilo
a sombra de um tubarão.

Terá triturado sem ilusão
a doçura de um naco de mandioca.
Circunvagou nas asas de um falcão.

Terá invejado a liquidez de caudas e barbatanas
enquanto o limo dos musgos sequestrava os seus

e na impiedosa larva de um vindouro tempo
emergia uma ambígua palavra
para devorar o tempo do seu nome.

Aqui terá testemunhado
o esplendor do pôr do sol, o luar, o arco-íris.
Decerto terá pressentido a calidez dos pingos
nas folhas das bananeiras.

[pés

E terá sofrido no Equador o frio da Gronelândia.

Mas não legou aos estrangeiros filhos
e aos filhos dos filhos dos estrangeiros filhos
o nativo nome do seu grande rio perdido.

Por isso eu, a que agora fala,
não encontrei em Libreville o caminho para a aldeia
[de Juffure.
Perdi-me na linearidade das fronteiras.

E os velhos griots
os velhos griots que detinham os segredos
de ontem e de antes de ontem

Os velhos griots que pelas chuvas contavam
a marcha do tempo e os feitos da tribo
Os velhos griots que dos acertos e erros
forjavam o ténue balanço

Os velhos griots que da ignóbil saga
guardavam um recto registo

Os velhos griots que na íris da dor
plantaram a raiz do micondó
partiram
levando nos olhos o horror
e a luz da sua verdade e das suas palavras.

Por isso eu que não descobri o caminho para
[Juffure
eu que não dançarei sobre o pó da aldeia do meu
[primeiro avô
meu último continental avô
que não se chamava Kunta Kinte mas talvez, quem
[sabe, Abessole

Eu que em cada porto confundi o som da fonte
[submersa
encontrei em ti, Libreville, o injusto património a
[que chamo casa:
estas paredes de palha e sangue entrançadas,
a fractura no quintal, este sol alheio à assimetria dos
[prumos,
a fome do pomar intumescida nas gargantas.

Por isso percorri os becos
as artérias do teu corpo
onde não fenecem arquivos
sim palpita um rijo coração, o rosto vivo
uma penosa oração, a insana gesta
que refunda a mão do meu pai
transgride a lição de minha mãe
e narra as cheias e gravanas, os olhos e os medos
as chagas e desterros, a vez e a demora

o riso e os dedos de todos os meus irmãos e irmãs.

Que nenhum idioma nos proclame ilhéus de nós
[próprios
vocábulo que não és
Mbanza Congo
mas podias ser
Que não és
Malabo
poderias ser
Que não és
Luanda
e podias ser
Que não és
Kinshasa
nem Lagos
Monróvia não és, podias ser.

Nascente e veia, profundo ventre
conheces a estrutura que sabota os ponteiros:
novos sobas, barcos novos, o conluio antigo.

E consumes a magreza dos celeiros
num bazar de retalhos e tumultos
Petit Paris!
onde tudo se vende, se anuncia
onde as vidas baratas desistiram de morrer.

Medram quarteirões de ouro
nos teus poros - diurnos, desprevenidos.
Medra implacável o semblante das mansões
Medram farpas na iníqua muralha
e um taciturno anel de lama em seu redor.

A chuva tem agora a cadência de um tambor
outro silêncio se ergue
no vazio dos salões das *coiffeuses*.

E no rasto do tam-tam revelarei
o medo adolescente encolhido nas vielas
beberei a sede da planta no teu grão.

Eu que trago deus por incisão em minha testa
e nascida a 8 de Dezembro
tenho de uma madona cristã o nome.

A neta de Manuel da Madre de Deus dos Santos
[Lima
que enjeitou santos e madre
ficou Manuel de Deus Lima, sumu sun Malé Lima
Ele que desafiou os regentes intuindo nação -
descendente de Abessole, senhor de abessoles.

Eu que encrespei os cabelos de san Plentá, minha
[três vezes avô

e enegreci a pele de san Nôvi, a soberana mãe do
[meu pai]

Eu que no espelho tropeço
na frente dos meus avós...

Eu e o temor do batuque da puíta
o terror e fascínio do cuspidor de fogo

Eu e os dentes do pãuen que da costa viria me
[engolir]

Eu que tão tarde descobri em minha boca os
[caninos do antropófago...]

Eu que tanto sabia mas tanto sabia
de Afonso V o chamado Africano
Eu que drapejei no promontório do Sangue
Eu que emergi no pacote Império
Eu que dobrei o Cabo das Tormentas
Eu que presenciei o milagre das rosas
Eu que brinquei a caminho de Viseu
Eu que em Londres, aquém de Tombuctu
decifrei a epopeia dos fantasmas elementares.

Eu e minha tábua de conjugações lentas
Este avaro, inconstruído agora
Eu e a constante inconclusão do meu porvir

Eu, a que em mim agora fala.

Eu, Katona, ex-nativa de Angola
Eu, Kalua, nunca mais em Quelimane
Eu, nha Xica, que fugi à grande fome
Eu que libertei como carta de alforria
este dúbio canto e sua turva ascendência.

Eu nesta lisa, escarificada face
Eu e nossa vesga, estratificada base
Eu e a confusa transparência deste traço.

Eu que degluti a voz do meu primeiro avô
que não se chamava Kunta Kinte
mas talvez, quem sabe, Abessole

Meu sombrio e terno avô
Meu inexorável primeiro avô
que das margens do Benin foi trazido
e às margens do Benin não tornou decerto

Na margem do Calabar foi colhido
e às águas do Calabar não voltou decerto
Nas margens do Congo foi caçado
e às margens do Congo não tornou decerto

Da nascente do Ogoué chegou um dia
e à foz do Ogoué não voltou jamais.

Eu que em Libreville não descobri a aldeia
do meu primeiro avô
meu eterno continental avô

Eu, a peregrina que não encontrou o caminho para
[Juffure]

Eu, a nómada que regressará sempre a Juffure.
(LIMA, 2012a, p. 11-19)

Alex consegue resgatar "o caminho para Juffure" e encontrar "a aldeia de Kunta Kinte", como se lê no início do poema. Após a menção à busca que deu certo, tem-se iniciada a busca possível, pois o "primeiro avô" do eu-lírico pertence a uma "turva" - duvidosa, incerta - "ascendência". Por isso o "Canto" é obscuro, como afirma o título. "Digamos que" é a expressão que inicia a jornada no poema, já indicando a ideia de probabilidade. A partir daí, a voz poética percorre o mundo em busca de suas origens e, durante essa viagem, dolorosas imagens, às quais se associam as diversas referências geográficas no poema, são construídas e desconstruídas ao longo das estrofes. Como nos versos em que o avô não cruza, em Gorée, ilha do Senegal conhecida como símbolo do tráfico de escravos, "a porta do inferno". Ou quando "a que agora fala", a que agora busca, não encontra em Libreville "o caminho para a aldeia de Juffure", como ocorreu na bem-sucedida saga de Alex. Essas diversificadas referências de tempos e lugares vão compondo um emaranhado do que poderiam ser as pistas para encontrar a ascendência da voz poética. No entanto, sabe-se apenas por onde ele, o primeiro avô, não passou ou teria passado, são suposições, fragmentos de vida imaginados, sensações fabricadas, tristes constatações, uma delas, inclusive, abre o "Canto": "Em Libreville/ não descobri a aldeia do meu primeiro avô".

A amplitude dessa viagem, isto é, a ideia de recorrer a diversos países, pode dizer também sobre a diáspora africana, fenômeno visto como consequência do tráfico de escravos, pois milhares deles foram retirados de suas terras e levados para diferentes partes do mundo para o trabalho forçado. O primeiro avô do eu-lírico, tendo vivido, talvez, essa experiência, a de ter sido levado embora do continente africano para trabalhar como escravo, assim como aconteceu com o antepassado de Alex, tem parte de sua história apagada, o que fragmenta a busca, empreendida por um de seus descendentes, em infinitas e, ao mesmo tempo, inacessíveis possibilidades. Há nessas imagens, pois, uma primeira referência dolorosa. É justamente esse destino forçado e incerto, pois não se voltou à casa para contar, "não [se] legou aos filhos/ dos filhos dos seus filhos/ o nativo nome do seu grande rio perdido", que interrompeu gerações, impossibilitou a construção de memórias, tornou, como se disse, duvidosa a ascendência da voz poética, obscuro o canto que deveria celebrar as raízes

Vê-se, em um outro exemplo, que nas margens do Potomac, rio que banha a capital estadunidense Washington, o avô "não fecundou a solidão" e, posteriormente, também "não odiou a brancura dos algodoais", plantações típicas do país norte-americano que utilizavam mão de obra escrava africana. No distrito de Água Grande, localizado em São Tomé e Príncipe, o avô "não pode ter inventado [...]o largo leito do seu Ogoué", sendo este o nome

do maior rio do Gabão. É possível pensar nessa imagem, inclusive, como referência específica ao tráfico dentro do arquipélago são-tomense, pois foram levados muitos nativos do Gabão para o trabalho nas roças, como mencionado na leitura de "Zálíma Gabon".

Todas essas frágeis referências remetem a um apagamento de memória, à dificuldade de reconstrução de um passado considerado "injusto patrimônio", uma herança que mistura sangue nas paredes de palha da casa e instaura uma "fractura no quintal". Essa ferida de memória é de diferentes maneiras expressas no "Canto". A importante menção aos griots, por exemplo, "que detinham os segredos de ontem e de antes de ontem". O grupo é considerado, na tradição africana, como responsável por conservar a memória oral, "a marcha do tempo", "os feitos da tribo". Foram eles, inclusive, que "plantaram a raiz do micondó". Lima valoriza, no momento em que associa os griots à raiz, elemento que já teve sua relevância apontada anteriormente, o grupo e tudo o que ele representa, sua importância para o passado africano - imerso em culturas que tinham apenas na oralidade os registros, "o tênue balanço" de "acertos e erros" das comunidades às quais pertenciam. Entretanto, os griots, com horror nos olhos diante do que estavam a presenciar, "partiram", provavelmente muitos foram mortos, e junto com eles se foi também a memória, "a luz da sua verdade e das suas palavras".

Aquele que nos leva por essa viagem atribui aos griots a possibilidade de encontrar seu primeiro avô. É pelo fato deles terem partido que o eu-lírico não descobre "o caminho para Juffure" e, portanto, não poderá nunca dançar "sobre o pó da aldeia" de seu antepassado. Dentro deste desolado cenário, a poesia surge como "carta de alforria". Vejamos, dentro do "Canto", como essa lacuna afetiva - memorialística, identitária - tenta ser costurada por outras linhas, outras perspectivas e narrativas:

Por isso percorri os becos
as artérias do teu corpo
onde não fenecem arquivos
sim palpita um rijo coração, o rosto vivo
uma penosa oração, a insana gesta
que refunda a mão do meu pai
transgride a lição de minha mãe
e narra as cheias e gravanas, os olhos e os medos
as chagas e desteros, a vez e a demora
o riso e os dedos de todos os meus irmãos e irmãs.
(LIMA, 2012a, p. 15)

O "corpo", percorrido em seus becos e artérias, é lido aqui como a própria poesia, não apenas como referência à cidade descrita nos versos anteriores, onde estaria a casa de "paredes de palha e sangue entrançadas". Esse "corpo" poético representa o lugar em que os

arquivos - a memória -, não fenecem, não acabam, não podem ser apagados. A literatura, morada da escrita, da poesia, do "Canto", é o lugar do "testemunho de vida", como nos propõe Felman: "Um 'testemunho de vida' não é simplesmente um testemunho sobre uma vida privada, mas um ponto de fusão entre texto e vida, um testemunho textual que pode *nos penetrar como uma verdadeira vida*" (FELMAN, 2000, p. 14, grifo da autora). Essa ideia de "verdadeira vida" está no coração que palpita "rijo" - intenso -, está no "rosto vivo" que se quer visto no testemunho poético de Lima. É percorrendo as entranhas da poesia, de seu corpo, que o "eu" consegue construir a "insana gesta", a árdua narrativa, consegue expor, mesmo que em uma "confusa transparência", o seu próprio traço. E, assim, por meio de "uma penosa oração", a voz poética "refunda", cria, a mão do pai e "transgride" a lição da mãe, isto é, elabora para si uma ascendência possível. Vejamos, mais uma vez com o professor Seligmann-Silva, como a literatura pode ser pensada considerando sua abertura para essas elaborações, para se constituir como "carta de alforria":

[...] uma das principais características da literatura é a de não possuir limites: é a de existir constantemente negando seu limite. E qual limite é esse? É aquele que a 'separa' do 'real'. A literatura, portanto, encena a criação do 'real'. A sua 'encriptação', a sua resistência ao simbólico, o desejo de introjeção. [...] a literatura é meio-de-reflexão, faz parte do processo infinito Eu/ Não-Eu. A literatura está na vanguarda da linguagem: ela nos ensina a jogar com o simbólico, com as suas fraquezas e artimanhas. Ela é *marcada* pelo 'real' - e busca caminhos que levem a ele, procura estabelecer vasos comunicantes com ele. Ela nos fala da vida e da morte que está no seu centro [...], do visível e da sua moldura que não percebemos no nosso estado de vigília e de constante medo - diante do pavor do contato com as catástrofes externas e internas (SELIGMANN-SILVA, 2002, p. 145).

A literatura, portanto, é "*marcada* pelo 'real'" e permite a construção de "caminhos que levem a ele". Assim parece se dar o movimento da raiz nos poemas de Lima. Esse "real", profundamente marcado pelo passado, é referenciado por esses novos caminhos, germinados no testemunho poético, e tornado visível, mesmo que de maneira "dúbia". As lacunas do contemporâneo, retomando "Haste", como essa "querela de memória" trazida também pelo Canto, são ressignificadas, as ausências, geradas pelo 'real', se tornam matéria orgânica do corpo poético de Lima. Por isso ela, a literatura, é também "meio-de-reflexão", pois as perspectivas nela elaboradas deflagram, denunciam, expõem esse 'real' entravado por uma desmemória implacável, que gera danos às sociedades.

Essencial destacar neste momento que o desejo de reconstruir o próprio passado caminha ao lado da reconstrução de um passado também coletivo. A partir da "introjeção", inerente à escrita poética, é possível também narrar "as cheias e gravanas, os olhos e os

medos/ as chagas e desterrados, a vez e a demora/ o riso e os dedos de todos os [...] irmãos e irmãs". Não se trata apenas da busca possível por uma memória individual, mas também coletiva, dos "irmãos e irmãs" do eu-lírico, daqueles que, como a escritora, tiveram suas histórias atravessadas pelo colonialismo e sua barbárie. Como já apontado, a escolha que Lima demonstra fazer ao ter sempre em perspectiva o coletivo, de fazê-lo braço de sua raiz - parte de seu "testemunho de vida" -, é colocada em diálogo com o compromisso que o poeta deve firmar com a sociedade, diante de sua visão contemporânea desse 'real', como nos foi proposto por Agamben. Não parece possível lidar com as úlceras sociais herdadas desses passados sem que elas se tornem material visível e reflexivo dentro de qualquer sociedade marcada pelo mau *tempo*. Aí está, defende-se, uma das potências da poesia de Lima.

Até o momento, dentro das análises do "Canto", propôs-se a voz poética de maneira neutra, generalizada. No entanto, há alguns indícios de que o eu-lírico representa, de fato, a escritora. Dentre esses sinais, dois são destacados. O primeiro deles está nos seguintes versos: "Eu que trago deus por incisão em minha testa/ e nascida a 8 de Dezembro/ tenho de uma madona cristã o nome". O nome completo da autora é Maria da Conceição de Deus Lima, assim como sua data de nascimento é 8 de dezembro. Essa é uma das pontes estabelecidas entre a escritora e o que está sendo testemunhado. O outro sinal é percebido aqui: "São assim os rios das minhas ilhas/ e por isso eu sou a que agora fala". Natural das ilhas de São Tomé e Príncipe, a que agora fala no poema é a própria escritora, mesmo que sua representação se dê também por uma fragmentação do "eu", como colocado em outros versos posteriores: "Eu, a que em mim agora fala./ Eu, Katona, ex-nativa de Angola". O "eu" se reparte, suas diferentes e possíveis manifestações acompanham também a própria natureza da ascendência desse "eu", como já apontado. Reparemos também que ela coloca seu ofício, seu testemunho poético, como consequência do estado em que se encontram os rios de suas ilhas, os quais foram apresentados na estrofe anterior como de "águas" melancólicas e "desabitadas". A visão dessa paisagem das ilhas, o modo como a escritora as enxerga, é o que leva sua mão ao papel.

As reflexões sobre a escrita, a representação da poesia para a voz poética e para Lima, o que se pretende ou não ali, aparecem também em outros poemas. Entende-se a importância dessas reflexões, entre outros motivos, pelo fato dela aparecer no "Canto", poema que abre os caminhos para a busca da dolorosa raiz. Percebe-se mesmo recorrente a alusão ao exercício do pensamento, a uma postura crítica que começa já no e sobre o próprio indivíduo, enquanto poeta, para então se desdobrar em um contexto mais amplo. Cavemos um pouco mais a terra em direção a essas reflexões.

Já abordado no capítulo 2, o poema "A mão do poeta" traz um evidente exercício metalinguístico. Vejamos, pois, como Lima se coloca diante do próprio ofício e a que possível finalidade ele está atrelado:

A mão do poeta

*Ao Fred Gustavo dos Anjos,
depois de ter lido Paisagens e Descobertas*

O poeta, é sabido, conhece
o sentido da sua mão
e perdoa-lhe a bizzarria
de *crescer sozinha*
com o impulso da ave
ou o fermento do pão

Porque ele sabe que a mão
o prende à raiz do chão
onde o rigor do seu "não!"
varre da casa a podridão

Por isso, se o poeta à praça traz
seus dentes caídos, a face desfeita
é para perscrutar no mastro
o pano que drapeja
e corrigir com a mão
a direcção do vento.
(LIMA, 2012a, p. 55)

O poeta consegue atribuir sentido à própria mão, isto é, à escrita. Por um lado, reconhece-se o exercício da composição, o engenho, o trabalho de linguagem do escritor, simbolizado pelo “fermento do pão”, processo químico não espontâneo, o qual implica um processo. Por outro, de maneira estranha à poeta, a escrita parece se desenvolver sem muitas intervenções, ela cresce "*sozinha*". E esse florescer da escrita, seu desenrolar, acontece "com o impulso da ave", de maneira natural, espontânea. Isso acontece porque é a escrita que prende o escritor à raiz, lugar de resistência, onde a recusa se manifesta e "varre da casa a podridão". O laço entre o poeta e a raiz é o que traz a naturalidade da resistência. Escrever sobre África, escrever sobre si mesmo, é resistir. É também, de alguma forma, libertar-se, basta lembrarmos o "Canto". Ao passado - às feridas que marcam o presente, aos griots, à "centenária fúria", à "fractura no quintal" - o poeta está preso e fadado a reagir.

Há que se reconhecer, ainda, que essa resistência é penosa. Lembremos que isso já foi problematizado na leitura de "Haste", quando se colocou que o poeta tem o dorso vergado como resultado do seu contato com o próprio tempo. Esse contato lhe traz certo dano, mas a ele, ao dano, se consegue resistir, justamente pela presença da raiz. Em "A mão do poeta", vemos não o dorso vergado, mas os "dentes caídos, a face desfeita". Mesmo que o processo seja árduo, é pela escrita que se tenta "perscrutar no mastro o pano que drapeja", ou seja, a investigação, a reflexão, a crítica sobre aquilo que está dobrado, de alguma maneira encoberto, obscuro, é o que pode "corrigir [...] a direcção do vento", é o que pode tornar visível o que se esconde por detrás dos vazios e das lacunas produzidas pela história, para que seja possível, então, mudar os rumos, recuperar a sorte e a fertilidade da vida. A escrita tem, portanto, um sentido conhecido do poeta, nela se pode dizer "não!" ao que mata, ao que segrega, ao que empobrece e desumaniza o ser humano, além de tornar ainda mais penosa sua sobrevivência a esse mau *tempo* que nos acomete a todos, independente de termos ou não consciência disso.

Coloquemos agora em diálogo com "A mão do poeta" o derradeiro poema da coletânea, e também deste capítulo, "Versão de deserto". Acredita-se encontrar nele uma descrição do instante da escrita, do momento em que ela acontece e cresce "sozinha", como dito no poema anterior:

Versão de deserto

Trazido não sei por que apelos, urgências
Vieste impugnar o momento que me cerca.
Demora - conclamas - a clara voz em minha boca.

Peço-te porém que repares:
não agonizam dunas nestes campos.
Aqui não jazem ossadas sem registo
nem apodrecem espectros de
perdidas caravanas.
Nenhum trilho foi abandonado
e não reneguei
Não, não reneguei
o nome do pai do meu pai.
O meu deserto é a vertical semente de um barco.
O areal (seu brilho de nada e de lago)
não é senão a metáfora de uma horta
talvez uma projectada cisterna.
Esta claridade nos olhos do griot cego
este reflexo que obscurece a luz do dia
não irradia de um céu empedernido -
a minha fome não é a maldição

do velho deus inclemente.
E todavia devora-me a cicatriz da penúltima batalha
e tenho por estigma
a memória de um longo fratricídio.
Mas estou aqui
sob este sol que alucina
a savana ao meio-dia.
Aqui, sob este toldo rasgado
onde envergo a sede dos meus ossos
e perduro sem jardim nem chuva
sem tambores nem flauta
sem espelhos,
companheira do tempo que amarra
as minhas veias ao umbigo do poço.

Não, nenhum trilho foi esquecido
e venero o profano nome do pai do meu pai.

Lenta a vertigem vai esculpindo
os murmúrios de um rio incerto -
planto estacas
em redor da vigília de meus mortos.
Não anuncio.
Tardo e não prenuncio reino ou abismo.
Não sou mensageira de vãos sacrifícios,
épicas derrotas, novos caminhos.
Aqui onde o inferno acontece
neste lugar onde me derramo e permaneço
inauguro a véspera da minha casa.
O meu silêncio franqueia
o umbral de qualquer coisa.
(LIMA, 2012a, p. 69-71)

Eis a "versão" de Lima sobre o "deserto", o desabitado, e portanto solitário, lugar de acontecimento da escrita. Não se sabe por quais motivos, por quais "urgências" a escrita parece surgir para se contrapor ao "momento" que cerca o poeta. Vem lhe causar inquietude, talvez. E, por um longo tempo, sua voz, sua palavra, é solicitada. No entanto, a voz poética avisa que ali, naquele instante, o passado parece ser visto de outra forma: "Aqui não jazem ossadas sem registo/ nem apodrecem espectros de/ perdidas caravanas./ [...] O areal (seu brilho de nada e de lago)/ não é senão a metáfora de uma horta/ talvez uma projectada cisterna". O "areal", a praia, as ilhas, São Tomé e Príncipe, a casa, as origens, a raiz, são sementes de um porvir, aquilo que ainda está germinando na horta, sendo projetado, rascunhado, desejado, buscado. O tempo ali não está em um "céu empedernido", duro e insensível, não se quer essa alcunha imposta, essa herança dolorosa. No entanto, "devora-me a cicatriz da penúltima batalha", vai dizer no deserto a voz poética. A "memória de um longo fratricídio" permanece, deixa a marca de uma doença que, defende-se mais uma vez, acomete

o tempo contemporâneo, aquele sob o qual se vive enquanto se está vivo, por mais redundante que pareça, mesmo que os sintomas dessa doença se manifestem de maneiras distintas na realidade de cada ser humano.

Mesmo doente, a voz poética permanece - resiste -, "companheira do tempo que amarra/ as [...] veias ao umbigo do poço". Vê-se que é o tempo, ou, por que não, o mau *tempo*, responsável por manter atreladas as "veias" daquele que enuncia ao "umbigo do poço", ao mais profundo, à raiz. E, a partir desse contato, a escrita cresce sozinha, também presa à raiz, como em "A mão do poeta". Lentamente, ela, a escrita, "vai esculpindo/ os murmúrios de um rio incerto", o "Canto obscuro". É nela que as "estacas" são plantadas. A poesia é o lugar do registro, onde "a vigília" dos mortos, os quais fazem parte da "memória de um longo fratricídio", acontece. É o lugar também onde a voz poética "inaugura a véspera" de sua própria casa. Há, portanto, como apontado no início da análise do "Canto", um entrecruzamento entre referências associadas ao indivíduo e também a um coletivo, representado pelos mortos africanos. É possível dizer também que este entrecruzamento se dá de maneira bastante intensa, ao ponto da voz poética reconhecer em si mesma a marca, o "estigma" desse assassinato em massa de seus irmãos africanos.

Essas reflexões metalinguísticas são vistas como mais um braço da raiz, pois se mostram também em contato com o passado e com a necessidade de reconstruí-lo na escrita, de registrá-lo na poesia. Importante considerar os versos derradeiros de *A dolorosa raiz do micondó*: "O meu silêncio franqueia/o umbral de qualquer coisa". Entende-se esse "silêncio" como referência ao momento da escrita, onde a mão trabalha sozinha, gesto este que se expande, indo além de si mesmo e permitindo a entrada, o limiar, o início de "qualquer coisa". O poema, na medida em que é escrito, desloca-se para o desconhecido, o escritor não tem mais controle sobre ele, se é que teve em algum momento. Aberto está o caminho para os leitores que porventura dessa "projectada cisterna" venham a água tomar, o fruto colher.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De nenhuma maneira pretendeu-se encerrar os poemas de Lima nas análises propostas. Pelo contrário, o umbral franqueado pela escritora é o que dilata o espaço oferecido ao leitor para que seu próprio percurso seja traçado dentro do universo poético e subterrâneo da raiz. De maneira geral, pode-se dizer que os rumos tomados por esta pesquisa, considerando as perspectivas de leitura oferecidas e as fontes trazidas para o diálogo, se fundamentaram na tentativa de acompanhar o que se ouviu da voz poética de Conceição Lima, especialmente no que se refere ao convite à reflexão sobre o contemporâneo, sobre o mau *tempo* que, mais uma vez, nos acomete a todos. Dentre tantas questões relevantes que os poemas da escritora podem despertar, essa, a da reflexão, parece ser a mais marcante: é urgente direcionar o olhar para o passado de modo a ver nele o que se precisa elaborar para transformar o presente.

Espera-se que de alguma maneira este testemunho do testemunho poético de Lima possa se desdobrar novamente, produzir outras reflexões. Em certo momento de um dos trabalhos de Felman, há uma menção ao prêmio nobel de Literatura Elias Canetti. Eis as palavras do escritor reproduzidas pela pesquisadora israelense: "Em face do horror da vida - por sorte a maioria das pessoas o nota apenas ocasionalmente, mas algumas, para quem forças internas exigem um testemunhar, estão sempre dele consciente - existe apenas um consolo: seu alinhamento aos horrores experimentados por testemunhas anteriores" (CANETTI apud FELMAN, 2000, p. 15). Elaborar discursivamente a experiência com a poesia de Conceição Lima foi também produzir um outro testemunho sobre esse mau *tempo*. Entende-se que as sementes plantadas pela escritora deram frutos, germinaram.

As reflexões aqui tecidas, no entanto, permanecem, seguem tentando fazer a roda girar. Aprendemos que se deve manter fixo o olhar. Esse posicionamento, inclusive, coloca próximas, como se tentou mostrar durante toda a dissertação, a poesia de Lima e as discussões sobre a literatura de testemunho. De uma maneira ou de outra, ambas parecem movidas pelo desejo de construir novas maneiras de nos organizarmos socialmente, tendo como pressuposto ético sermos todos humanos e, por isso, iguais, em direitos e deveres. Esse parece ser um dos pilares dessa construção. No entanto, tal empreitada se torna impraticável sem a participação e o envolvimento de todos, como nos pediu, de início, Primo Levi. Esta pesquisa é fruto de uma tentativa de participação - de escuta, de envolvimento - a qual foi possível a partir dos caminhos que Lima oferta para nos deixar ver sua dolorosa raiz e nos fazer também sentir, enquanto contemporâneos, o roçar da intempérie, o mau *tempo*.

7 REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- ALOS, A. P. Versos pós-coloniais: manifestações poéticas em São Tomé e Príncipe. *Itinerários: Revista de Literatura*, Araraquara, n. 35, p. 119-130, 2012.
- ARAUJO, G. A.; HAGEMEIJER, T. *Dicionário livre santome/português*. São Paulo: Hedra, 2013.
- BAYER, A. Conceição Lima: a poética cartografia que contesta a resignação e o silêncio. *Reflexos: Revue pluridisciplinaire du monde lusophone*, Toulouse, n. 002, p. 1-12, 2014.
- BRILHANTE, N. Nas franjas do império ultramarino português: a experiência insular de São Tomé e Príncipe no despertar dos oitocentos. *Revista História*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 71-97, 2009.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- CHAVES, R. O passado presente na literatura africana. *Via atlântica*, São Paulo, n. 7, p. 147-161, 2004.
- DE MARCO, V. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 62, p. 45-68, 2004.
- FEIO, J. A. *De étnicos a "étnicos": uma abordagem aos "angolares" de São Tomé e Príncipe*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, Instituto Universitário de Lisboa.
- FELMAN, S. *O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX*. Trad. de Ariani BuenoSudatti. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- _____. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (orgs). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, p. 13-71, 2000.
- FERREIRA, M. *Literaturas africanas de expressão portuguesa – I*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
- FINAZZI-AGRÒ, E. (Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 43, p. 179-190, 2014.
- FREUD, S. *Escritos sobre a guerra e a morte*. Trad. de Artur Morão. Covilhã: LusoSofia: press, 2009. Disponível em:
http://www.lusosofia.net/textos/freud_sigmund_da_guerra_e_da_morte.pdf Acesso em: 15/09/2018.
- GINZBURG, J. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 1-6, 2008.

GONÇALVES, P. S. *A literatura santomense e a resistência feminina por Alda Espírito Santo e Conceição Lima*. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GOULART, N. *Esbarrar no texto, esbarrar na vida: a escrita feminina como experiência e invenção para a formação docente*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto.

HAMILTON, R. G. A dolorosa raiz do micondó: a voz poética intimista, são-tomense, pan-africanista e globalista de Conceição Lima. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Porto Alegre, v. 7, p. 253-265, 2006.

_____. A literatura dos Palop e a teoria pós-colonial. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 3, p. 12-22, dez. 1999.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

JORGE, S. R. Lentos hinos bordados em lacerações: um modo de ler Conceição Lima, Marcelo da Veiga e Francisco José Tenreiro. In: RIBEIRO, M. C.; JORGE, S. R. (orgs). *Literaturas Insulares: leituras e escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Porto: Edições Afrontamento, p. 207-219, 2011.

LIMA, C. Quando florirem salambás no tecto do Pico. São Tomé e Príncipe: Edição da Autora, 2015. (Impressão e acabamento: Lexonics. Tiragem de 100 exemplares). Resenhado por: NADUSKA, M. P. *Scriptorium*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 219-222, 2017.

_____. *A dolorosa raiz do Micondó*. São Paulo: Geração Editorial, 2012a.

_____. *O país de Akendenguê*. Edição especial. [S.l.: s.n], 2012b.

_____. *Útero da casa*. Lisboa: Caminho, 2004.

LIMA, E. G. Paisagem e memória em A dolorosa raiz do Micondó de Conceição Lima. *Cadernos Cespuc de Pesquisa Série Ensaios*. Belo Horizonte, n. 19, p. 81-93, 2010.

MATA, I. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêtricas. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, n. 14, p. 27-42, 2014.

_____. A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência? *Ipotesi: Revista de Estudos Literários*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, n. 2, p. 33-44, 2006a.

_____. A poesia de Conceição Lima: o sentido da história das rumações afetivas. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Porto Alegre, v. 7, p. 235-252, 2006b.

_____. A Periferia da Periferia. *Revista de Língua e Literatura*, Lisboa, Universidade Aberta, Discursos, n. 9, p. 27-36, 1995.

MBEMBE, M. *Crítica da razão negra*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

NASCIMENTO, A. Escravatura, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral. *Africana Studia*: Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n. 7, p. 183-217, 2004.

_____. Identidades e saberes na encruzilhada do nacionalismo são-tomense. *Política Internacional*, Lisboa, v. 3, n. 24, p. 1-46, 2001.

PEPETELA. *A geração da utopia*. São Paulo: LEYA, 2013.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. (org). *História dos índios no Brasil*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 115-132, 1992.

PINTO, A. C. B.; MOURA, F. A colecionadora de fantasmas: apontamentos sobre sobrevivência e teor testemunhal na poesia de Conceição Lima. *Criação & Crítica*, São Paulo, n. 19, p. 16-30, 2017.

PONTES, R. Conceição Lima e a poesia na pós-independência em São Tomé. *Contexto*, Vitória, n. 25, p. 127-142, 2014.

RESENDE, F. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 31-43, 2009.

RODRIGUES, I. N. As intelectuais santomenses e a produção de conhecimentos na pós-colonialidade: os casos de Conceição Lima e Inocência Mata. In: ROQUE, A. C.; SEIBERT, G.; MARQUES, V. R. (coords). *Livro de Actas*: Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica. Lisboa, p. 369-382, 2012.

SANTOS, A. S. et al. Inocência Mata: a essência dos caminhos que se entrecruzam. *Crioula*, São Paulo, n. 5, p. 1-19, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura; Ministério da Cultura. *Histórias Afro-Atlânticas*: catálogo. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2018.

SECCO, C. L. T. R. Dona Alda e Conceição Lima: uma geografia de paixões, afetos e memórias. *Semioses*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2008.

SEIBERT, G. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. *Anuário Antropológico*, Brasília, p. 99-120, 2015.

_____. A política num micro-Estado: São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na gênese dos partidos políticos. In: *Lusotopie*: Transitions libérales en Afrique lusophone. Paris: Éditions Karthala., n. 2, p. 239-250, 1995.

SELIGMANN-SILVA, M. *Relações humanas no mundo contemporâneo: testemunho como chave ética*. São Paulo: TV Cultura, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZE0GqiYLFWY&t=2988s> Acesso em: 28/08/2018.

_____. O local do testemunho. *Tempo e argumento: Revista do Programa de Pós-graduação em História*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010.

_____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

_____. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*, São Paulo, v. 30, p. 71-98, 2005.

_____. Literatura e trauma. *Pró-Posições*, Campinas, v. 13, n. 3 (39), p. 135-153, 2002.

TEMUDO, M. P.; ARVÉOLA, A. A insustentável leveza do ser santomense: colonialismo, socialismo, liberalismo e a persistência das desigualdades sociais. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - A questão social no novo milênio, 8., 2004, Coimbra. *Tópicos temáticos*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, p. 1-29, 2004.

TRAUMANN, A. P.; MENDES, F. C. C. A partilha da África e o Holocausto que o mundo não reconheceu. *Relações Internacionais no mundo atual*, Curitiba, n. 20, p. 253-274, 2015.

UNICEF São Tomé e Príncipe. *Avaliação das intervenções de comunicação para o desenvolvimento 2012-2016*. São Tomé e Príncipe, 2016. Disponível em https://www.unicef.org/evaldatabase/files/Relatorio_avaliacao_C4D_final_SaoTomePrincipe_2016-003.pdf Acesso em: 02/10/2018.

Referências online

Genocídio armênio. Portal Estação Armênia. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://genocidioarmenio.com.br/> Acesso em: 10/09/2018.

LIMA, C. Este governo é inimigo da imprensa livre: Público, Lisboa, 04 mar. 2018. Entrevista concedida a Ana Cristina Pereira. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/03/04/sociedade/entrevista/este-governo-e-inimigo-da-imprensa-livre-1804466>>. Acesso em: 24 out. 2018.

LIMA, C. Entrevista a Conceição Lima. Lisboa, Portugal, RTP, 16 dez. 2004 (26min). Entrevista concedida a Raquel Santos. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conceicao-lima/>> Acesso em: 15 set. 2018.

ROSAS, F. O Massacre de Batepá. 2015. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p3951/e317850/historia-a-historia-africa> Acesso em: 20 out. 2018.

